

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

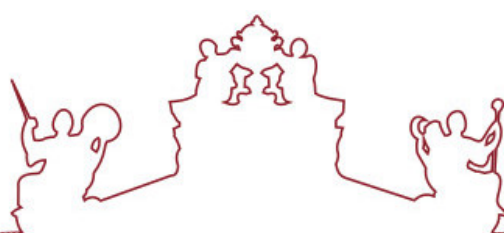
Dissertação

**POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS E
RENDIMENTOS. ENSAIO SOBRE O DESEMPREGO
JOVEM EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Carlos Alberto de Carvalho Sousa Pontes

Orientador(es) | Maria Aurora Murcho Galego
Maria da Conceição Rego

Évora 2022



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

Dissertação

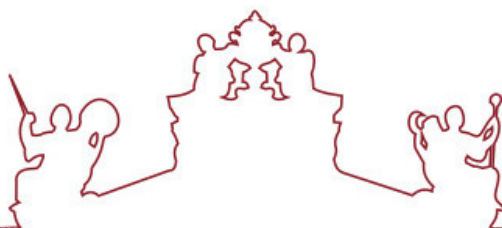
**POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS E
RENDIMENTOS. ENSAIO SOBRE O DESEMPREGO
JOVEM EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Carlos Alberto de Carvalho Sousa Pontes

Orientador(es) | Maria Aurora Murcho Galego

Maria da Conceição Rego

Évora 2022



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Maria Raquel Lucas (Universidade de Évora)

Vogais | Maria Aurora Murcho Galego (Universidade de Évora) (Orientador)
Pedro Damião Henriques (Universidade de Évora) (Arguente)

Dedicatória

Em memória do meu pai, Justiniano do Rosário Vilhete de Sousa Pontes

... a minha querida mãe, maior fonte de motivação na vida, a quem dedico e devo tudo em minha vida. Aquela com quem compartilho sempre tristeza e alegria, os meus anseios, sonhos e a caminhada que me conduziu até aqui...

RESUMO

Os níveis de desemprego jovem registados em São Tomé e Príncipe (STP) geram grandes preocupações a nível nacional quer em termos sociais como económicos. Este trabalho de dissertação aborda a questão do desemprego e emprego jovem em STP e tem como objetivo principal contribuir para uma análise do papel do empreendedorismo jovem no contexto da estratégia para promover a inserção no mercado de trabalho. Para o objetivo geral, concorrem objetivos específicos, definidos de acordo com o tema em análise e em função dos elementos disponíveis. Especificamente estes objetivos visam caracterizar os desempregados e empregados em STP no período recente, com especial ênfase nos jovens; identificar características dos jovens empreendedores e dos negócios criados; identificar as medidas de política que estimulam os jovens desempregados a criar o seu próprio emprego.

A presente dissertação, estrutura-se em duas partes. Na parte I, compõe-se o enquadramento teórico focado no mercado de trabalho, e a caracterização da situação em STP no que respeita ao emprego e desemprego jovem, à política de emprego e aos programas de apoio à criação do próprio emprego. Na Parte II, expõe-se a abordagem metodológica, onde se apresentam os instrumentos de natureza quantitativa e qualitativa que permitem depois a identificação de algumas características dos jovens empreendedores, dos negócios criados e a análise das políticas de promoção do empreendedorismo.

Os resultados permitem concluir que os jovens empreendedores possuem baixa escolaridade e dificuldades de financiamento, sendo que a maioria dos negócios são na área do comércio. Foram identificadas várias políticas existentes de promoção do autoemprego, designadamente ao nível da capacitação e formação dos jovens, sendo, no entanto, reconhecida a necessidade de introdução de outras medidas complementares no sentido de facilitar a criação do próprio emprego e aumentar o sucesso dessas iniciativas.

Palavras-chave: Desemprego Jovem, Políticas de emprego, Criação do Próprio Emprego, Perfil Empreendedor, São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT

The levels of youth unemployment in São Tomé and Príncipe (STP) raise great concerns at national level, both socially and economically. This dissertation addresses the issue of youth unemployment and employment in STP and its main objective is to contribute to an analysis of the role of youth entrepreneurship in the context of the strategy to promote labor market participation. Specific objectives are defined according to the subject under analysis and according to the available elements. Specifically, these objectives are to characterize the unemployed and employed in STP in the recent period, with special emphasis on young people; to identify the characteristics of young entrepreneurs and of the businesses created; identify policy measures that encourage young unemployed to engage in self-employment.

This dissertation is structured in two parts. Part I contains the theoretical framework focused on the labor market, and the characterization of STP situation in terms of youth employment and unemployment, employment policies and programs to support entrepreneurship. Part II, includes the methodological apparatus presenting the quantitative and qualitative methods which allowed the identification of some young entrepreneurs' characteristics, of business and the analysis of policies to promote self-employment.

The results show that most businesses are in commerce sector and that young entrepreneurs display low education and financing problems. Several policies to promote self-employment were identify, namely capacity building and training, but there is the need of additional measures to facilitate self-employment ant to increase business success.

Keywords: Youth Unemployment, Employment policies, Self-Employment, Entrepreneur Profile, São Tomé and Príncipe.

Agradecimentos

... a DEUS por ter feito a maravilha na minha vida ...

A minha Orientadora Maria Aurora Galego

A minha Coorientadora Maria da Conceição Rego, pelo apoio prestado.

A Coordenadora do Curso, Maria Raquel David Pereira Ventura Lucas, pelos ensinamentos e pelas palavras de encorajamento, um apoio sem o qual este caminho teria sido mais difícil de percorrer.

... a todos quantos que de uma forma ou de outra me apanharam nessa corajosa caminhada

... o meu muito obrigado



Índice

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	7
1.1. Contextualização do Estudo	7
1.2. Motivações Pessoais e Profissionais e Eventuais Contributos	9
1.3. Definição do Problema	9
1.4. Objetivos Gerais e Específicos	11
1.5. Nota Metodológica	11
1.6. Organização do Trabalho.....	12
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
2.1. Emprego e Desenvolvimento.....	13
2.1.1 Políticas de emprego e rendimento em África	16
2.2. Mercado de trabalho e desemprego jovem	20
2.2.1 Desemprego jovem em África	23
CAPÍTULO 3 – Caracterização da situação em STP	25
3.1. Crescimento económico e emprego	25
3.2. População e desemprego jovem.....	33
3.3 - Adequação do sistema de educação-formação	41
3.4 - Política nacional de emprego.....	42
3.6. Regulamentação do trabalho	46
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	49
4.1 Abordagem de investigação e Métodos de recolha de dados	49
4.1.1. Instrumentos de recolha de informação	53
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	56
5.1. Análise dos resultados obtidos com os questionários exploratórios.....	56
A. Análise da Relação da criação do próprio emprego com a situação de desemprego	57
B. Formas de incentivo à criação do próprio emprego.....	59
C. Características dos jovens que criaram o seu próprio emprego	65
D. Características dos negócios criados	66
5.2 Análise dos resultados obtidos com as entrevistas	69
A. Dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho	69
B. Medidas políticas de emprego do governo e parceiros para combater o desemprego jovem em STP	70
C. Falhas de políticas para a criação de emprego para os jovens e estratégias para as remover.....	71
D. Algumas ações de criação e promoção do emprego juvenil e impacto	71

E. Políticas económicas e o contexto macroeconómico e ambiente empresarial e criação do emprego jovem	72
F. Criação de um Centro de Emprego público ou privado em STP	73
G. Efeito do Fenómeno “desemprego”, para alavancar o empreendedorismo e autoemprego	73
H. Política de promoção do autoemprego e contribuição para o combate ao desemprego jovem	74
I. Acesso à subsídios e financiamentos para a criação de emprego juvenil	74
J. Que mecanismos de formação dos jovens para promoção e criação do seu próprio emprego	74
K. Iniciativa de inovação e o espírito empreendedor de um desempregado juvenil	75
L. A edificação e institucionalização de incubadoras de empresas, para a promoção do empreendedorismo juvenil e seu impacto	76
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6.1 Conclusões.....	77
6.2 Limitações da Pesquisa.....	79
6.3 Recomendações e Sugestões para futura investigação	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXOS	88
Anexo I – Conceitos utilizados pela PED	88
Anexo 2 - Tabela -Análise sucinta das entrevistas confirmatórias.....	89
Anexo 3 - Guião do Questionário.....	92
Anexo 4 - Guião da Entrevista confirmatória.....	94
Anexo 5 - Tabela de Identificação da Entrevista confirmatória	95

Índice de Figuras

Figura 1. Ciclo virtuoso do emprego jovem.....	22
Figura 2- Evolução do PIB 2002-2020	26
Figura 3 - <i>Distribuição dos empregados por distrito (2012)</i>	29
Figura 4 - Distribuição dos empregados por distrito e género (2012)	29
Figura 5- Procura de emprego por género (2013-2014).....	30
Figura 6 - Evolução da População total em STP.....	34
Figura 7- Distribuição da população jovem, por classe de idade (2012)	34
Figura 8- Distribuição da população jovem pelos meios urbano e rural (2012).....	35
Figura 9 - Distribuição da população pelos meios urbano e rural (2001-2012).....	35
Figura 10 - Desemprego médio entre 2000 e 2015 (%)	37
Figura 11 - Distribuição dos desempregados por Distrito (2012).....	38
Figura 12 - Distribuição dos Jovens desempregados por níveis de ensino (2012)	38
Figura 13- Rácio de pobreza, por distrito e género (2012)	39
Figura 14 - Famílias cujos chefes de família são jovens, por género (2012).....	40
Figura 15- Agregados familiares com chefes de família jovens, com energia elétrica, por género (2012)	40

Índice de Tabelas

Tabela 1- Indicadores do Mercado de Trabalho.....	27
Tabela 2 - Procura de emprego, por género faixa etária (2013 e 2014)	30
Tabela 3- Situação de emprego nas principais empresas do setor privado	32
Tabela 4 - Percentagem de população residente em meio rural	35
Tabela 5- Taxa de Desemprego por género, total e jovem em STP	36
Tabela 6 - Taxa de desemprego jovem, por situação de pobreza, distrito e género (2010)	39
Tabela 7 - Articulação entre os objetivos da dissertação e a construção do guião do questionário	544
Tabela 8 -Articulação entre os objetivos da dissertação e a construção do guião de entrevista	55
Tabela 9- Formas de incentivo à criação do próprio emprego -respostas afirmativas.....	60
Tabela 10 - Principais políticas afirmativas	60
Tabela 11 - Mecanismos suficientes e adequados para apoiar as iniciativas de próprio emprego juvenil.....	61
Tabela 12 - Impacto que os atuais programas de apoio têm tido na criação do próprio emprego	63
Tabela 13 - Sectores de atividade onde têm sido criados negócios com apoio.....	63
Tabela 14 - Nível de sucesso das iniciativas empreendedorismo juvenil e criação de empregos	64
Tabela 15 - Sugestões de alteração aos programas existentes que possam melhorar os apoios existentes	65
Tabela 16 - Escolaridade dos jovens promotores do próprio emprego	66
Tabela 17 - Áreas de atividade predominantes em que o negócio se insere	66
Tabela 18 -Localização da atividade	67
Tabela 19 -Fontes de financiamento	68

Lista de siglas, abreviaturas e acrónimos

ACET	<i>Africa Center for Economic Transformation</i>
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AUC	<i>Africa Union Commission</i>
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CATAP	Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário
CCIAS	Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços
CEEAC	Comunidade Económica do Estados da África Central
CFP	Centro de Formação Profissional
CNCS	Conselho Nacional de Concertação Social
COMPRAN	Projeto de Apoio à Comercialização, à Produtividade Agrícola e à Nutrição
CPLR	Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
DAF	Distância medida até o extremo
DB	<i>Doing Business</i>
DTEFP	Direção do Trabalho, Emprego e Formação Profissional
e-jovem 2022	Plano Estratégico de Emprego Jovem 2022
ET	Ensino Técnico
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FSE	Fundo Social Europeu
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEJ	Iniciativa para o Emprego Jovem - Programa da UE
IIAG	Índice de Avaliação Global da Fundação Mo Ibrahim
ILO	Organização Internacional do Trabalho (sigla inglesa)
INE	Instituto Nacional de Estatística
m.	Mil
M.	Milhões
MEAS	Ministério do Emprego e Assuntos Sociais
MECC	Ministério de Educação Cultura e Ciência
MTAS	Ministério de Trabalho e dos Assuntos Sociais
ND	Não definido
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGE	Orçamento geral de Estado
OIF	Organização Internacional da Francofonia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organizações Não-governamentais
ONTSTE	Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe
OPEP	Países Produtores e Exportadores do Petróleo

p.p.	Pontos percentuais
PANEF	Plano de Ação Nacional para Emprego e Formação
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Política Nacional de Emprego
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
STD	Dobras (moeda) de São Tomé e Príncipe
STP	São Tomé e Príncipe
SWOT	strengths, weaknesses, opportunities e threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças).
TAM	Tendência Média Anual
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	União Africana
UE	União Europeia
UGT	União Geral dos Trabalhadores (Sindicato)
USD	Dólares dos Estados Unidos da América

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Este capítulo inicial inclui a contextualização e justificação do estudo, a motivação para a escolha do tema, o problema em investigação, a definição dos objetivos gerais e específicos, a sinopse da metodologia utilizada, e a organização da dissertação.

1.1. Contextualização do Estudo

O mercado de trabalho tem vindo a sofrer alterações que tornaram a classe trabalhadora mais fragmentada, precária e flexível (Jesus, 2018), podendo ser caracterizado por um aumento do desemprego, em particular dos jovens, que pela sua fragilidade são considerados as principais vítimas (Oliveira, Carvalho e Veloso; Kocávs e Lopes, 2012; Kocávs, 2013). Segundo Gonçalves (2013, p. 14): “os jovens são duplamente penalizados”, pelo seu vínculo precário e, pela prioridade no despedimento em caso de crise e necessidade de redução ou estagnação do emprego.

O desemprego dos jovens, um fenómeno social e económico consequente do desequilíbrio entre a oferta e a procura de mão-de-obra (Alves, 2008), pode segundo este autor ser explicado por duas teorias, a dos ciclos e a estrutural. A teoria do ciclo associa o desemprego jovem à influência dos diferentes ciclos económicos, de modo a que se existe expansão económica aumenta o recrutamento e se ocorre retração, esta reduz o número de empregos. A teoria estrutural, oposta à anterior, assume que a reestruturação económica e das qualificações dos trabalhadores, induzidas por várias mudanças, sobretudo as tecnológicas, mas também as relativas à flexibilização das relações laborais (Diogo, Palos e Silva, 2016), nos processos produtivos, reduziram o mercado e as oportunidades de emprego em geral, tendo maior efeito sobre os jovens. Esta situação é mais evidente em jovens com menores qualificações embora, venha assumindo uma preponderância crescente em jovens adultos com qualificação superior (Barros, Lopes, Pinheiro e Brandão, 2016). Também Jesus (2018) sustenta que, para além da dificuldade sentida pelos jovens no momento de entrada no mercado de trabalho, a precariedade do emprego afeta principalmente os mais qualificados, cuja inserção deixou de ser feita de forma automática, passando a ser feita através de vínculos contratuais precários.

Os estágios, através das políticas de emprego, têm vindo a ser uma das formas encontradas para diminuir as dificuldades durante o processo de entrada no mercado de trabalho dos jovens (Jesus, 2018). Segundo este autor, mesmo sendo pouco ou nada remunerados, os jovens acabam por aceitar estes estágios como forma de conseguir a experiência que é um dos principais

requisitos exigidos pelas entidades empregadoras. Para Silva (2015) ainda que os jovens, para contornar a dificuldade de entrada no mercado laboral, tendam a obter mais formação e a progredir para graus académicos maiores, de mestrado e doutoramento, não é possível concluir a existência de ligação entre superiores graus académicos e acesso ao emprego, nem que as políticas de emprego promovam essa valorização. Adicionalmente, os baixos salários e a precariedade contratual têm também levado os jovens a emigrar e os países de origem a perderem esses talentos e capital humano essencial ao seu desenvolvimento (Almeida, 2018).

O estudo do desemprego jovem é suscetível de várias abordagens e é uma variável complexa pelo seu carácter heterogéneo em virtude de incluir todos os tipos de trabalho, independentemente do género, da idade e da formação dos indivíduos. No âmbito deste estudo o fenómeno do desemprego jovem deve ser interpretado tendo em conta a definição dada pela Organização Internacional do Trabalho e também adotado pelo Serviço Nacional de Emprego que o classifica como: "all persons between the age of 15 and 24 who, during the reference period, were: (a) without work; i.e. had not worked for even one hour in any economic activity (paid employment, self-employment, or unpaid work for a family business or farm); (b) currently available for work; and (c) actively seeking work; i.e. had taken active steps to seek work during a specified recent period (usually the past four weeks) (International Labor Office (ILO), 2010, citado por Rodrigues, 2016 pg.3).

Segundo dados divulgados pela União Africana e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (AUC/OCDE, 2018), “a República Democrática de São Tomé e Príncipe encontra-se entre os países da África Central com médias de desemprego mais elevadas no período de 2000 a 2015” (FAO, 2019). Para a ILO (2011) na maioria das economias, os jovens têm duas a três vezes mais probabilidade de se encontrarem desempregados do que os adultos e o problema está a crescer rapidamente em quase todas as regiões do mundo.

Se as questões estruturais ligadas ao aumento das taxas de desemprego, em particular do desemprego jovem, da incerteza e precariedade do mercado de trabalho e, da existência e criação de empregos instáveis, tem sido indutores de problemas sociais e económicos muito importantes em distintos contextos, com a atual crise pandémica por Covid-19, tornaram-se ainda mais prementes (Vespignani e Yanotti, 2020; Chacaltana e Dasgupta, 2021), sobretudo num país insular como São Tomé e Príncipe (STP) cuja economia é fortemente dependente da ajuda externa (Cruz, 2020) e assenta na agricultura, turismo e comércio e num tecido empresarial pouco robusto (Ceita, 2021). Assim, pareceu oportuno estudar o desemprego jovem

em STP, tentando perceber a realidade das políticas de emprego e rendimento no país em prol dos jovens e as oportunidades que lhes oferecem, e em especial as de criação do próprio emprego.

1.2. Motivações Pessoais e Profissionais e Eventuais Contributos

Não obstante a motivação central seja a de concluir com êxito o curso de mestrado e obter o grau de mestre em Economia e Gestão Aplicadas, com a especialização de Economia e Gestão para Negócios, outras razões estão ligadas à escolha da temática desta dissertação.

Por um lado, os desafios do novo milénio, onde as organizações têm que pensar mais nas pessoas e sobretudo, preocupar-se mais em criar estímulos que motivem cada cidadão a sentir-se feliz de viver e a contribuir para uma sociedade equilibrada. Não adianta obter lucro e produtividade concentrada numa franja da população enquanto houver dificuldades reconhecidos de grupos, sobretudo os maioritariamente jovens, a viver em precariedade laboral ou sem oportunidades de vida.

Por outro, no facto de saber que São Tomé e Príncipe tem no desemprego um elemento que muito dificulta o processo de desenvolvimento do país e, também, que o Serviço Nacional de Emprego não tem conseguido satisfazer o mercado em termos do perfil e qualificações de mão-de-obra necessárias, pese embora o crescente número de jovens com formação profissional, média e superior, nos últimos anos. Esta situação constitui um motivo de grande preocupação para os jovens e para o futuro da sociedade santomense.

Quanto a eventuais contributos, o presente estudo assume que agir em prol do emprego jovem, mesmo no âmbito de um trabalho académico, vai aumentar o conhecimento sobre o tema o que poderá vir a beneficiar os jovens e também as empresas e suas organizações. Mesmo que esse contributo seja diminuto e não possa ser sentido no curto prazo, pode induzir reflexão e ação sobre o desemprego jovem e medidas para o atenuar.

1.3. Definição do Problema

STP é um país em vias de desenvolvimento cuja economia é baseada essencialmente na agricultura e pesca e turismo. Situado no Golfo da Guiné, sobre o Equador, a aproximadamente 220 quilómetros da costa ocidental africana, é o penúltimo menor estado em termos de espaço

geográfico da África, depois das Ilhas Seicheles. As ilhas de São Tomé e Príncipe contam com cerca de 194 000 habitantes maioritariamente jovens.

Segundo o estudo da AUC/OCDE (2018), sobre crescimento, emprego e desigualdades em África, STP apresentava uma média de desemprego de 15% no período de 2000 a 2015. Dos 9 países da África Central analisados nesse período, a taxa média de desemprego de STP é apenas superada pelo Gabão (com uma percentagem de desemprego que quase alcança os 20%) e pela República de Congo (com pouco mais de 16%). Os Camarões, a República Centro Africana (RCA), Chade e Guiné-Equatorial registaram valores abaixo de 7%, enquanto a República Democrática de Congo (RDC) e Burundi, registam taxas de emprego inferiores a 5 %.

Dados do Banco Mundial permitem concluir que STP, mais de 60% da população total do país possui menos de 25 anos. Com uma taxa anual de crescimento populacional estimada em 2.76% prevê-se que esta percentagem continue a crescer no futuro. Entretanto, o elevado volume de mão-de-obra ativa que os jovens poderiam representar não é aproveitada. De facto, a taxa de desemprego dos jovens é elevada e a dificuldade de obtenção do primeiro emprego constitui um dos maiores entraves ao acesso dos jovens ao mercado de trabalho. A estes dados, acresce uma outra preocupação – a elevada aglomeração populacional urbana na capital de São Tomé, especialmente de jovens. Estima-se 131,000 são-tomenses (68% do total da população) vive na cidade (FAO, 2019).

De evidenciar que a literatura sobre o desemprego jovem, sobretudo se de longa duração, após o ensino médio, origina um aumento do desemprego estrutural, pobreza, crime, abuso de drogas e álcool e dependência do bem-estar (Vespignani e Yanotti, 2020).

O problema subjacente a esta investigação tem a ver com os desafios do emprego jovem e, sobretudo do desemprego e subemprego e com os pesados custos sociais e económicos que acarreta e que resultam não apenas na perda de crescimento económico, mas também na erosão da base tributária, no aumento dos custos de bem-estar e investimento não utilizado em educação e formação. O desemprego em STP, para além de um problema tendencialmente crescente, atendendo a que a população é maioritariamente jovem, próspera, em geral disciplinada e cumpridora da lei, é lesivo dos jovens, um segmento vital e com potencial de criar futuro para o país, da economia e da sociedade. Está associado a instabilidade social, conflito e pobreza e também, a alguma criminalidade e abuso de substâncias. Face ao exposto, o problema identificado, que pode ser formulado numa questão de investigação é o seguinte:

Como ajustar as políticas do país em prol do emprego jovem, incluindo a criação do próprio emprego, assegurando-lhe rendimento?

1.4. Objetivos Gerais e Específicos

O objetivo central deste trabalho visa descrever e analisar as políticas afirmativas de criação de emprego e rendimento adotadas pelas diferentes entidades do país, em prol dos jovens, com ênfase na criação do próprio emprego para jovens desempregados.

Para o objetivo geral, concorrem objetivos específicos, definidos de acordo com o tema em análise e em função dos elementos disponíveis:

- ✓ Caracterizar os desempregados e empregado sem STP no período recente, com especial ênfase nos jovens;
- ✓ Identificar características dos jovens empreendedores e dos negócios criados;
- ✓ Identificar as medidas de política ativa que estimulam os jovens desempregados a dedicarem-se ao empreendedorismo e à criação do seu próprio emprego

1.5. Nota Metodológica

Aclarados os objetivos da pesquisa, a escolha do método e da técnica para os alcançar, recaiu numa pesquisa exploratória de fontes secundárias de dados (estatísticas, bibliográficas e documentais) e primárias, cuja opção foi a de aplicar entrevistas a peritos, sob a forma de entrevistas propriamente ditas ou de questionários. Trata-se assim, de uma abordagem de investigação exploratória, de âmbito descritivo, implementada com instrumentos oriundos de métodos de natureza quantitativa e qualitativa. Esta investigação apresenta um caráter exploratório na medida em que não se conhecem outros estudos realizados, no país, no âmbito da mesma temática: o desemprego jovem; trata-se também de um trabalho de tipo descritivo na medida em que tem o propósito de ilustrar, com o detalhe possível algumas características do fenómeno em estudo.

Os dados foram recolhidos através de i) “entrevistas” exploratórias, para as quais se utilizou um questionário, num processo de amostragem não probabilística, por conveniência do investigador; estes foram tratados parcialmente por meio de técnicas de estatística descritiva (contagem de frequências), com recurso ao programa Excel e com base em técnicas de análise de conteúdo, sempre que tal se justificou e foi possível; ii) entrevistas de tipo confirmatórias e

de aprofundamento da informação já recolhida, tratadas com base em técnicas de análise de conteúdo de modo a obter mais informação bem como a confirmar (ou não) alguns dados previamente identificados.

1.6. Organização do Trabalho

O restante trabalho está organizado da seguinte forma:

O Capítulo 2 contém a revisão da literatura de artigos, relatórios e outras fontes de estudos e publicações selecionadas para este trabalho, o enquadramento teórico à temática da dissertação.

O Capítulo 3 refere-se à caracterização da situação em STP, abordando sobre crescimento económico e o emprego, a população e o desemprego jovem, a política nacional de emprego e a regulamentação do trabalho.

O Capítulo 4 integra metodologia aplicada no desenvolvimento da investigação, as fontes e o instrumento usados na recolha de dados.

O Capítulo 5 apresenta os principais resultados obtidos e correspondente análise e interpretação dos mesmos.

O Capítulo 6 contém as considerações finais que contemplam as conclusões, as principais limitações encontradas no desenvolvimento do estudo e as pistas de investigação futura.

CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo contém a revisão da literatura de artigos, relatórios e outras fontes de estudos e publicações selecionadas para este trabalho, de enquadramento teórico à temática da dissertação. Em particular, é dada atenção especial aos estudos sobre emprego e desenvolvimento e o problema do desemprego jovem.

2.1. Emprego e Desenvolvimento

Para Chacaltana e Dasgupta (2021) mesmo com maiores competências digitais do que os mais velhos e com as mudanças ocorridas no mercado de trabalho na última década, as perspectivas atuais de emprego para o grupo social dos jovens não são promissoras, tendo sido o mais atingido em tempos de crise pela pandemia COVID-19. Para estes autores, a questão não se coloca na preparação e competências dos jovens e sua adequação ao mercado de trabalho mas em garantir que os formuladores de políticas de emprego e a comunidade global, priorizem o emprego jovem, essencial ao desenvolvimento sustentável e à justiça social e definam as medidas necessárias para enfrentar este problema e alcançar um futuro melhor para os jovens.

Para Varandas (2014), as políticas de emprego podem ser ativas ou passivas. As ativas, que se justificam por razões de equidade e eficiência, visam promover uma transição mais rápida e eficiente do desemprego para o emprego, fazem-no através de mecanismos de melhoria da procura de emprego e da disponibilização de instrumentos (formação profissional e requalificação, entre outros) ajudem os trabalhadores a ajustar-se melhor às necessidades das empresas. Equidade por assumirem uma função redistributiva ao servirem os indivíduos em situação de desemprego de longa duração. Eficiência por eliminarem ou atenuarem efeitos que impedem os mercados de trabalho de funcionarem de acordo com os mecanismos da concorrência perfeita. Quanto às políticas passivas, visam garantir um rendimento de substituição aos indivíduos em situação de desemprego que lhes proporcione um determinado nível de consumo e de bem-estar (Varandas, 2014).

Criar emprego remunerado sempre foi a base da teoria e política de desenvolvimento, pelo reconhecimento da ligação do emprego à redução da pobreza e à criação de valor económico, para a organização e para o trabalhador, pela melhoria do seu rendimento (Sumberg, Flynn, Mader e Oosterom, 2020). O desafio é o de saber operacionalizar esta necessária transformação do emprego, sobretudo em países em desenvolvimento. Ou seja, é o de saber quando, porquê e como evoluir do modelo de emprego predominante na economia, por exemplo, da produção

familiar de subsistência, para emprego assalariado fora do domicílio. Também o saber como criar emprego e os papéis da educação e formação dos jovens na criação de empregos de melhor qualidade, e do setor público no avanço da transformação do emprego. Estas questões atuais, essenciais à economia do desenvolvimento e do crescimento económico, tiveram a sua origem nas teorias de Arthur Lewis nos anos 1950, e impulsionaram grandes transformações no mercado de emprego, via industrialização por substituição de importações nas décadas na 1960 e 1970, pelo modelo de desenvolvimento do Leste Asiático voltado para a exportação na década de 1990 e, pelo retorno às discussões de política industrial na atualidade (Sumberg, Flynn, Mader e Oosterom, 2020).

Durante muito tempo, as teorias do desenvolvimento económico focaram-se no capital físico e da sua importância para o aumento da produção por unidade de trabalho. Esta situação mudou com Theodore Schultz e a ênfase no capital humano, suas competências, conhecimentos e talentos que lhe possibilitam criar valor (Schultz, 1973). Embora esta teoria do capital humano possa explicar diferenças entre países e pessoas pelas suas competências e produtividade do trabalho (Frigotto, 2000) não legitima o problema estrutural da desigualdade, na medida em que a totalidade da riqueza produzida dentro e fora de um país não é dividida igualmente entre a população (Braga, Braga, Braga e Alves, 2020). Para estes autores, continuam a existir poucas pessoas a ganhar muito e muitos a receber pouco, pelo que, nem a produção da riqueza nem de oportunidades é igual para todos.

No modelo dualista de Lewis (1954), de dois setores, um empresarial que usa capital, tecnologia e gestão para produzir resultados com alto nível de eficiência e, outro, tradicional onde a agricultura prepondera, com pouco ou nenhum capital ou tecnologia e a produzir com baixo nível de eficiência e rendimentos muito reduzidos. Neste contexto, o propósito da política de desenvolvimento económico é o de impulsionar o setor mais eficiente a receber a mão-de-obra do setor tradicional, aumentando de forma sustentável a participação dos empregos assalariados na economia. O problema reside no facto de uma maior incorporação dos trabalhadores do setor tradicional no setor empresarial, necessitar de investimentos em capital físico e poupanças, geralmente escassas em economia de subsistência. Daí que, a teoria de Lewis (1954) tenha sido revista e ampliada, nas décadas de 1960 e 1970, por Ranis e Fei (1961) e Chenery e Carter (1972) assumindo que a restrição da poupança poderia ser superada pela ajuda ao desenvolvimento e pelo endividamento externo, sobretudo em países em desenvolvimento (Ahluwalia, Carter e Chenery, 1979).

Com o pressuposto de Ranis e Fei (1961) e Chenery e Carter (1972) posto em causa com as crises da dívida dos anos 1980 e princípio dos anos 1990, o modelo de desenvolvimento de Lewis foi recuperado para explicar o sucesso das economias de exportação do Leste Asiático durante a década de 1990. Um dos exemplos é a China, onde a criação de emprego nas fábricas das cidades retirou mão de obrado campo, apoiada pela melhoria da educação primária e secundária, ou seja, o capital humano foi um requisito deste desenvolvimento e mudança económica transformacional (Sumberg, Flynn, Mader e Oosterom, 2020). Daí que os autores defendam que a necessária "transformação estrutural" passa, em simultâneo, pela capacitação do capital humano e por taxas de crescimento económico que permitam realocar mão-de-obra de setores menos produtivos para os de alta produtividade e eficiência, ajudando a recuperar a produtividade agregada e a criar valor.

A mencionada “transformação estrutura” foi confirmada num estudo que incidiu sobre um conjunto amplo de países em desenvolvimento, no continente africano (McMillan, Rodrik e Verduzco-Gallo, 2014). Os autores sustentam a desvantagem para estes países em desenvolvimento, do processo de globalização intensificada e consequente integração económica aos mercados globais, sobretudo se esses países tiverem vantagens comparativas em mercadorias de recursos naturais. Quanto às falhas na criação de emprego jovem, uma explicação apontada é a de que o processo de crescimento foi essencialmente impulsionado pelo crescimento do setor primário, não existindo nenhum tipo de transformação estrutural baseada na indústria, que sustente a redução da pobreza e a criação de empregos como aconteceu na China (McMillan, Rodrik e Verduzco-Gallo, 2014; Rodrik, 2016). Para estes autores, o padrão de crescimento na África subsariana permaneceu caracterizado pela captura de rendimento dos recursos pelas elites políticas e económicas, acompanhada pelo fracasso em desenvolver setores secundários que poderiam levar a uma distribuição mais sustentável e equitativa dos resultados do crescimento. Ou seja, a experiência em África não é a de uma transformação estrutural com mudança da mão-de-obra da agricultura para a indústria (Rodrik, 2016) mas de um grande desenvolvimento da economia informal (Silva, 2014). Apenas os setores de serviços (Newfarmer, Page e Tarp, 2018) e de tecnologia digital e as oportunidades do empreendedorismo, se destacaram na denominada transformação estrutural do mercado de trabalho em África (Meagher, 2020; BM, 2019). Ainda assim, a automação, robótica e a inteligência artificial podem estar a fechar possibilidades de criação de emprego na indústria (Rodrik, 2016).

Embora a mudança estrutural nem sempre estimule o crescimento económico (McMillan, Rodrik e Verduzco-Gallo, 2014), o capital humano influencia positivamente a relação entre mudança estrutural e crescimento económico (Clementi, Fabiani, Molini e Zizzamia, 2021), havendo espaço e necessidade de fazer o setor industrial crescer em África e de criar políticas de emprego mais eficazes (Lin e Mongo, 2017, citados por Sumberg, Flynn, Mader e Oosterom, 2020).

Os estudos, narrativas e fundamentos da mudança estrutural como impulsionador de melhores oportunidades de emprego e as medidas de política de emprego jovem e de rendimento, tomadas por distintos países em todo o continente africano, com destaque para os países da África subsariana, sobre os quais existe maior volume de literatura publicada, são seguidamente revistas.

2.1.1 Políticas de emprego e rendimento em África

Falar das questões de crescimento e desenvolvimento sustentável, de melhores empregos e de redução da pobreza em África, implica refletir e discutir a transformação estrutural e a necessidade de mudança económica transformacional (Sumberg, Flynn, Mader e Oosterom, 2020). São vários os estudos e relatórios produzidos no continente africano, por distintas organizações, com o propósito de estabelecer uma agenda para essa transformação económica e a criação de empregos dignos, entre os quais, a ACET (2017), a UA (2014) e a Agenda “High Five” do BAD (Monga, Shimeles e Woldemichael, 2019). Também vários países africanos têm feito esforços na criação de políticas de emprego e rendimento, alguns com o propósito de replicar a transformação estrutural que beneficiou os mercados de emprego na Ásia. Quer por a economia global estar cada vez mais integrada e liberalizada e oferecer menos espaço às medidas de proteção usadas nas transformações do Leste Asiático, quer por incapacidade dos formuladores de políticas dos países africanos em combinar ação estatal eficaz, elevado nível de coerência política, agricultura de alto valor e exportações de mão-de-obra intensiva, os níveis de desemprego jovem tendem a persistir (Sumberg, Flynn, Mader e Oosterom, 2020).

A Etiópia é um dos países que tem procurado impulsionar o investimento em setores de mão-de-obra intensiva, com destaque para a indústria orientada à exportação (Giannecchini e Taylor, 2018). Contudo, os empregos formais criados, que envolvem menos de 10% dos necessários, têm sido caracterizados por um alto nível de rotatividade dos novos contratados, com aproximadamente um terço dos jovens recém-empregados a deixarem as empresas no prazo de um mês (e 77% no prazo de um ano) devido a condições de trabalho precárias e, nalguns casos,

perigosas (Blattman e Dercon, 2018). Segundo estes autores, os jovens não somente mudavam de empresa diferente, como abandonavam totalmente o setor.

Dentro das medidas para melhorar o desemprego rural e os problemas de subemprego tomadas pelo governo da Etiópia desde o ano 2000, encontram-se um conjunto de iniciativas, pacotes e políticas de emprego para jovens, que se podem agregar em quatro principais intervenções (Tigabu e Gebeyehu, 2020) que seguidamente se descrevem: A Política Nacional de Juventude - NYP (*The National Youth Policy*) em 2004, o Pacote Nacional de Desenvolvimento da Juventude Rural em 2006, a Estratégia de Criação de Oportunidades de Trabalho Rural (RJOCS) em 2017, e o Fundo Rotativo para Jovens (YRF) também em 2017.

Orientado para resolver o problema do desemprego jovem urbano e rural, mas assumindo que o governo não o podia resolver sozinho, o NYP, em 2004, criou condições propícias aos jovens para criarem os seus próprios empregos e benefícios às empresas para criarem empregos para os jovens. Especificamente no meio rural, a política induzia os jovens a ter acesso a terras agrícolas e dava apoio aos que se instalavam como jovens agricultores.

Considerando que os jovens em zonas rurais enfrentam maiores desafios que os urbanos, o Pacote Nacional de Desenvolvimento da Juventude Rural (2006) foi orientado especificamente aos jovens rurais, definindo critérios para atribuição da terra e do financiamento, e ordenando a todos os ministérios e agências governamentais a incorporação deste pacote nas suas estratégias, planos e orçamentos.

Em 2017, a Estratégia de Criação de Oportunidades de Trabalho Rural (RJOCS) procurou integrar os esforços de criação de oportunidades de emprego rural com as políticas, estratégias e programas nacionais e setoriais, procurando o alinhamento com os objetivos e metas do Segundo Plano de Transformação do Crescimento (GTP-II) e do Plano de Economia Verde Resiliente ao Clima (CRGE) do país. O documento definia explicitamente a acessibilidade dos recursos finanças e terra aos jovens, identificando quatro pilares principais como fontes de empregos para os jovens rurais: empreendedorismo / trabalho autónomo, emprego assalariado/mercados de trabalho, programas de trabalho público produtivo rural expandido e diversificação dos meios de subsistência.

O Fundo Rotativo para Jovens (YRF, 2017), definido na proclamação nº 995/2017, atribuiu 10 bilhões de ETB (Birr etíope) equivalente a 427 milhões de dólares aos governos regionais, como fonte permanente de financiamento aos jovens das zonas urbanas e rurais, com idades entre os 18 e os 34 anos, para criação de emprego. O fundo determinava também que a tecnologia e o

desenvolvimento de recursos humanos deviam ser fatores essenciais a serem fornecidos aos jovens.

Também a África do Sul tem feito elevados investimentos numa grande diversidade de Programas Ativos do Mercado de Trabalho nos setores governamental, privado e da sociedade civil, mas, apesar disso, níveis elevados de desemprego jovem persistem (De Lannoy, Graham, PateleLeibbrandt, 2020). Para estes autores, que analisaram a situação do país entre 1994 e 2018, o problema é complexo e sustenta-se, sobretudo do lado da oferta do mercado de trabalho, que dá reduzida atenção ao desempenho jovem, ao género e, à atualização de competências.

No Gana, onde a criação de oportunidades de emprego para os jovens continua a ser um dilema para os formuladores de políticas, muitos dos programas preconizados para combater o desemprego jovem produziram poucos resultados, por falta de apoios a elementos essenciais (Jumpah, Ampadu-Ameyaw e Owusu-Arthur, 2020) e também por falta de revisão e atualização dos programas de desenvolvimento dos jovens (Ampadu-Ameyaw, Jumpah, Owusu-Arthur, Boadu e Fatunbi, 2020). O desemprego jovem, que mais que duplicou a taxa média nacional de desemprego, nos últimos anos, teve vários ciclos ligados às medidas de política adotadas em cada um (Jumpah, Ampadu-Ameyaw e Owusu-Arthur, 2020). Assim, os autores sustentam que as políticas que promoveram o crescimento geral da economia, como as Agenda I e II para o Crescimento Compartilhado e o Desenvolvimento de Gana, reduziram o desemprego jovem em 5%, bem como os programas de apoio aos jovens e o crescimento do PIB, que também têm reduzido a taxa de desemprego. Já o decréscimo do PIB teve um efeito inverso na taxa de desemprego jovem. A maioria dos programas são patrocinados pelo Estado ou em colaboração com o setor privado, as estatísticas e dados de avaliação das iniciativas de emprego jovem são difíceis de obter (não estão disponíveis, são fragmentados ou apenas cobrem um determinado período de tempo) e há muitas semelhanças entre os programas que pareciam estar duplicados e que estão localizados em diferentes Ministérios, Departamentos e Agências (Ampadu-Ameyaw, Jumpah, Owusu-Arthur, Boadu e Fatunbi, 2020). Para estes autores, a Agência Nacional de Emprego para Jovens (YEA), o Programa de Apoio à Empresa Rural (REP) e o Conselho de Formação Técnica e Profissional (COTVET) têm programas de desenvolvimento de competências, formação e aprendizagem idênticos e orientados para os jovens, mas são implementados pelo Ministério da Juventude e Desporto, Ministério do Comércio e Indústria e Ministério da Educação.

Face à incapacidade do Estado solucionar, sozinho, o problema do desemprego, os autores sugerem a necessidade do Estado fornecer condições propícias para as empresas prosperarem

e aumentarem a sua contribuição na criação de emprego jovem. (Ampadu-Ameyaw, Jumpah, Owusu-Arthur, Boadu e Fatunbi, 2020).

Em Angola, Ernesto e Capilo (2019) afirmam a necessidade de o governo definir políticas de encaminhamento e crescimento do sector informal para o formal. Especificamente, consideram a necessidade de: i) dar continuidade e ampliar programas e instrumentos de intervenção política e financeiros lançados, com parceiros privados, com o intuito de criar um ambiente suscetível à reconversão da economia e do emprego informal, incentivando a empreendedorismo e os micros e pequenos negócios; ii) Ampliar e reconverter o Programa de desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PDMPME, 2012); iii) modernizar os centros de emprego que ainda vivem na mentalidade da economia centralizada, ajustando-os à realidade e desafios atuais; e iv) criar programas de desenvolvimento e incentivo aos jovens e às empresas para criação de emprego jovem.

Para Ude (2020) também capacitar os jovens, por meio de ações de desenvolvimento de qualificações adequadas aos empregos, de facilitar o acesso dos jovens rurais à terra, de melhorar o acesso a financiamento, de promover o desenvolvimento de autoemprego, criação de negócios e de micro e pequenas e médias empresas, apoiar programas de proteção social e redes de segurança, e acesso a serviços sociais, são medidas que considera importantes e que estão a ser desenvolvidas em alguns países da África subsariana, onde os governos consideraram o emprego jovem como o elemento chave das políticas de desenvolvimento, por meio da transformação rural.

O empreendedorismo, tem sido uma política de desenvolvimento e criação de emprego jovem na África Subsaariana onde o desemprego tem permanecido alto e tem induzido os jovens desempregados, em particular os que não frequentam a escola, a empreenderem uma atividade autónoma no setor informal, pela incapacidade dos governos criarem mercados de trabalho com emprego regular ou seguro no setor formal (Silva, 2014; Chigunta, 2017). Contudo, para este autor, o efeito das políticas de criação do próprio emprego e do empreendedorismo para a redução do desemprego e do subemprego é muito complexo. Por um lado, parece ser um caminho para sair da pobreza e mitigação contra a pobreza extrema para alguns jovens. Por outro, a burocracia, os processos administrativos longos e complicados e a falta de experiência dos jovens, para gerir e dar viabilidade ao negócio, torna difícil garantir meios de subsistência bem-sucedidos.

Também Foxis e Gandhi (2021) analisando a política de emprego na África Subsaariana no período pós-COVID-19, identifica os impulsionadores e as consequências para os jovens. À semelhança de outros estudos verificam que, quando os países alcançam crescimento e transformação económica equilibrada, surgem melhores oportunidades de emprego. Isto significa que as políticas de emprego jovem na África Subsaariana devem estar ligadas a uma agenda de transformação económica, incluindo o aumento da produtividade dentro dos setores que a tem mais baixa, como a agricultura, e a expansão da produção e do emprego em setores de maior produtividade. Concluem que os níveis atuais de desenvolvimento e transformação económicos não proporcionam oportunidades de emprego remunerado suficientes para corresponder à alta taxa de crescimento da força de trabalho, razão que justifica a expansão do emprego informal, que consideram deve ser também incluído nas medidas de política para aumentar a produtividade e os rendimentos. Melhorar a qualidade educacional para construir competências cognitivas e socio emocionais mais fortes devem ser outras medidas da política de suporte aos jovens, assim como reduzir os obstáculos que as mulheres enfrentam no mundo do trabalho, incluindo emendar ou abolir leis discriminatórias e promulgar políticas e programas para reduzir a discriminação.

Também as Ilhas Maurícias desenvolveram um plano para incentivar os jovens a recorrer à educação técnica e à formação vocacional, em simultâneo com uma política de apoio ao autoemprego jovem e benefícios para as empresas que contratem jovens. Da mesma forma a Zâmbia adotou uma política nacional de juventude e estabeleceu um fundo para jovens empresários para estimular a criação de empregos (BM, 2014).

2.2. Mercado de trabalho e desemprego jovem

O mercado de trabalho é uma expressão utilizada para definir todas as formas de trabalho que possam existir na atualidade, seja trabalho manual ou intelectual que são remunerados de alguma forma (Carvalho, 2020). É a procura e oferta de força de trabalho, incluindo todos os setores, primários, secundário e terciário, organizações públicas e privados e pessoas físicas e jurídicas (Kiziryan, 2015). Existe, contudo, diferença entre trabalho e emprego. Um trabalho é uma atividade profissional remunerada. O emprego é um conceito mais amplo, intrinsecamente ligado ao desemprego, que abrange o conjunto de toda a oferta de trabalho fornecido no seio da economia nacional, toda a população ativa que não esteja no desemprego e todos os setores, público ou privado, formal ou informal, englobando igualmente o trabalhador por conta própria,

profissionais liberais e todas as outras tipologias (Ahodekon, 2015). Para os defensores da flexibilidade no mercado de trabalho, os benefícios que apresentam são a redução do desemprego e o aumento do nível de emprego, embora este possa ser feito por formas atípicas, como o autoemprego, contratos de trabalho temporários e trabalho a tempo parcial (Varandas, 2014).

Para a ILO (2011) todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, tem falhado na oferta de emprego, sobretudo para os jovens que sendo, cada vez mais, uma geração qualificada, têm poucas oportunidades de emprego. A população total de jovens nos países em desenvolvimento é muito grande, cerca de mil milhões de indivíduos, dos quais mais de 1,2 mil milhões estão desempregados; a maioria (90 por cento) vive nos países em desenvolvimento, 60 por cento na Ásia e 17 por cento em África (ILO, 2011). Para esta organização internacional, que estima que este valor atingirá um máximo de 1,1 mil milhões em 2060, a referida falha na oferta de emprego jovem, está associada a vários fatores. Por um lado, ao estado geral da economia. Por outro, à situação do emprego. Também, à inadequação entre as competências dos jovens e as exigidas pelo mercado de trabalho. De forma isolada ou em conjunto, estes fatores podem induzir longos períodos de desemprego, procura de emprego ou trabalho pouco qualificado e precário, prejudiciais aos jovens e com forte impacto na economia e na sociedade em geral (ILO, 2011). Adicionalmente, Julkunen (2009) associa também o desemprego jovem com a transformação de políticas, governança e processos sociais amplos.

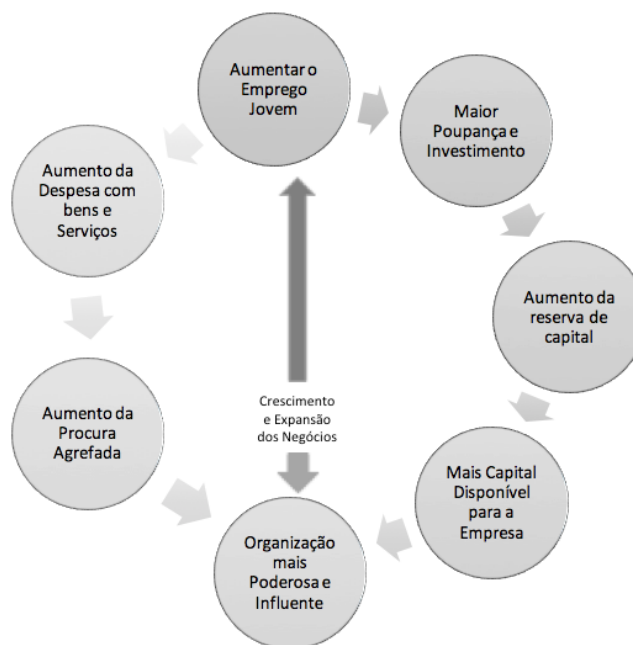
O desemprego jovem, e o não emprego, também estão associados à infelicidade e esta a problemas de saúde física e mental (Bell e Blanchflower, 2010), e ao crime e agitação social (Muiya, 2014). Também o surgimento crescente de empregos temporários e de meio período entre os jovens e suas formas contratuais se estão tornando um grande problema (O'Higgins, 2016).

As dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho não incluem só o desemprego, mas também: i) o subemprego, trabalhando longas horas na informalidade, intermitente e arranjos de trabalho inseguros; ii) trabalhar abaixo de seu potencial em empregos de baixa qualificação e baixa remuneração, sem perspectivas de progressão na carreira; iii) ficar preso a empregos involuntários de meio período, temporário, casual ou sazonal; e, iv) trabalho em condições precárias e na economia informal (ILO, 2011; Silva, 2014).

Numa visão económica geral, todas as organizações se empenham em criar e sustentar condições de crescimento e desenvolvimento dos negócios que passam pela criação de emprego

e, na maioria dos casos, em contratar jovens com as competências e conhecimentos atuais e adequados à função, cuja experiência contribuirá para impulsionar as receitas e crescimento da economia (ILO, 2011). Por sua vez, os jovens que conseguem estas oportunidades, recebendo um salário justo e regular, não somente contribuem para aumentar a procura agregada, como consomem, economizam e investem os ganhos, aumentando a reserva de capital de um país, impulsionando também o crescimento económico e os níveis de emprego futuros (ILO, 2011). A Figura 1 apresenta este ciclo virtuoso do emprego jovem.

Figura 1. Ciclo virtuoso do emprego jovem



Fonte: Adaptado de ILO (2011)

Os desafios dos jovens no mercado de trabalho, são diferentes entre países (Pastore, 2018). Segundo este autor, os jovens são os mais afetados pelas condições económicas e sociais adversas e também por fatores estruturais. No primeiro caso, os despedimentos, em geral, incidem em trabalhadores mais recentemente contratados, com menos compromissos familiares e com menos custos para a organização, ou seja, os jovens. No segundo, porque os jovens, apesar do crescente nível de formação, têm menos capital humano do que os adultos porque não têm competências profissionais específicas, ou seja, as que só podem ser adquiridas no local de trabalho, por meio de experiência profissional geral e específica para a função. Por essa razão, segundo o referido autor, os países anglo-saxónicos têm políticas baseadas na educação de alta qualidade e em mercados de trabalho flexíveis. Os países da Europa Central, especialmente a Alemanha, usam o princípio dual de educação (aprendizagem) e os

escandinavos tem um sistema educacional sequencial como os anglo-saxónicos, mas com mercados de trabalho rígidos, evitando o desemprego de longa duração. No Sul e Leste da Europa os sistemas e instituições ainda estão em processos de reforma no caminho do alinhamento dos anteriores sistemas.

2.2.1 Desemprego jovem em África

Sobre África, alguns estudos foram encontrados na literatura. Um estudo sobre a natureza, desafios e consequências do desemprego jovem em contexto urbano, nomeadamente em Nairóbi, Quênia, identificou a falta de educação e de competências como antecedentes do desemprego jovem e a marginalização, prostituição, evasão escolar, estupro e infeções por HIV/AIDS, bem como os casamentos prematuros, como consequentes (Muiya, 2014). O autor sugere um melhor ajustamento e compatibilidade entre a formação fornecida e as necessidades da oferta de emprego, assim como a aposta na formação profissional como forma de desenvolver o emprego autónomo.

Um outro trabalho sobre as principais características do mercado de trabalho jovem na Etiópia, mostrou, por um lado, que apesar do esforço educacional nos jovens, não houve criação de empregos para fornecer oportunidades a estes recém-graduados. Por outro, que a incidência do desemprego é mais generalizada nas zonas urbanas e maior nas mulheres, que para além de taxas de desemprego mais altas têm maior confinamento a empregos no setor informal (Broussar e Tekleselassie, 2012). A estimativa é que os jovens na Etiópia constituam 30% da população, cerca de 81% vivem em áreas rurais e 98% dos jovens rurais dependiam da agricultura, situação que leva a uma pressão sobre o uso da terra que se está a tornar insuficiente para todos (Tigabu e Gebeyehu, 2020). Os autores afirmam ser os jovens os mais atingidos pela pobreza, o maior grupo de desempregados da sociedade e o que mais procura emprego pese embora as oportunidades de emprego serem muito limitadas, sobretudo nas áreas rurais, devido à falta de investimentos complementares e baixo acesso a financiamento e terra. Em consequência destas condições desfavoráveis, os jovens têm contribuído muito para a persistente migração rural-urbana e migração para o exterior.

Na Nigéria, a maioria do segmento jovem da população vive abaixo da linha da pobreza devido ao desemprego (OdeheOkoye, 2014). Os autores justificam essa situação pelo facto das agências encarregadas de implementar as políticas governamentais de redução da pobreza (relacionadas ao emprego dos jovens) terem falhado no cumprimento das suas obrigações.

Sugerem uma abordagem holística da criação de empregos em prol da redução do desemprego jovem e da impulsão do crescimento económico, ambos importantes para reduzir a pobreza.

Ude (2020) investigou o emprego jovem e a transformação rural em 54 países da África Subsaariana entre 2010 a 2017. Os resultados evidenciam: i) a influência positiva na transformação rural dos países africanos do emprego jovem (rural e urbano) em relação à proporção da população; ii) que um aumento na população rural desempregada tem um efeito negativo sobre a transformação rural; iii) que a taxa de alfabetização juvenil tem relação inversa com a taxa de desemprego juvenil; iv) que um aumento no emprego no setor agrícola levaria a um declínio na taxa de desemprego jovem; e v) que um aumento da população rural agravaria a taxa de desemprego jovem.

CAPÍTULO 3 – Caracterização da situação em STP

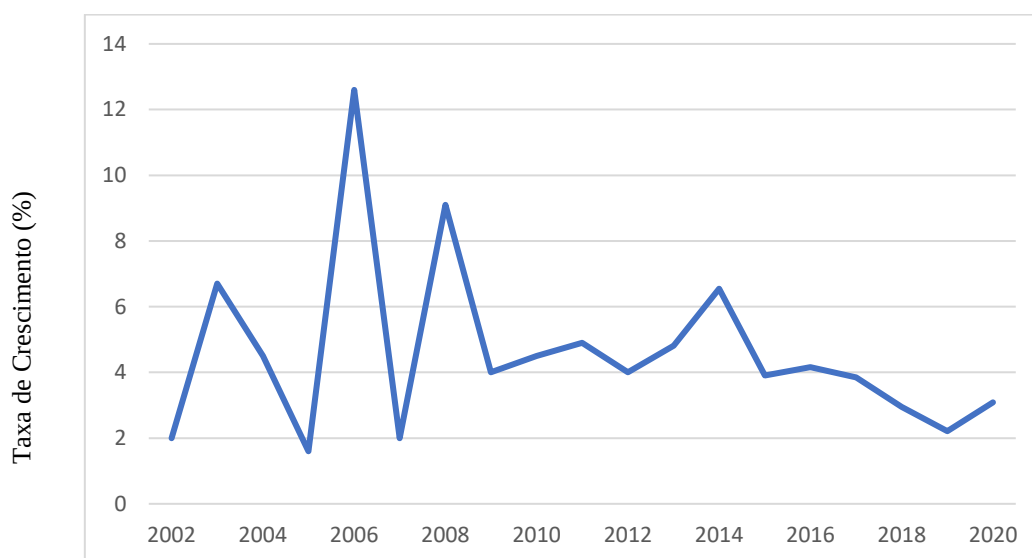
A primeira evidência é a ausência de estatísticas oficiais atuais para descrever detalhadamente a situação do desemprego e tópicos afins em STP. O último Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH) realizado pelo INE no ano 2012 foi publicado em 2013. Depois deste não existe outro, apenas um diagnóstico sobre a situação do emprego jovem em STP (Bonifácio, 2018), conhecido em Março de 2018 e dois estudos da OIT (2018; 2021), um sobre o programa de promoção do trabalho digno 2018-2021 e outro sobre o impacto socioeconómico da COVID-19 sobre trabalhadores e suas organizações em STP. Estas serão as fontes primordiais usadas, para além de dados do Banco Mundial, na presente caracterização, às quais, adicionalmente, outras mais específicas se juntam.

3.1. Crescimento económico e emprego

Um dos fatores determinantes da empregabilidade jovem é o crescimento da economia e uma alta capacidade de absorção de investimentos (Cruz, 2020). Uma economia que não cresce não gera emprego e não dá oportunidades aos jovens (Cruz, 2020). No caso concreto de STP, o país apresenta uma estrutura e uma dinâmica demográfica incompatível com a capacidade de a economia gerar empregos em número e qualidade para alocar o elevado número de jovens que anualmente entram no mercado de trabalho (Cruz, 2020). A economia a crescer a um ritmo inferior ao da população, a administração pública incapaz de dar resposta à criação de emprego jovem, a indústria incipiente e frágil e o tecido empresarial reduzido e com baixo ou inexistente nível de inovação, para além da insularidade e dos recursos naturais limitados, são algumas das razões justificativas (Ceita, 2021).

O PIB, quando em fase de crescimento ou evolução positiva, é um determinante importante da criação de emprego. A Figura 1 ilustra a evolução do PIB entre os anos 2002 e 2020 a preços constantes. Este atingiu 6% em 2006, devido ao aumento de fluxo de produtos, bens e serviços, sobretudo ligado ao investimento do Hotel Pestana em STP e das correspondentes ajudas públicas ao desenvolvimento. Também o PIB monetário per capita, um dos principais indicadores do IDH, mais elevado foi conseguido em 2006 (6278USD), tendo, a partir daquele ano decrescido até atingir os 1155 USD em 2019.

Figura 2-Evolução do PIB 2002-2020



Fonte: BM (2019)

Segundo a OIT (2018), entre 2012-2016, STP apresentou uma taxa de crescimento anual média de 4,2 por cento, assente no aumento do Investimento Direto Estrangeiro, pelo lançamento de novos projetos financiados por doadores e pela melhoria das receitas fiscais e do turismo. O FMI previa um crescimento do PIB de cerca de 5 por cento em 2018 e de 5,5 por cento em 2019, graças aos investimentos em infraestruturas. O setor dos serviços foi o principal contribuinte para a produto do país em 2017, com cerca de 60 por cento do PIB, seguidos pela indústria e a agricultura, ambos com 20% (OIT, 2018).

Dados do BM (2019) indicam que o PIB cresceu a uma taxa média de 4,5% entre 2010 e 2018, embora esse crescimento venha a desacelerar desde 2014 e tenha sido muito afetado, em 2018 e 2019, pela escassez de combustível e de energia, pelos atrasos dos pagamentos do governo aos fornecedores locais e pelo afastamento do financiamento interno. Os choques negativos que começaram em 2018 continuaram a afetar o desempenho da economia em 2019, estimando o BM (2018) que a taxa de crescimento real do PIB tenha diminuído para 2,4% em 2019, contra 2,7% em 2018. A agricultura e as pescas foram os mais afetados, não apenas pela escassez de combustível e de energia, mas também, pelos choques climáticos e pragas agrícolas.

Como podemos ver na tabela 1, entre 2010 e 2019 o emprego em STP concentra-se sobretudo nos serviços (mais de 50% dos empregados) e na agricultura (23%-24%) e apenas cerca de 18% na indústria. Há, portanto, um carácter embrionário do sector secundário e sector primário.

Tabela 1- Indicadores do Mercado de Trabalho

	2010	2013	2016	2019
Taxa de emprego (total)	50.65	51.12	51.52	51.49
Taxa de emprego- mulheres	32.38	33.02	33.82	33.99
Taxa de emprego- homens	69.48	69.74	69.70	69.42
Taxa emprego jovens total (15-24 anos)	32.48	31.59	30.59	30.15
Taxa emprego jovem (15-24 anos) homens	47.94	46.61	45.05	44.32
Taxa emprego jovem (15-24 anos) mulheres	16.79	16.35	15.91	15.77
Emprego – setor agrícola	26.05	25.15	24.21	23.41
Emprego na agricultura, masculino	31.85	30.93	29.92	29.06
Emprego na agricultura, feminino	13.97	13.29	12.74	12.14
Emprego – indústria	17.01	17.10	17.65	17.87
Emprego na indústria, masculino	23.55	23.83	24.84	25.28
Emprego na indústria, feminino	3.41	3.30	3.22	3.12
Emprego – serviços	56.94	57.75	58.14	58.72
Emprego - serviços, homens	44.60	45.25	45.23	45.66
Emprego - serviços, mulheres	82.62	83.41	84.04	84.74
Taxa de emprego por conta de outrem	49.07	49.93	50.94	51.84
Taxa de Trabalho por conta de outrem, masculino	53.01	53.89	54.95	55.87
Taxa de Trabalho por conta de outrem, feminino	40.87	41.80	42.88	43.82
Taxa de emprego por conta própria	50.93	50.07	49.06	48.16
Homens (% emprego total masculino)	46.99	46.11	45.05	44.13
Mulheres (% emprego total feminino)	59.13	58.20	57.12	56.18
Emprego Vulnerável Total (% do emprego total)	49.33	48.47	47.44	46.52
Emprego vulnerável, masculino (% emprego masculino)	45.31	44.43	43.36	42.44
Emprego vulnerável, feminino (% emprego feminino)	57.70	56.75	55.63	54.65

Fonte: Banco Mundial

Podemos ver igualmente que apenas cerca de 34% da população empregada com mais de 15 anos são mulheres. A análise por sexo ao longo dos anos revela a fraqueza das mulheres no sector secundário e a sua concentração no sector terciário. Refira-se igualmente o grande peso

do trabalho por conta própria ao longo dos anos, especialmente no caso das mulheres (ver tabela 1), mas que ainda assim tem vindo a diminuir.

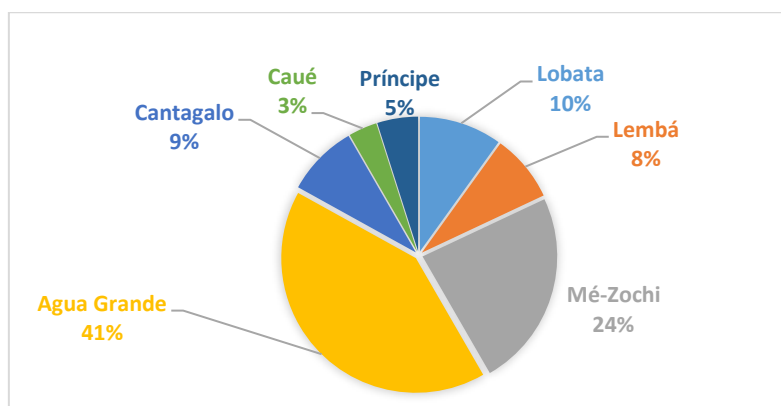
É também de salientar a natureza precária da relação laboral e da informalidade da economia de STP, como se pode ver na tabela 1. Segundo os dados do Banco Mundial em 2010 o emprego vulnerável representava quase 50% do total do emprego sendo que apenas diminuiu ligeiramente para 46% em 2019. A vulnerabilidade é bastante mais evidente no caso do emprego feminino.

A maioria dos jovens empregados (25,9%) trabalhava nos “serviços e vendas”, 17% dedicava-se a uma atividade ligada à agricultura, pecuária ou pesca, 16,4% eram artífices ou exerciam atividade similar e apenas 1,2% representava os poderes legislativo ou executivo ou eram diretores ou gestores. Cerca de 18,1% eram trabalhadores sem qualquer qualificação. A dimensão de jovens empregados no “comércio e serviços” era mais elevada em raparigas (40,1%) do que rapazes (9%). Dos trabalhadores não qualificados, a proporção das mulheres jovens era igualmente superior (33,5%) face aos homens jovens (8,9%). Estes indicadores, quando comparados com os da população adulta, da faixa etária dos 35 aos 65 anos, demonstram uma degradação da condição de vida dos jovens santomenses e de uma acentuada desigualdade socioeconómica com base na idade, no género e no local de residência. Essa degradação da condição socioeconómica na faixa etária jovem, segundo o referido diagnóstico, é consequência direta da ausência ou do baixo nível de rendimento proveniente do salário, apesar dos jovens possuírem um nível maior de instrução e de formação, comparativamente aos adultos da faixa etária mais alta (Bonifácio, 2018).

A distribuição dos empregados por Distrito reflete a dinâmica e a distribuição territorial da atividade económica (Figura 3), concentrada em Água Grande (41,4%) e Me-Zochi (23,7%), totalizando 65,1% dos empregos do país em 2012. No extremo oposto estão os Distritos de Caué (3,4%) e Região Autónoma do Príncipe (4,9%).

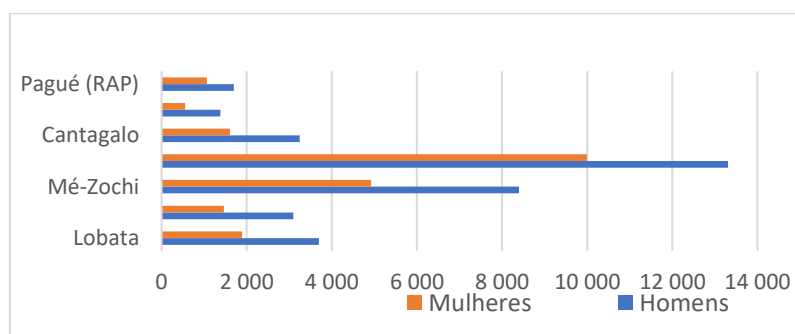
A concentração de mulheres é maior nos distritos de Água Grande e Me-Zochi (Figura 4), embora os homens constituam a maioria dos empregados em todos os Distritos do país, sendo a percentagem de empregados do sexo feminino, a nível nacional de 38,2%. Os Distritos de Caué (28,5%) e Lembá (32,1%) eram os Distritos onde se registava maior desequilíbrio, com menor percentagem de mulheres entre os empregados. Os Distritos com maior equilíbrio eram os de Água Grande (42,9%) e Pagué (RAP) (38,5%) (Figura 9).

Figura 3 -Distribuição dos empregados por distrito (2012)



Fonte: INE (2013)

Figura 4- Distribuição dos empregados por alguns distritos e género (2012)



Fonte: INE (2013)

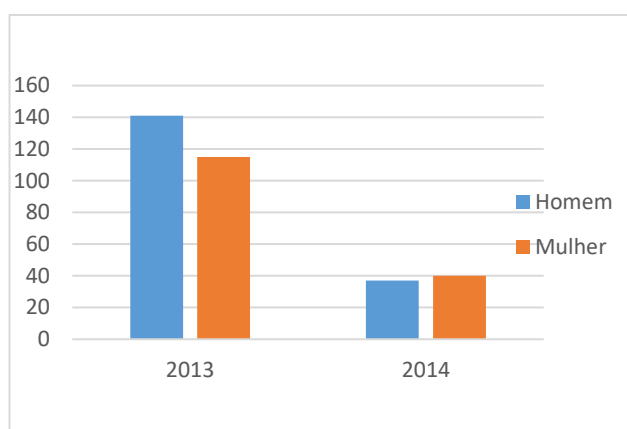
Apesar da pouca fiabilidade dos dados, o registo na DETFP de procura de emprego relativo aos anos de 2013 e 2014 (Tabela 2 e Figura 5) indica serem essencialmente os jovens que procuram o emprego. Com efeito, 84% em 2013 e 86% em 2014, do total dos registos de procura de emprego eram jovens com menos de 35 anos. A análise por sexo mostra que do total dos registos de procura de emprego, 53% em 2013 e 48% em 2014 eram do sexo masculino, contra 47% e 53%, respetivamente, de mulheres. Os registos referentes a 2014 mostram não só uma redução substancial do número de procura de empregos, como também o facto de as mulheres procurarem mais emprego por comparação com os homens (ao contrário do sucedido no ano anterior).

Tabela 2 - Procura de emprego, por género faixa etária (2013 e 2014)

Faixa etária	2013			2014		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Menos de 25 anos	69	49	118	14	12	26
25 a 34 anos	50	47	97	17	21	38
35 e +	16	25	41	6	7	13
Total	135	121	256	37	40	77

Fonte: DETFP

Figura 5- Procura de emprego por género (2013-2014)



Fonte: DETFP

Em síntese, pode-se concluir que, salvo alguns sectores onde se regista equilíbrio quase paritário em género (educação, por exemplo), a sociedade santomense é bastante desigual, com base no género, principalmente no que concerne ao acesso ao emprego, consequentemente ao rendimento, que garante o acesso aos bens e serviços essenciais.

O percurso de STP rumo ao desenvolvimento económico, confronta-se com muitas barreiras, constituídas pela própria insularidade e total exposição a fatores exógenos e, também, por recursos humanos e naturais limitados e um mercado particularmente exíguo, impeditivo de dinâmica natural de efeitos multiplicadores (Gomes, Tenjua, Paquete, e Dória, 2018). Segundo os autores, o país tem vivido muito à custa de ajuda externa e estimam que essa dependência perdurará ainda no tempo. Esta afirmação é coincidente com a OIT (2018), que considera a economia de STP muito vulnerável aos choques exógenos e com uma forte dependência da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que tem financiado mais de 90 por cento das despesas de investimento, em média, 93,6 por cento durante o período 2012-2016 (OGE 2012-2016).

As características estruturais da economia, assente na agricultura de subsistência, na predominância do setor informal (75,7% da população ativa opera na economia informal), na insuficiência de infraestruturas económicas, e, no ambiente de negócios não propício ao desenvolvimento das PME, são alguns dos aspetos que justificam a sua fragilidade e a pouca mão-de-obra qualificada no país (Ceita, 2021). O sistema tributário e sobretudo as dificuldades de acesso ao crédito constituem verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento de negócios e promove o desenvolvimento do sector informal com o seu baixo teor de incorporação de emprego decente (Ceita, 2021).

A natureza desfavorável do ambiente dos negócios em STP é confirmada no relatório do Doing Business (2015) sobre as facilidades de negócios em diversos países. Com exceção das formalidades de criação de empresa, em que STP conseguiu uma boa classificação (23º em 189 países considerados), todas as outras classificações colocam o país nos últimos lugares. O pior resultado obtido nesta listagem, refere-se à obtenção de crédito para os negócios em que o país se encontra na posição estável de 185º lugar, desde 2014, entre os 189 países considerados. A situação não é ainda melhor no que se refere ao pagamento das Taxas e dos Impostos, tendo STP passado de 160º a 162º lugar (MTAS, 2015). O mesmo se verifica quanto aos níveis de execução dos contratos e da quitação da insolvência, em que o país se manteve estável em 2014 e 2015, respetivamente, no 179º e 162º lugar. No entanto, as perspetivas parecem boas, na medida em que de 2014 a 2015, o país melhorou a sua posição global, passando de 160º para o 153º lugar.” A Tabela 3 ilustra a situação de emprego em algumas das principais empresas do setor privado em STP. A sua análise mostra não haver muita esperança em matérias de desenvolvimento do emprego em STP a este nível. Para além do caso do HBD, apenas o congelamento de recrutamentos pela Cervejaria ROSEMA e a CST se expandiram, tendo havido supressão de empregos na Satocao” (MTAS, 2015).

Com a pandemia por COVID-19 o país, com uma economia frágil, foi afetado negativamente, pela queda drástica e perdas na indústria do turismo, pelo cancelamento das ligações aéreas durante alguns meses impedindo a entrada de turistas, o que obrigou ao encerramento das unidades hoteleiras, e também pela redução do consumo interno (OIT, 2021).

A OIT (2021) avança ainda que o facto do turismo, o motor de crescimento do sector privado nos últimos anos e responsável por uma grande parte do emprego formal, ter parado, resultou em perda de rendimentos, de mão-de-obra, de divisas e de receitas fiscais, para além, de efeitos negativos sobre os trabalhadores e suas organizações e sobre o mercado de trabalho.

Tabela 3- Situação de emprego nas principais empresas do setor privado

Empresas	Atividades	Situação do emprego
Satocao	Estabelecimento e exploração de plantações de cacau. Para um contrato de 2.500 há. Na pendência da sua própria produção, a empresa tem colhido e exportado as produções dos agricultores individuais.	Até finais de 2016, o número de funcionários ronda por volta de 1.000 agentes. Após as fases de preparação do solo (Alta Intensidade de Mão-de-obra-HIMO) e de plantio (HIMO moderada), esta força de agentes diminuirá para estabilizar-se no máximo em 400 agentes durante a fase de manutenção. A equipa atual inclui três expatriados responsáveis da gestão da empresa e três Engenheiros agrónomos santomenses que em breve estarão na reforma.
Cervejaria Rosema	Produção anual de 80.000 grades de 20 garrafas de 50 cl de cerveja.	A empresa emprega 156 agentes incluindo um expatriado. Este número de efetivos, herdados da antiga empresa do Estado, excede em 20% as verdadeiras necessidades da força de trabalho da empresa. Não querendo despedir o pessoal em excesso, a administração decidiu estabilizar a força atual e diminuir gradualmente, por congelamento, os recrutamentos e não-substituir os que partem (admissão à aposentadoria e outras formas de partida)
HBD-Investimentos Turísticos Lda	-Agência de turismo; -Investimentos turísticos, -Horticultura e produção de cacau, café e coco; -Projeto de construção de um complexo turístico de 50 bangalô na praia no Príncipe.	(i) HBD emprega 469 agentes em STP incluindo 452 no Príncipe; (ii) 50 expatriados integram a sua equipa. (iii) A empresa depara com muitas dificuldades para encontrar localmente os perfis do pessoal a providir; (iv) para 2015, HBD tem um plano de formação de 15,069 horas em várias áreas e um contrato de parceria com um centro de formação turístico em Portugal por 9 meses para capacitação de 120 jovens santomenses.
Companhia Santomense de Telecomunicações (CST)	Telecomunicações	A CST emprega, sob contrato não superior a 3 anos, 169 servidores contraentes como pessoal de guichê e de manutenção e 98 assalariados dos quais 91 são permanentes 3 são CDD e 4 assistentes técnicos expatriados. Não há nenhuma perspectiva para novos recrutamentos com a recente abertura do setor para um novo operador móvel. Não há tão pouco qualquer plano de formação, mas em cada ano 2 ou 3 funcionários são capacitados no exterior.
JOVENS CONSTRUCTORES – Príncipe	Criado em 2000 por dois originários do Príncipe, esta empresa intervém na área de engenharia civil.	Emprega 30 agentes permanentes e 60 a 70 agentes ocasionais, de acordo com os mercados a executar.

Fonte: MTAS (2015)

O estudo da OIT (2021) também realça que embora não existam estatísticas oficiais fiáveis disponíveis para descrever a situação atual dos indicadores económicos, tudo parece indicar que os referentes ao sector terciário são os que sofreram uma maior degradação com a Pandemia COVID19, situação também constatada nos estudos de Tiny (2021) e Frederico (2021).

De realçar que STP não pode aumentar, bruscamente, o seu mercado pela via do aumento do número de consumidores residentes, mas tem vindo a fazê-lo no curto prazo, pela via: i) da atracção de consumidores não residentes com poder de compra (turistas), e ii) de aumento da produção para exportação de bens e serviços com potencial de nichos de mercado e, a longo prazo, iii) do aumento do poder de compra da população residente (Bonifácio, 2018). Para este autor, o facto de ser um microestado, não isenta o país de nenhuma das funções e responsabilidades de estado, nomeadamente de soberania (defesa, segurança, justiça) e sociais (educação, saúde, protecção social mínima, saneamento do meio, água, energia eléctrica), sendo o custo relativo para os contribuintes das funções do estado tanto maior quanto menor for a dimensão do mercado desse Estado (Bonifácio, 2018).

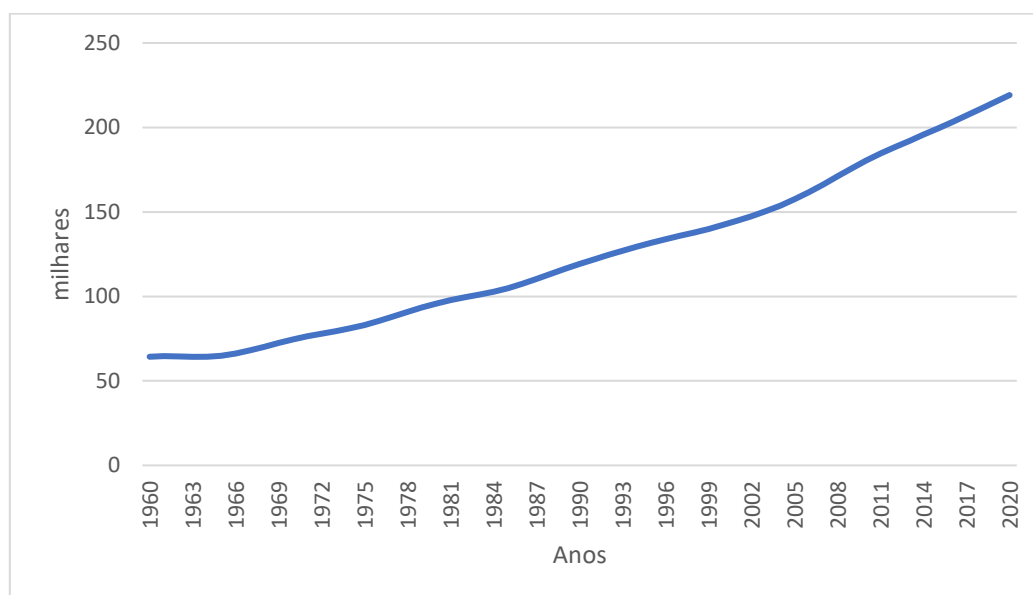
3.2. População e desemprego jovem

De acordo com os dados do Banco Mundial a população de STP eleva-se em 2020, a 219161 habitantes, dos quais 109486 mulheres (49,95%) e 109675 homens (50,04%). A população tem vindo a apresentar uma tendência crescente como pode ser analisado pela figura 6, com uma taxa de crescimento anual média de 2,06% desde os anos 60.

A análise da pirâmide etária da população mostra característica dos países em desenvolvimento, com predominância de jovens, ou seja, com uma base ampla que se estreita gradualmente em direcção ao topo. A faixa da população de 0 a 14 anos representa em 2020, segundo dados do Banco mundial, cerca de 42% e a com 65 anos ou mais apenas cerca de 3%.

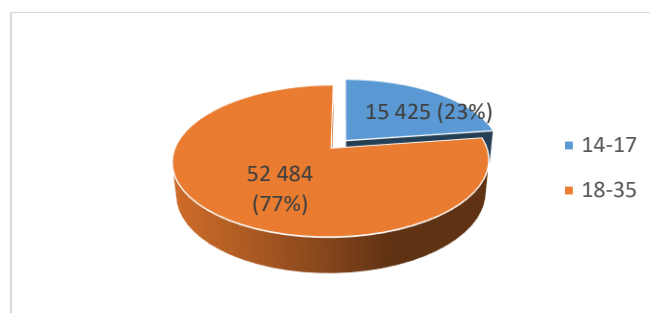
Segundo o INE (2013), dos 67.909 jovens recenseados em 2012 nas faixas etárias correspondente às idades entre 14 e 35 anos, 15.425 (23%) tinham idade igual ou inferior a 17 anos, ou seja, eram menores de idade. Estes, embora considerados ativos no mercado de trabalho, apresentam limitações que requerem tratamentos especiais e diferenciados, pelo facto de: i) não poderem exercer trabalhos que ponham em risco a sua segurança e integridade física e moral enquanto menores; ii) estarem numa faixa etária particularmente sensível do ponto de vista do ensino e formação, com impactos na sua vida futura, tanto do ponto de vista profissional, como socioeconómico. A faixa de idade entre os 14 e os 35 anos é considerada “jovem”, de acordo com o diagnóstico sobre a situação do emprego jovem em STP (Bonifácio, 2018). A Figura 7 mostra a distribuição da população jovem pelas classes de idade de 14 a 17 e 18 a 35 anos.

Figura 6 - Evolução da População total em STP



Fonte: Banco Mundial

Figura 7-.Distribuição da população jovem, por classe de idade (2012)



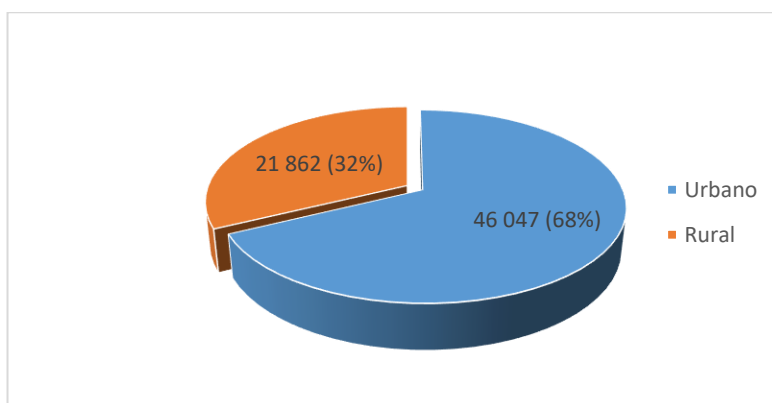
Fonte: INE (2013)

Quanto à sua distribuição entre o meio rural e urbano, a maioria (46.04% e 68%) pertencia ao meio urbano (Figura 8) em 2012. Quanto ao género, existe maior concentração de raparigas (69%) a residirem no meio urbano, em relação aos rapazes (66%), situação que é oposta nos jovens no meio rural, em que a percentagem de rapazes (34%) é superior à das raparigas (13%) (INE, 2013).

A Figura 9, que compara o crescimento populacional nos últimos dois RGPH, 2001 e 2012, mostra que este ocorreu exclusivamente no meio urbano, onde a população evidencia mais 44.768 efetivos (4,51% média anual), em detrimento do meio rural, cuja população diminuiu, no período dos 11 anos considerados, 3.628 efetivos (-0,48% média anual). Mais recentemente,

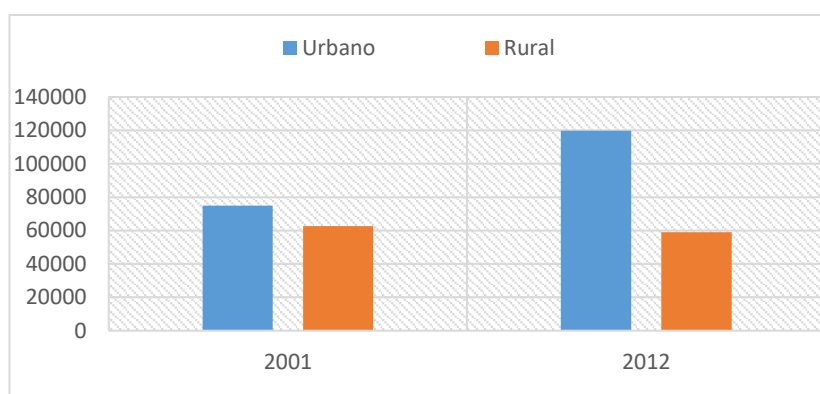
dados do Banco Mundial permitem verificar que a tendência de concentração da população residente no meio urbano se tem acentuado (em 2019 74,4% da população estava no meio urbano).

Figura 8- Distribuição da população jovem pelos meios urbano e rural (2012)



Fonte: INE (2013)

Figura 9 - Distribuição da população pelos meios urbano e rural (2001-2012)



Fonte: INE (2013)

Tabela 4 - Percentagem de população residente em meio rural

2001	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
45.623	35.048	33.936	32.84	31.792	30.787	29.826	28.908	28.032	27.197	26.402	25.646

Fonte: Banco Mundial

Embora uma migração interna possa ser considerada uma revelação natural da vitalidade social e económica de um país e um ganho para a economia, tal só acontece se ela permitir ampliar a criação de emprego, absorvendo parte da população ativa de uma determinada parcela do território que, por razões conjunturais ou estruturais, se desloca devido ao facto do crescimento da economia não o absorver (Bonifácio, 2018). A situação descrita, reflete o fenómeno do êxodo rural, especialmente dos jovens, em direção às zonas urbanas na procura de

oportunidades de formação e de emprego que o meio rural não lhes proporciona. A este fenómeno, deve também, o Estado dar atenção especial, promovendo o emprego jovem em meio rural (Bonifácio, 2018). Segundo o autor deste diagnóstico, a brusca concentração da população santomense no meio urbano, que passou de 54,5% em 2001 para 67% em 2012, contra a redução da população do meio rural de 45,5%, em 2001 para 33% em 2012, não resultou em aumento da ocupação da população ativa, significando, antes, uma pressão insuportável sobre os recursos naturais escassos, pela incapacidade das entidades competentes criarem infraestruturas e providir serviços nas zonas urbanas para acompanhar esse ritmo de crescimento da população.

Segundo a OIT (2021) 63,8 por cento da faixa etária compreendida entre os 18 e 24 anos são candidatos a um emprego, número que apresenta coerência com os dados do IN E, que assinala que o grupo etário compreendido entre os 15 e 34 anos representa cerca de 69% dos desempregados. Segundo o referido diagnóstico, independentemente de estarem ativos ou inativos no mercado de trabalho, o estado deve dar especial atenção ao emprego dos jovens, seja pela sua importância para a economia e sociedade, seja por muitos serem autónomos e já terem família constituída e deles dependente (Bonifácio, 2018). Dos 52.484 (77%) jovens com idade compreendida entre 18 e 35 anos, 31.349 (59,7%) encontravam-se empregados, contra 21.135 (40,3%) que se encontravam na situação de inatividade ou de desemprego.

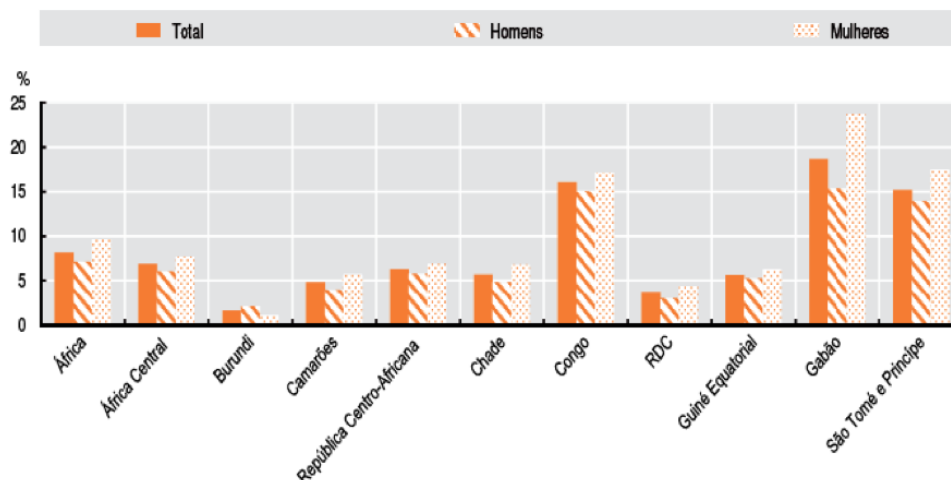
A tabela 5 permite concluir que as taxas de desemprego são bastante mais elevadas entre os jovens, embora tenha vindo a diminuir de forma mais ou menos ligeira ao longo dos anos. Para além disso, o desemprego é sobretudo um fenómeno feminino o que é uma realidade semelhante à verificada em outros países da mesma área geográfica (ver figura 10). A análise da figura 10, que apresenta o desemprego médio entre 2000 e 2015, mostra também que STP era dos países com maior taxa de desemprego, similar à do Congo e apenas ultrapassada pelo Gabão.

Tabela 5-Taxa de Desemprego por género, total e jovem em STP

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de desemprego total	14.64	14.1	13.59	13.6	13.52	13.46	13.39	13.26	13.14	13.05
Taxa de desemprego mulheres	23.3	22.3	21.44	21.47	21.43	21.29	21.15	20.95	20.66	20.51
Taxa de desemprego homens	9.86	9.57	9.25	9.25	9.14	9.12	9.05	8.94	8.89	8.81
Taxa de desemprego jovem (15-24 anos) - mulheres	35.88	34.47	33.11	33.22	33.23	33.09	32.87	32.59	32.16	31.92
Taxa de desemprego jovem (15-24 anos) - homens	16.38	15.94	15.4	15.47	15.38	15.33	15.23	15.06	14.93	14.79

Fonte: Banco Mundial

Figura 10 - Desemprego médio entre 2000 e 2015 (%)



Fonte: AUC/OCDE (2018)

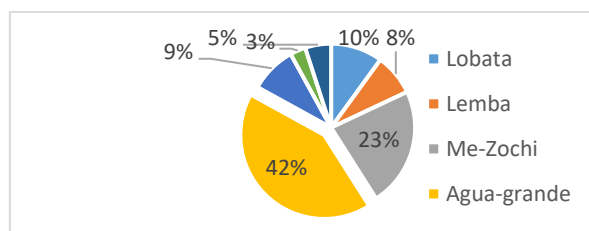
A situação dos jovens é ainda menos favorável, atendendo às situações de subemprego e de emprego precário e sem qualquer proteção social e aos níveis salariais que não asseguram condições de vida dignas para os jovens e suas famílias (Bonifácio, 2018). Deve ainda considerar-se a taxa de inatividade (45,7%) da população jovem, proporção muito elevada no grupo etário dos 15-34 anos, ligada à desistência de procura de trabalho.

Cerca de 46,2% da população jovem encontrava-se empregada, 45,7% estava inativa e apenas 8,2% se encontrava desempregada e disponível para trabalhar. Um estudo recente da OIT (2021) sobre o impacto da pandemia por COVID19 sobre os trabalhadores e suas organizações indica maior incidência negativa ao nível do desemprego em jovens e, em particular, nas mulheres e no sector terciário devido à degradação ocorrida nos serviços de turismo. Também Tiny (2021) realça o aumento da taxa de desemprego, devido à diminuição significativa do fluxo turístico e os despedimentos de trabalhadores neste sector, sobretudo de jovens, agravados com a crise pandémica de COVID 19.

Analisando os desempregados por área de residência, constata-se que os desempregados residem, essencialmente, no meio urbano (74,3%). Ou seja, os jovens abandonam as zonas rurais e dirigem-se em direção às cidades em busca de oportunidades de formação e emprego, que acabam por não encontrar (Figura 11). A análise da dinâmica populacional, por Distrito, mostra que os desempregados abandonam os Distritos periféricos, principalmente, Caué e Pagué (RAP) para se concentrarem em Água Grande (42%) e em Me-Zochi (23%). Ou seja, a

proximidade da Cidade de São Tomé constitui um forte chamariz para a fixação dos jovens e dos desempregados.

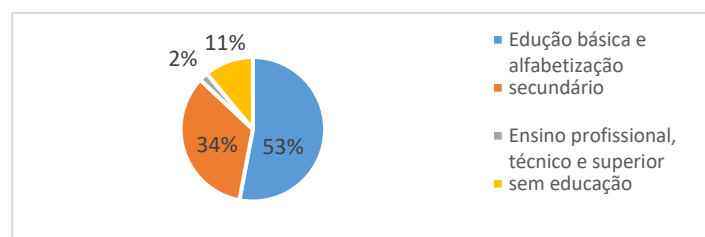
Figura 11 - Distribuição dos desempregados por Distrito (2012)



Fonte: INE (2013)

A análise da situação de desemprego jovem por níveis de instrução mostra que o nível de instrução e qualificação influencia fortemente no acesso dos mesmos ao desemprego. A Figura 12 evidencia que, em 2012, 53% dos jovens desempregados possuem apenas o nível de educação básica ou são analfabetos, 34% possuem apenas o nível secundário, enquanto 2% têm formação profissional, ensino técnico ou superior. É assim evidente que, para os jovens, o acesso ao emprego e à formação constitui uma a sua prioridade absoluta (OIT, 2021).

Figura 12 - Distribuição dos Jovens desempregados por níveis de ensino (2012)



Fonte: INE (2013)

O desemprego encontra-se intimamente ligado ao risco de pobreza. A Tabela 6, embora reporte a dados do ano de 2010 (INE, 2013) mostra a taxa de desemprego jovem segundo a situação de pobreza e sexo. Esta taxa de desemprego, atingiu em 2010, em termos médios 23% e incidia mais no género feminino do que o masculino, sejam pobres ou não pobres (26,3% e 23,5%, respetivamente), sendo 16,6% para homens não pobres e 23,6% para os pobres. Isto significa que no grupo de pobres não existiam diferença significativa entre os sexos, apenas diferiam entre distritos, com o desemprego mais elevado para os homens pobres no distrito de Lobata e o das mulheres pobres no distrito de Água-Grande (Tabela 6).

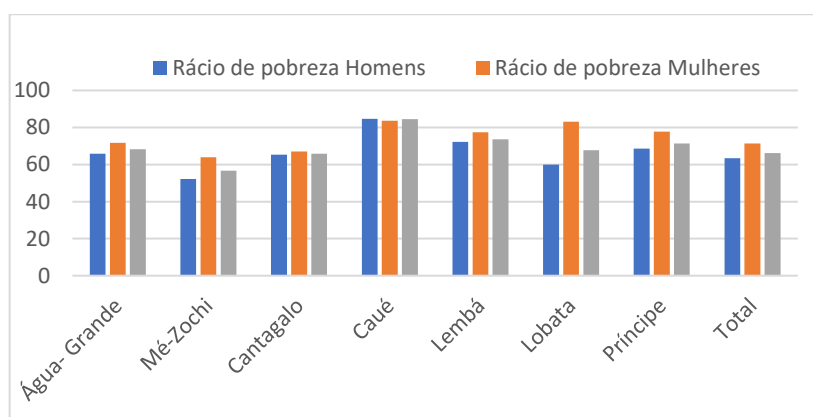
Tabela 6 - Taxa de desemprego jovem, por situação de pobreza, distrito e género (2010)

Distritos	Pobres			Não Pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	28,8	33,1	31,3	30,2	35,3	32,5	29,9	33,8	31,7
Mé-Zóchi	21,0	24,0	21,8	9,4	5,6	7,8	17,1	15,2	16,5
Cantagalo	12,6	24,2	16,9	13,7	26,1	18,5	13,0	25,0	17,5
Caué	10,7	12,0	11,3	0,0	10,8	5,8	9,0	11,8	10,3
Lemba	15,5	6,3	12,0	0,0	14,9	7,8	12,0	9,2	10,8
Lobata	32,0	23,8	28,6	8,3	21,6	13,5	23,3	23,1	23,2
Príncipe	12,2	25,9	17,7	4,4	39,2	26,2	10,3	31,8	20,6
Total	23,6	26,3	24,7	16,6	23,5	19,6	21,4	25,3	23,0

Fonte: INE (2013)

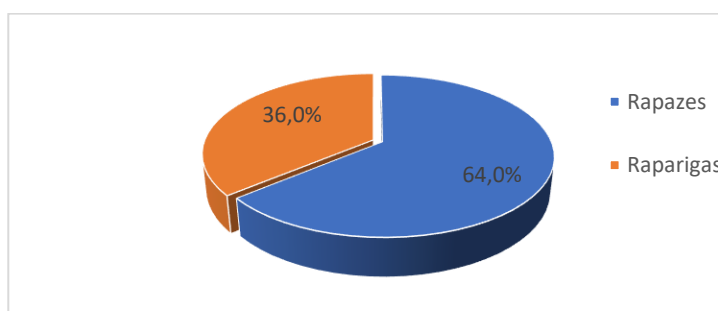
Em 2010 a taxa de pobreza em STP era de 66,2%, sendo de 71,3% entre as mulheres e de 63,4% entre os homens, confirmando a perceção generalizada de que, também em STP, a pobreza tem rosto feminino. Lobata era o Distrito mais desigual, em razão do género, em termos de pobreza. Caué, apesar de ser o Distrito com maior taxa de pobreza do país, era o Distrito menos desigual, em razão do género, quanto à pobreza (Figura 13).

Figura 13-.Rácio de pobreza, por distrito e género (2012)



Fonte: INE (2013)

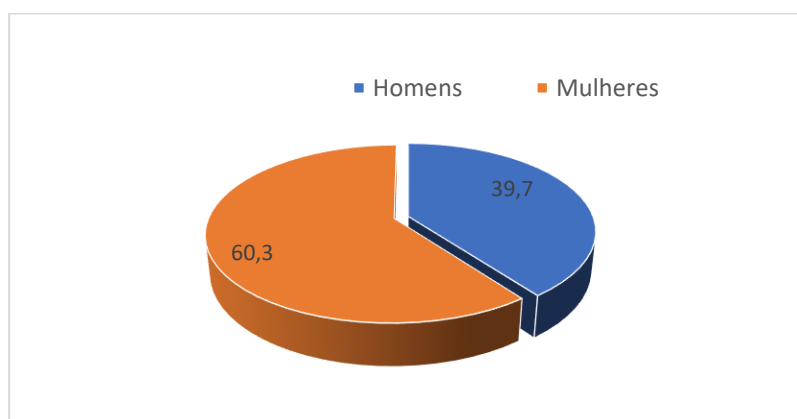
Figura 14 - Famílias cujos chefes de família são jovens, por género (2012)



Fonte: INE (2013)

Das 18.571 famílias cujos chefes eram jovens, 11.885 (64%) eram chefiadas por homens, contra 6.686 (36%) chefiadas por mulheres. Assim, por cada mulher jovem chefe de família, haviam dois homens jovens chefes de família (Figura 14). Cerca de 60,3% das famílias cujos chefes jovens eram homens e 39,7% cujos chefes eram mulheres possuíam energia elétrica nas suas residências (Figura 15). Vistos sob o prisma do género, por cada família chefiada por um jovem do sexo masculino sem energia elétrica no seu alojamento, haviam duas famílias chefiadas por jovens do sexo feminino sem energia elétrica nos respetivos alojamentos. (Figura 15). No que concerne à fonte de água consumida para beber da rede pública, em famílias chefiadas por jovens, existia um equilíbrio de género. Quando analisada por Distrito, há desigualdade nos Distritos de Caué (12,8% e 87,2%) e Lembá (19,6% e 80,4%), respetivamente, entre alojamentos de famílias chefiadas por mulheres e por homens.

Figura 15- Agregados familiares com chefes de família jovens, com energia elétrica, por género (2012)



Fonte: INE (2013)

3.3 - Adequação do sistema de educação-formação

Em STP o desemprego é considerado estrutural, resultando do desequilíbrio entre a oferta e a procura no plano quantitativo e qualitativo. No qualitativo, o desequilíbrio justifica-se pela incompatibilidade entre a formação e o emprego, enquanto no quantitativo resulta essencialmente da incapacidade da economia criar empregos, apesar dos progressos realizados e do Banco Mundial o ter classificado como o país de rendimento intermédio, por ter um PIB por habitante acima do limiar de 1.205 USD em três anos consecutivos, com bom desempenho a esse nível (MTAS, 2015). A forma mais eficaz de adequar a formação às necessidades do mercado de trabalho, é através do sistema de ensino/educação. A formação deve garantir a qualificação e competências para responder às carências do mercado de trabalho, em áreas e valências concretas de saber fazer, mas também de saber estar, enquanto agentes de desenvolvimento (Ude, 2020). Segundo este autor, a formação e educação, constituem um importante determinante da empregabilidade de um país, principalmente em jovens à procura das primeiras oportunidades de emprego.

De acordo com o Decreto-lei n.º 13/81, 04 de Maio (MECC, 2006) o ensino técnico e profissional, é uma das duas componentes do sistema nacional de ensino, sendo a outra, o ensino fundamental, no qual tem havido investimento para responder, em termos quantitativos e qualitativos, à procura existente no mercado de trabalho por profissionais qualificados. O referido decreto-lei menciona que o desenvolvimento de um país advém da capacidade de responder às exigências dos empregadores e sectores económicos, preparando quadros capazes de responder às exigências do país. Ainda assim, em STP, a educação e a formação não estão integradas e, mesmo a formação profissional, apresenta muitas limitações (Quintas, 2018).

Apesar da elevada taxa de alfabetização, os recursos institucionais e técnicos afetos à educação são limitados, a rede de infraestruturas escolares, sobretudo no secundário, é deficitária, a capacidade de supervisão e regulação do sistema, principalmente na formação técnica e profissional, é fraca, os cursos técnico-profissionais ministrados não respondem, em termos de áreas e competências específicas, à demanda do mercado (MTAS, 2015). Segundo esta fonte, a fraca e inadequada capacidade de formação técnico-profissional constitui não só um constrangimento à promoção do emprego no país, mas limita a produtividade do trabalho, condiciona a competitividade da economia e bloqueia o desenvolvimento do potencial de crescimento da economia.

Os centros de formação profissional têm sido instalados por operadores privados, que nem sempre têm a autorização necessária do Ministério que tutela a questão da Educação. Estejam ou não regularmente instalados, todos escapam ao controle do Ministério, devido à falta de meios materiais e de um organismo de controlo (MTAS, 2015,p. 26): *“Assim, neste contexto, onde a educação técnica e a formação profissional são relegadas ao seu próprio destino, o que se poderia esperar da qualidade do ensino-aprendizagem dispensado? Como poderia ser doravante instaurada uma abordagem dinâmica de empregabilidade, com base em uma verdadeira parceria público-privada entre a administração pública e o sector privado, incluindo instituições privadas de formação?”*

De acordo com o Projeto de Política Nacional do Emprego de STP (MTAS, 2015), apesar dos esforços do governo, o sistema educativo tem deparado com problemas de ordem de eficácia interna, causando altas taxas de abandono e repetência. “Assim, no ensino secundário, registam-se taxas de reprovação que chegam a atingir os 80%. Este fenómeno despoleta precocemente no mercado de trabalho, um número crescente de jovens não-escolarizados, pouco aptos a servirem a economia. Tornam-se candidatos a emprego não qualificados e engrossam as fileiras dos desempregados. Enquanto esperam encontrar um melhor, envolvem-se em biscates, onde o subemprego e o desemprego se disfarçam” (Ahodekon,2015).

3.4 - Política nacional de emprego

A tutela da definição, condução, coordenação, execução, acompanhamento da implementação e avaliação das políticas governamentais em matéria de emprego, das relações de trabalho, qualificação e formação profissional é do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais (MEAS). Agrega ainda no seu pelouro, as políticas sociais ativas, promoção do empreendedorismo e segurança social. Suporta-se em dois instrumentos estratégicos fundamentais desenvolvidos com o apoio da OIT, durante o biénio 2016-2017, nomeadamente: i) a Política Nacional de Emprego (PNE) e o Plano de Ação Nacional para o Emprego e Formação (PANEF); e, ii) a Política e Estratégia Nacional de Proteção Social (MEAS, 2015). Para a OIT (2018), apesar dos esforços despendidos pelo governo e dos seus parceiros para o desenvolvimento, incluindo a OIT, o dispositivo institucional do país ainda não está habilitado ao planeamento estratégico e à gestão operacional das políticas, nem dos programas de promoção de emprego digno e produtivo (OIT, 2018). Segundo esta organização, as funções essenciais de intermediação, orientação e informação sobre o mercado de trabalho devem ser

substancialmente melhoradas, assim como identificadas e ajustadas as ferramentas que possibilitem uma maior e melhor inserção de jovens e mulheres no mercado de trabalho.

A Política Nacional do Emprego (PNE) em STP circunscreve-se a três objetivos estratégicos, com o propósito de conter o desemprego a curto prazo, reduzir a 5% a médio prazo e, erradicar no longo prazo, de modo a alcançar o pleno emprego: (i) desenvolver a capacidade da economia nacional em criar empregos, (ii) melhorar a empregabilidade dos candidatos a emprego, e (iii) dinamizar a governação do sector de emprego (MEAS, 2015). Atingir o emprego pleno e produtivo, é possível através do crescimento económico intensivo da força de trabalho, pautado pela dignidade humana e o respeito pelos direitos humanos fundamentais (Ahodekon, 2015; OIT, 2018). Para atingir os objetivos estratégicos, o governo definiu cinco iniciativas, nomeadamente: (i) o desenvolvimento das capacidades produtivas do sector privado; (ii) promoção do autoemprego e o empreendedorismo das mulheres e jovens; (iii) fortalecimento da formação técnica e profissional; (iv) desenvolvimento de formação/aprendizagem para os jovens sem qualificações; e, (v) reforço da governação do sector de emprego. O pressuposto é o de ultrapassar a crise do desemprego, tendo a criação do emprego jovem como uma prioridade essencial do processo político, assim como, o incentivo à aceleração dos investimentos no setor privado (MEAS, 2015). Melhoria na informação e intermediação do mercado de trabalho, com a criação do Observatório Nacional de Emprego e da Formação do INE, aumento das oportunidades para criação de emprego produtivo e sustentável e, reforço do empreendedorismo e da empregabilidade dos jovens, foram os mecanismos a considerar, para os quais se definiram um conjunto de indicadores de realização e de resultados (Gomes, Tenjua, Paquete e Dória, 2018).

Para a implementação do PNE, o diálogo social e o acordo de concertação foram considerados essenciais. A concertação tripartida – Governo, entidade empregadora (patrões) e sindicatos (representação dos trabalhadores), mais do que uma formalidade necessária, foi adotada como uma prática salutar em matéria do trabalho e da busca de compromissos justos e equilibrados para todas as partes, entre (i) quem legisla, regula e fiscaliza, (ii) quem emprega e (iii) quem trabalha. A partir dos compromissos obtidos (ou da ausência deles) e do seu equilíbrio e justeza, são estabelecidas as matérias estratégicas para o trabalho, posteriormente traduzidas em legislação e regulamentações do trabalho. Estes compromissos dependem muito da relação de trabalho e do clima laboral existente, e também, do ambiente de investimentos para o crescimento e a dinamização da economia, responsável pela criação e melhoria das futuras condições de trabalho (MEAS, 2015). Os promotores do diálogo tripartido são o Governo,

através do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais, o Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS), a Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e de Serviços (CCIAS), em representação das entidades empregadoras, e as centrais sindicais do sector formal da economia, designadamente a Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe (ONTSTEP) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Um recente relatório do BM (2019), refere que a preocupação central nos países da África Central, onde se inclui STP, é garantir a coerência entre políticas que promovam o desenvolvimento do capital humano, incluindo programas específicos para emprego jovem e promover o investimento público em infraestrutura e produção. Acresce que a distribuição de empregos num país, pode afetar expectativas e aspirações na medida em que estas são moldadas pela experiência e vivência dos pais terem ou não emprego e da sua tipologia (OIT, 2018; BM, 2019), assim como podem desenvolver frustração e até agitação social quando educação e o esforço não são recompensados ou não implicam conseguir um emprego justo (BM, 2019).

Em muitos países africanos, as pessoas em geral, e os jovens em particular, preferem salários e emprego em zonas urbanas, percebidas como mais elevados, mais seguros e com maior estatuto social, em relação às áreas agrícolas, sendo que, a falta de empregos remunerados pode provocar tensões sociais (BM, 2014). Segundo esta fonte, jovens entrevistados num estudo qualitativo realizado a Libéria evidenciou que o conceito de “emprego” é apenas associado ao recebimento de um salário. No outro estudo na Serra Leoa, os jovens consideram "emprego" ter uma estabilidade e posição assalariada, relacionando maior estatuto social a empregos em escritório, enquanto posições no ensino e na enfermagem são merecedoras de respeito. Associam empregos informais casuais com baixos níveis de rendimento, a “emprego desonroso” (BM, 2014). No Gana, o trabalho assalariado não é necessariamente preferido entre os diferentes tipos de emprego (Falco, Maloney, Rijkers e Sarrias, 2012).

3.5 - Empreendedorismo jovem

É difícil o Estado ter capacidade de solucionar sozinho o problema do emprego, pese embora a sua missão soberana de política, regulamentação e controle, e o seu papel de liderança, animação, suporte e coordenação de iniciativas para a promoção do emprego e desenvolvimento da formação profissional (MEAS, 2015). Deve, contudo, realizar estudos para a identificação de setores e nichos promissores e nichos de emprego, de desenvolver folhas de projeto, construir um banco de projetos, orientar e acompanhar os candidatos ao empreendedorismo, de reformar a educação, formação profissional e ensino técnico, e, mobilizar fundos para a promoção de

ações específicas do emprego, assegurando a integração da dimensão do emprego nas políticas e programas de desenvolvimento (OIT, 2018). Também viabilizar projetos sociais, em particular, na área da proteção social e do autoemprego, com o objetivo de aumentar as perspectivas de emprego para os jovens que constituem mais de 70% da população do país, deve ser priorizado.

O reforço ao empreendedorismo e a empregabilidade dos jovens é um dos resultados pretendidos pelo PNE. Neste âmbito, para além do reforço da colaboração entre as diferentes instituições, em particular os ministérios responsáveis pela educação, emprego e formação profissional, bem como organizações do setor privado, de trabalhadores e as Câmaras Distritais, o programa projetou a criação de mecanismos institucionais de antecipação das necessidades em termos de competências e profissões que permitam ao subsetor da formação profissional e técnica melhorar a identificação das profissões úteis e pertinentes para a economia e melhorar a empregabilidade dos trabalhadores, em geral e dos jovens, em particular. Passa ainda, pelo reforço das capacidades técnicas dos centros de formação profissional (CATAP, CPFP, Budo-Budo) e pela parceria com a Região Autónoma do Príncipe (RAP) e com os outros centros de formação profissional, pela promoção da cultura empresarial e do reforço das parcerias para aumentar a oferta de estágios de aprendizagem tradicional. Assim, será possível oferecer programas de formação mais adequados às necessidades dos postos de trabalho disponíveis, desenvolver melhor as capacidades e competências e adaptar-se às necessidades e oportunidades do mercado de trabalho (MEAS, 2015).

Em seguida, alguns exemplos de empreendedorismo jovem em STP são apresentados.

Um deles, reporta ao acordo de cooperação tripartido entre a Direção de Empreendedorismo com a Câmara Distrital de Lobata e a QUERCUS-STP, para promoção de Empreendedorismo verde e auto emprego no Distrito de Lobata, com ênfase para a Localidade de Agostinho Neto.

Outro, é o *Wake UP Africa*, um projeto de intervenção social, idealizado pela jovem empreendedora Yanira Tiny, Licenciada em Direito, com o objetivo de despertar África para temas como a igualdade de géneros, consciência negra, machismo em STP: realidade ou utopia, entre outros temas de relevância social. Nos últimos tempos, a Wake Up Africa tem trabalhado sobretudo na área do artesanato e moda como a produção de brincos e colares, todos feitos à base de tecidos africanos. Em Dezembro de 2018, em parceria com o bar “A Patroa”, a Wake Up África desenvolveu o programa de ação social “O Natal Solidário” doando brinquedos para as crianças do Hospital Dr. Ayres de Menezes. Dos mais recentes projetos desenvolvidos, destaca-

se o Sabonete e o Óleo Artesanal de Café, que têm vindo a ganhar visibilidade e o reconhecimento da população São-tomense (Zunta, 2019).

Outra iniciativa é a denominada “Á conversa com Empreendedores Sociais”. É um espaço de conversa e partilha entre empreendedores sociais e os jovens que ambicionam começar a empreender. Foram identificados 8 empreendedores sociais que percorrem os distritos do país a explicar o conceito de empreendedorismo social, os desafios e tentar demonstrar com este conceito pode jogar um papel importante para o desenvolvimento equitativo e inclusivo de STP. O empreendedorismo social, na medida em que cria negócios sustentáveis e de valor para sociedade, baseado num modelo independente de doações e auxílio por parte do Estado, é considerado por diferentes organizações, como muito interessante para STP, em distintos setores, como a educação, ambiente e soluções ecológicas, economia, energia, inclusão financeira, saúde, habitação, direito à terra, inclusão social e tecnologia.

Outra iniciativa ligada à questão da geração de emprego, foi promovida pelo PNUD com o Ministério de Juventude, nomeadamente foi lançado um concurso de empreendedorismo social para jovens, onde mais de 100 projetos foram apresentados e alguns selecionados, aprovados e financiados.

Finalmente, de mencionar a realização da Primeira Gala de Empreendedorismo Social em Dezembro de 2020 onde, 15 dos 30 projetos apresentados na fase inicial de um projeto cujo lema era encorajar os jovens a se tornarem empreendedores sociais, foram selecionados. O evento foi financiado pelo PNUD com parceria com o Ministério da Juventude Desporto e Empreendedorismo e as Câmaras distritais Água Grande e Me-zochi.

3.6. Regulamentação do trabalho

O código do trabalho tem vindo a ser revisto para o adaptar à evolução económica e social (Ahodekon, 2015). Ainda assim, seria útil proceder a nova revisão para melhorar a capacidade de atrair investimento direto estrangeiro e atender às mais recentes normas internacionais do trabalho ao qual STP aderiu mas ainda não ratificou os instrumentos (MEAS, 2016). Em paralelo, é necessário também, promover a divulgação do Regulamento do Trabalho e a sua aplicação correta pelos parceiros sociais e pelo sistema judicial. Em particular, os sistemas administrativo e judicial devem fazer essa operação no contexto da implementação da PNE (MEAS, 2016).

A administração do emprego (trabalho, emprego e providência social) é considerado um elemento essencial do dispositivo de promoção do emprego através da criação de um quadro jurídico e regulamentar favorável, proporcionando garantias ao trabalhador, mantendo-se flexível e adaptável às evoluções operadas nas condições do mercado (MEAS, 2016). Para tal, o XVI Governo Constitucional criou um Ministério responsável pela administração do trabalho e emprego e dos assuntos sociais - "Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais", com a seguinte estrutura: 1) Uma direção do trabalho, emprego e formação profissional; 2) Uma inspeção do trabalho; 3) Uma direção da proteção social e solidariedade; e 4) Um instituto de segurança social, sendo um órgão tutelado.

A Direção do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DTEFP) está estruturada em dois departamentos e um Observatório. Das três subdivisões da DTEFP, só o Departamento das Relações de Trabalho se encontra mais ou menos dotada de recursos que a asseguram um nível de funcionamento aceitável. Nem o Departamento de Emprego e Formação Profissional, nem o de Observatório, têm conseguido cumprir com as suas atribuições, por falta de recursos humanos e materiais.

No quadro de concertação, em particular, o domínio do trabalho é por inerência o de concertação e de diálogo social. A prática tripartida é-lhe atribuída. Em STP, as instituições que promovem o diálogo tripartido são normalmente o Ministério que tutela as questões do Emprego e do Trabalho, o Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS), a Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e de Serviços (CCIAS) e duas centrais sindicais do sector formal, nomeadamente a Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe (ONTSTEP) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). As duas centrais representam os funcionários que constituem a maioria dos trabalhadores assalariados (PNE 2015).

Quanto ao Quadro Legal, o sector do trabalho e emprego rege-se pelos seguintes principais diplomas e regulamentos:

1. A lei n.º 6/92;
2. A lei n.º 1/90, sobre a segurança social;
3. A lei nº 5/92, relativa aos síndicos;
4. A lei que aprova o Código do Trabalho/2019.

Este último tem como propósito regular as relações de trabalho para garantir uma boa segurança ao empregador, sem diminuir a capacidade de defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores. A regulamentação do trabalho respeita todos os direitos e obrigações dos parceiros sociais no

domínio do trabalho, assim como a práticas e procedimentos internacionalmente adotados. Identifica-se, entretanto, a necessidade de regulamentação das regras (i) sobre as relações coletivas de trabalho e (ii) que estabelecem a proteção social, (iii) sobre as iniciativas públicas para a promoção do emprego e (iii) sobre a aplicação das normas internacionais do trabalho (MEAS, 2016).

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

No capítulo anterior procedeu-se à análise à situação do emprego e desemprego em STP, destacando-se a importância deste fenómeno entre a população mais jovem. Esta abordagem foi realizada com recurso a dados e informação secundária, de natureza quantitativa e qualitativa. Foram consultados e analisados relatórios, e fontes estatísticas, produzidos por organizações estatais de STP (por exemplo, pelo Ministério de Trabalho) bem como por organizações internacionais como o PNUD, Banco Mundial e OIT, entre outras, tal como foram estudadas diversas publicações científicas.

Neste capítulo apresenta-se a metodologia de investigação que foi seguida para dar resposta aos objetivos deste estudo. As opções metodológicas tiveram em consideração a possibilidade, bem como o interesse, de recolher informação relevante. Dada a escassez de informação sobre esta temática, em STP, os trabalhos agora desenvolvidos devem ser considerados de natureza exploratória.

4.1 Abordagem de investigação e Métodos de recolha de dados

A estratégia metodológica, para recolha de informação primária relevante, é de natureza qualitativa. Esta modalidade de investigação (Vilelas, 2009, citado em Caeiro, 2020) é particularmente utilizada com vista a explorar comportamentos, perspetivas e experiências relacionadas com um determinado contexto, (...) sem que muitas vezes exista uma revisão robusta prévia da literatura sobre a temática em estudo. Por isso, os estudos de natureza qualitativa são tendencialmente flexíveis e dinâmicos: flexíveis porque permitem que as estratégias e abordagens na recolha de dados mudem à medida que avançam, sem que isso signifique a perda de rigor científico, mas antes uma busca de significados e intencionalidades no discurso, ações, relações e estruturas sociais em análise e dinâmicos porque têm implícito a interação constante entre o trabalho de campo e a teoria (Vilelas, 2009, citado em Caeiro, 2020). Os processos de investigação de natureza qualitativa podem ser construídos a partir de grupos de análise com dimensões reduzidas uma vez que o propósito desta abordagem é a descoberta de significados e podem ser definidos de modo intencional (Vilelas, 2009, citado em Caeiro, 2020).

Como instrumentos de recolha de informação foram privilegiados os questionários e as entrevistas, todos aplicados a informantes-chave. O questionário, instrumento exploratório de

recolha de informação, deve ser aplicado a um conjunto de indivíduos, que podem ou não representar uma população, com vista a recolher informação pertinente no domínio do objeto de estudo. As respostas podem ser pré-codificadas ou abertas. Estes instrumentos de recolha de informação são particularmente adequados para conhecer comportamentos de uma população, analisar um fenómeno social – como é caso deste estudo – e quando é importante ouvir um grande número de inquiridos (Quivy e Campenhoudt, 1992). Os questionários podem ser aplicados direta ou indiretamente (quando é o inquirido ou o investigador a preencher o questionário, respetivamente). Estes instrumentos de recolha de informação permitem recolher um grande conjunto de dados, ainda que sem grande profundidade, mas apresentam dificuldades e custos elevados na implementação (Quivy e Campenhoudt, 1992).

As entrevistas, por seu turno, são processos de comunicação e interação humana que se caracterizam pelo contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores (Quivy e Campenhoudt, 1992). Estes autores consideram que a aplicação de entrevistas é particularmente recomendada, entre outros casos, quando se pretende analisar um problema específico (os dados de um problema, os pontos de vista, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização, a reconstituição de um processo de ação, uma experiência, etc). Entre as principais vantagens da aplicação de entrevistas, ainda de acordo com os autores citados acima, conta-se o grau de profundidade dos elementos de análise; a flexibilidade com que é possível recolher os testemunhos e as interpretações. Por outro lado, a eficácia deste instrumento de recolha de informação torna-o muito dependente da capacidade e competência do investigador, a informação não fica imediatamente acessível e necessita de ser intermediada e não é de supor nem na espontaneidade completa do entrevistado nem na neutralidade do investigador (Quivy e Campenhoudt, 1992).

O questionário e a entrevista aplicada (guiões em anexo) foram realizados em dois momentos e com objetivos distintos: em primeiro lugar, aplicou-se um guião de questionário, de tipo exploratório, a um conjunto de informantes chave para obter informação inicial acerca do objeto de estudo (este instrumento de recolha de informação será apresentado de seguida).

Posteriormente, dado que a informação recolhida não permitia dar resposta cabal aos objetivos estabelecidos, ponderou-se a realização de um *focus grupo* com indivíduos profundamente conhecedores da realidade em análise. Esta estratégia de recolha de informação afigurava-se pertinente na medida em que se trata de um procedimento que promove a interação do grupo de peritos sobre um tópico apresentado pelo investigador (Morgan 1996, 1997, citado em Silva

et. al 2014); uma discussão organizada com um grupo de pessoas selecionadas, profundamente conhecedoras do tema em análise, visando captar experiências e pontos de vista sobre um assunto GIBBS (1997). Esta técnica apresenta vantagens como sejam a sua flexibilidade; o facto de que a interação em grupo proporciona uma segurança psicológica que faz com que os indivíduos sejam mais abertos em relação aos seus pontos de vista e ainda o facto de ser rápida e barata (Blackburn e Stokes, 2000, citado por SCHNEIDER et al. 2019).

Contudo, por dificuldades diversas, entre as quais destacamos a dificuldade de reunir os indivíduos num único momento, esta estratégia não foi implementada. Em seu lugar foi aplicado um conjunto de entrevistas, também a informantes privilegiados, agora com o objetivo de aprofundar algumas das informações obtidas inicialmente (a estrutura deste instrumento de recolha de informação também se apresenta de seguida).

Quer o questionário quer as entrevistas realizadas seguiram guiões estruturados. Por exemplo, Guimarães (2021) define a entrevista estruturada como um método de entrevista em que as perguntas já são pré-estabelecidas e aplicadas para todos os inquiridos de igual forma. O objetivo deste tipo de entrevistas é procurar garantir que se obtém respostas de diferentes inquiridos para os mesmos tópicos de análise. Muitas vezes, os inquiridos podem fornecer informações de natureza complementar que permitem ampliar o nível de conhecimento acerca do objeto de estudo. Além disso, a aplicação deste tipo de entrevistas permite comparar o posicionamento dos diversos inquiridos em relação à mesma questão.

Os questionários iniciais, de tipo exploratório – alguns deles aplicados diretamente como se de entrevistas se tratasse -, foram administradas em Agosto de 2021, no Distrito de Água Grande - na cidade capital de São Tomé e Príncipe. Obtiveram-se respostas de 24 indivíduos, nomeadamente técnicos ou responsáveis das instituições ou organizações (Sindicatos, Centro de Formação Profissional, docentes, inspetores de Trabalho, entre outros) que concebem ou implementam políticas públicas de combate ao desemprego juvenil.

Os indivíduos foram selecionados através de uma amostragem intencional, de conveniência, entre alguns indivíduos que podem ser considerados informadores privilegiados pelo conhecimento que possuem do tema, devido às funções profissionais que exercem. Esta técnica de amostragem é usada para criar amostras de acordo com a facilidade de acesso à informação, tendo em conta a disponibilidade das pessoas para participar no processo de recolha de dados,

num determinado intervalo de tempo¹. Este procedimento apresenta como limitação mais forte a impossibilidade de generalizar os resultados. A utilização desta técnica de construção da amostra decorreu da necessidade de ultrapassar as dificuldades de recolha de informação. É de salientar também que, devido ao facto de a recolha de informação ter coincidido temporalmente com o período eleitoral em STP, as dificuldades foram agravadas (de facto, neste período aumenta a resistência de fornecimento de dados para pesquisas académicas e não só).

O segundo momento de recolha de informação, aplicação das entrevistas, decorreu em fevereiro de 2022 e foi utilizado um guião com dez perguntas. Este momento de recolha de informação envolveu um grupo de especialistas constituídos por sete técnicos (de seguida apresentam-se codificados de A a G), a maior parte deles com responsabilidades diretas na conceção e implementação das políticas ativas de criação de emprego e autoemprego juvenil em São Tomé e Príncipe. Estas entrevistas foram realizadas em duas secções e animadas e gravadas pelo próprio mestrando. Estes procedimentos vão ao encontro do preconizado por SCHNEIDER et al. (2019) ao defender que é recomendável um animador, com o papel de conduzir a conversa, promover a participação de todos, inibir os monopolizadores da palavra e aprofundar o tema. Quanto ao material gravado, Queiroz (1991) citado também por SCHNEIDER et al. (2019) sugere que o próprio pesquisador que realizou a entrevista realize a transcrição, pois só ele será capaz de reviver a experiência e registar os significados e detalhes de algo que ocorreu durante a sessão (além da descrição detalhada da informação que se apresenta na seção Resultados, as principais ideias, obtidas com este instrumento de recolha de informação, são apresentadas na em Anexo).

Os dados recolhidos com os dois tipos de instrumentos metodológicos foram tratados com técnicas distintas. No caso dos questionários exploratórios, depois de verificadas as respostas obtidas com a aplicação dos guiões, as mesmas foram introduzidas numa base de dados em Excel e analisadas com apoio da ferramenta estatísticas descritivas incorporadas neste programa. Dadas as características dos dados, apenas foi possível realizar contagens de frequências nas variáveis com características para tal. Além deste tratamento inicial aos dados recolhidos foram também aplicadas técnicas elementares de análise qualitativa, uma vez que a maioria dos dados obtidos são desta natureza. Em primeiro lugar, procedeu-se a uma leitura exploratória das informações recolhidas. Sempre que possível, esta abordagem foi complementada com resultados já obtidos em outros estudos / relatórios. Além disso, também

¹ Fonte: <https://www.questionpro.com/pt-br/>.

se procedeu à aplicação de técnicas de análise de conteúdo de modo a elaborar uma análise qualitativa das respostas (por exemplo, nos casos das questões relacionadas com políticas afirmativas, relação com desemprego, formas de incentivos).

Às entrevistas realizadas num segundo momento, com características confirmatórias e de aprofundamento da informação antes identificada, foram aplicadas técnicas de análise de conteúdo, sobretudo com o objetivo de sintetizar as principais ideias veiculadas pelos participantes. O procedimento de análise de conteúdo é constituído por um conjunto de técnicas cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento (Campos, 2004). Neste caso, a utilização desta técnica foi bastante simplificada, uma vez que apenas se procedeu à síntese das principais opiniões transmitidas pelos peritos, sem terem sido realizados procedimentos de categorização da informação recolhida. A escassez de informação disponível, mesmo nesta etapa, foi o que deu lugar a esta tomada de decisão.

4.1.1. Instrumentos de recolha de informação

Com os questionários e as entrevistas aplicadas, o principal objetivo é obter informações pertinentes sobre determinado assunto. As tabelas seguintes (Tabelas 7 e 8) apresentam de forma sucinta os objetivos e algumas questões que foram colocadas aos inquiridos de acordo com o tema do estudo, evidenciando a relação com o objetivo central deste estudo.

Tabela 7 - Articulação entre os objetivos da dissertação e a construção do guião de questionário (exploratório)

Objetivo da dissertação	Objetivos da entrevista	Perguntas da entrevista
✓ Identificar características dos jovens empreendedores e dos negócios criados ✓ Identificar as medidas de política ativa que estimulam os jovens desempregados a dedicarem-se ao empreendedorismo e à criação do seu próprio emprego	Analisar a relação entre emprego e desemprego	Em que medida a criação de próprio emprego é uma forma eficiente de combate a desemprego? Considera que o elevado desemprego juvenil é um veículo potenciador do trabalho por conta própria? Será a criação do próprio emprego capaz de potenciar ou dinamizar o crescimento e o desenvolvimento económico do país?
	Conhecer formas de incentivo à criação do próprio emprego	A sua entidade disponibiliza incentivos à criação do próprio emprego? Quais? Quais são as principais políticas afirmativas que visam apoiar a criação do próprio emprego por jovens desempregados? Considera que existem mecanismos suficientes e adequados para apoiar a criação do próprio emprego, em particular dos jovens? Impacto dos atuais programas de apoio à criação do próprio emprego Sectores de atividade com mais negócios apoiados Avaliação do sucesso das iniciativas de empreendedorismo juvenil Sugestões de alteração aos programas existentes
	Identificar as características dos jovens que criaram o seu próprio emprego	Características pessoais e sociais que influenciaram os jovens com vista à decisão de criar o próprio emprego Sexo Escolaridade
	Caraterísticas dos negócios criados	Setores de atividade dos negócios Localidades Fontes de financiamento

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 8 - Articulação entre os objetivos da dissertação e a construção do guião de entrevista (entrevista de tipo confirmatório)

Objetivo da dissertação	Objetivos da entrevista	Perguntas da entrevista
✓ Caracterizar os desempregados e empregados em STP no período recente, com especial ênfase nos jovens; ✓ Identificar as medidas de política ativa que estimulam os jovens desempregados a dedicarem-se ao empreendedorismo e à criação do seu próprio emprego	Identificar os problemas relacionados com o desemprego jovem e medidas para o seu combate	Dificuldades que os jovens têm no acesso ao mercado de trabalho Medidas de política de emprego e de combate ao desemprego jovem Falhas das políticas para a criação de emprego para os jovens e estratégias para as remover Ações de criação e promoção do emprego juvenil Políticas económicas e o contexto macroeconómico e ambiente empresarial e criação do emprego jovem. Criação de centro de emprego público ou privado
	Identificar mecanismos de promoção do autoemprego	Desemprego como fenómeno para alavancar o empreendedorismo e o autoemprego Política de promoção do autoemprego e contribuição para o combate ao desemprego jovem Acesso a subsídios e financiamentos para criação de emprego juvenil Mecanismos de formação de jovens para promoção e criação do seu próprio emprego Inovação e espírito empreendedor de um desempregado juvenil Papel das incubadoras de empresas para a promoção do empreendedorismo juvenil

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em conta as dificuldades operacionais para recolha de informação, quer de natureza primária quer secundária, o presente estudo é de tipo exploratório, ou seja, é aquele que, segundo Patah e Abel (2021), possui métodos mais flexíveis, sem o uso de questionários detalhados ou amostragens muito complexas; em que muitas vezes, os objetivos ainda são claros; os problemas a serem investigados não estão ainda totalmente definidos e faltam informações para a sua compreensão completa. No caso concreto deste estudo, a falta de atualização de dados estatísticos sobre emprego, desemprego geral e juvenil, apurados pelo INE, constituiu um importante condicionante ao desenvolvimento da análise; além disso, todas as questões que se relacionam com a promoção de criação do próprio emprego pelos jovens é muito recente.

Organizar os dados, apresentar os resultados alcançados e construir novo conhecimento é muito importante na materialização de um estudo novo. É neste contexto que, depois da recolha dos dados primários e secundários, o passo seguinte é a sua organização e apresentação. As informações serão apresentadas com o apoio de tabelas, ferramentas que facilitam a compreensão e a interpretação dos conteúdos.

5.1. Análise dos resultados obtidos com os questionários exploratórios

Este instrumento de recolha de informação foi aplicado a 24 indivíduos. As questões que mais ficaram sem respostas são as seguintes:

- 20,83% dos inquiridos não responderam acerca de políticas afirmativas de emprego,
- 16,6% dos inquiridos não responderam acerca dos mecanismos suficientes e adequados para apoios as iniciativas de próprio emprego,
- 29,1% dos inquiridos não responderam acerca do impacto dos atores de programas de criação de próprio emprego,
- 33% dos inquiridos não responderam acerca do sector de atividade onde tem sido criado emprego, e
- 37,5% dos inquiridos não responderam acerca do nível do sucesso das iniciativas empreendedoras, etc.

A. Análise da Relação da criação do próprio emprego com a situação de desemprego

A.1 A criação do próprio emprego como forma eficiente de combate a desemprego

Das 24 pessoas inquiridas, todas responderam que a criação do próprio emprego é uma forma eficiente de combate ao desemprego na medida em que poderá criar mais postos de trabalho e, conseqüentemente, diminuir a taxa de desemprego. Outros inquiridos vão mais longe e defendem que a criação do próprio emprego promove a ocupação profissional dos jovens e a melhoria do seu rendimento; na nossa perspetiva a melhoria de qualidade de vida de todo agregado familiar.

Os entrevistados também consideram que a criação do próprio emprego é uma forma eficiente de combate ao desemprego porque o Estado, e até mesmo as empresas privadas do país, não têm capacidade suficiente para empregar todos cidadãos que se encontram desempregados.

No entender dos inquiridos, o Estado já não tem mesmo capacidade para empregar mais trabalhadores, que ascendem atualmente 30.000, devido às restrições orçamentais, agravadas com a crise pandémica de COVID19, e ao respeito pelos acordos com FMI, que exigem a contenção das despesas para redução de deficit orçamental o equilíbrio das finanças públicas.

Recentemente, o Chefe de Governo abordou esta questão e destacou a necessidade de promover políticas públicas de atração de investimento direto estrangeiro bem como o apoio ao sector privado da economia, para que este possa criar mais e melhores postos de trabalho, sobretudo para jovens (<https://www.forbesafricalusofona.com/sao-tome-e-principe-quer-empresarios-nigerianos-a-investir-no-pais/> e

<https://www.telanon.info/economia/2020/04/21/31535/empreende-jovem-e-lancado-para-apoiar-o-sector-privado-em-stp/>).

Segundo Nelia (2012), na conjuntura atual de desemprego, o empreendedorismo é tido como uma medida recorrente de política ativa de emprego. No conjunto de respostas dadas pelos inquiridos pelo menos um põe em evidência ou sublinha a relevância do empreendedorismo juvenil como forma eficiente de combate ao desemprego; outro inquirido sugere que não basta só criar postos de trabalho nas empresas; estas devem melhorar o seu sistema de gestão.

A.2 Desemprego juvenil como veículo potenciador do trabalho por conta própria

Das 24 pessoas inquiridas, 17 (70,83%) consideram o desemprego juvenil como veículo potenciador do trabalho por conta própria porque a juventude é a força motriz de uma sociedade; quanto mais casos de sucesso forem registados na criação de próprio emprego, mais incentivo haverá para implementação de melhores políticas para promoção do próprio emprego. Os entrevistados referem também o potencial de criação de condições para a melhoria das condições de subsistência, e, por outro lado, o desenvolvimento de soluções inovadoras e criativas, como veículo potenciador do trabalho por conta própria, devido à incapacidade do Estado e das empresas privadas para proporcionarem melhores empregos.

Outras 7 pessoas ouvidas (29,16%) não consideram o desemprego juvenil como veículo potenciador do trabalho por conta própria porque sem recursos financeiros não se cria emprego; adiantam também que não existe uma política ativa viável de criação de emprego para jovens em STP; afirmam, neste caso, que o elevado nível de desemprego é senão um veículo potencializador de marginalização.

A.3 Criação de emprego e capacidade para potenciar o crescimento e desenvolvimento económico

Os inquiridos que afirmaram que a criação de próprio emprego juvenil pode potenciar ou a dinamizar o crescimento e desenvolvimento socioeconómico argumentam também que as políticas de apoio aos desempregados, através de iniciativas empresariais, criam oportunidades no mercado de trabalho, no lado da oferta de emprego, como um efeito esperado do crescimento económico que cria as bases para o desenvolvimento. Quanto maior for a atividade empreendedora, menor será a taxa de desemprego e maior o crescimento da economia. Outros respondentes argumentam que a criação de próprio emprego leva a uma maior tributação de bens ou serviços produzidos (alargamento da base tributária devido à existência de maior produção e rendimento) e a um maior crescimento económico. Outros ainda consideram a necessidade de criar incentivos fiscais e legislação laboral adequada, como a estratégia de políticas ativas de criação do próprio emprego e de combate ao desemprego, as quais poderão ter um impacto significativo no crescimento socioeconómico. Para outros inquiridos, os jovens precisam apenas de orientações de políticas institucionais claras para poderem empreender, ao que deve acrescer ainda apoios de formação e crédito.

A este respeito, um dos inquiridos afirmou:

“A criação do próprio emprego nos moldes em que vem sendo dinamizado em S. Tomé, não é capaz de potenciar ou dinamizar o crescimento e o desenvolvimento económico do país, devido à precaridade existente no país, pois a criação do próprio emprego só tem servido para o sustento próprio e da família. Não há capacidade de poupança, daí a impossibilidade de ser capaz de criar condições para o crescimento e consequentemente de desenvolvimento económico”.

Esta consideração destaca a inexistência de capacidade de poupança, daí a impossibilidade de ser capaz de criar condições para o crescimento e consequentemente de desenvolvimento económico. A questão de a economia de STP não engendrar poupanças também é referida por outros autores. Além disso, as despesas de energia, de manutenção e de capital humano fazem com que os custos empresariais sejam elevados. As novas empresas frequentemente encontram dificuldades em começar suas atividades e fazer com que essas prosperem devido às altas taxas de juro, à dificuldade de acesso a financiamento de longo prazo e a um frágil sistema judicial (Gama, 2017).

B. Formas de incentivo à criação do próprio emprego

B.1. Formas de incentivo a criação do próprio emprego

Dos 24 indivíduos entrevistados, 54,16% afirmam que as respetivas instituições desenvolvem medidas / ações de incentivo à criação do próprio emprego, contra 41,66% que afirmam o contrário. A tabela 9 mostra a síntese de respostas dos inquiridos que responderam afirmativamente acerca da existência de formas de incentivo para a criação do próprio emprego nas respetivas instituições. Observamos que a formação e capacitação constituem as principais formas de incentivos (37,5%) governamentais. De facto, a formação desempenha um papel importante no desenvolvimento do empreendedorismo juvenil. A título de exemplo refira-se que o Parlamento Europeu (2015) defende a promoção do empreendedorismo jovem através da educação, e sugere que estrategicamente, deve passar pela “avaliação cuidadosa do impacto das atuais medidas de promoção do empreendedorismo através da educação e da formação e a sua eventual adaptação, atribuindo simultaneamente particular atenção aos efeitos nos grupos sub-representados e desfavorecidos; a promoção de conteúdos e ferramentas de aprendizagem mais bem definidos em matéria de ensino formal e não formal, dirigidos a todos os estudantes – tanto os módulos teóricos como os práticos, tais como projetos empresariais de estudantes. Segundo o Parlamento Europeu, 2015:), o apoio à formação inicial de professores, educadores, animadores de juventude, orientadores e responsáveis pelo ensino, bem como o seu

desenvolvimento profissional contínuo e a sua capacitação no domínio da educação para o empreendedorismo.

Tabela 9- Formas de incentivo à criação do próprio emprego -respostas afirmativas

	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Reabilitação de infraestruturas	1	4,16
Formação e capacitação	9	37,5
Financiamentos de vários projetos e empreendedorismo	2	8,33
Distribuição de parcelas agrícolas	1	4,16
Total	13	54,16

Fonte: Elaboração própria.

B.2. Principais políticas afirmativas

Dos 24 indivíduos inquiridos, 25% consideram que não existem políticas afirmativas de promoção do próprio emprego; por outro lado, 16,6% consideram que esta política é baseada na promoção do empreendedorismo juvenil; 12,5% referem a importância do crédito, 8,33% formação e criação de Agência de Emprego respetivamente (Tabela10).

Tabela 10 - Principais políticas afirmativas

	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Empreendedorismo juvenil	4	16,6
Crédito	3	12,5
Criação de gabinete	2	8,33
Formação	2	8,33
Não existem políticas afirmativas	6	25
Não sabe	2	8,33
Em branco	5	20,83
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

B.3. Mecanismos para apoiar as iniciativas de criação do próprio emprego juvenil

Dos 24 indivíduos inquiridos, 58,33% consideram que existem mecanismos suficientes e adequados para apoiar as iniciativas de próprio emprego juvenil contra 25% que indicam que não existem estes mecanismos (Tabela 11).

Tabela 11- Mecanismos suficientes e adequados para apoiar as iniciativas de criação do próprio emprego juvenil

	Frequência absoluta (Nº)	Frequência relativa (%)
Existem mecanismos suficientes	14	58,33
Não existem mecanismos suficientes	6	25
Em branco	4	16,6
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

Os respondentes que consideram a existência de mecanismos suficientes e adequados para apoiar as iniciativas de promoção do próprio emprego juvenil baseiam as suas considerações nas seguintes medidas (existentes ou planeadas):

i) Políticas de incentivos mais fortes para jovens que pretendem investir na agricultura e turismo. Estas políticas deveriam passar pela atribuição de créditos com taxas de juros bonificados e premiar com diploma de mérito jovens empreendedores cujos resultados económicos são mais encorajadores atrativos e rentáveis.

ii) Projeto empreendedorismo jovem.

iii) Formação da disciplina de empreendedorismo nas escolas secundárias e escolas de formação profissional. Esta política governamental tem sido desenvolvida com sucesso em todas escolas de país, mas também no ensino superior, não só para alunos de ciências económicas e empresariais, que já têm esta disciplina no seu *curriculum*, mas, noutras áreas; por exemplo os alunos que frequentam ciências agrárias têm no seu *curriculum* uma disciplina de Empreendedorismo e marketing.

Por oposição, os respondentes que consideram o contrário afirmam que “*muito se tem feito, mas o desemprego não diminuiu; de facto o desemprego não poderá diminuir porque a economia de STP carece de uma reforma estrutural profunda quer em termos produtivos, normativos, organizacionais, formação, capacitação e investigação e desenvolvimento*” e, acrescentam ainda que, existem bloqueios institucionais, “*uma inércia ou paralisia administrativa e*

económica, até mesmo de dificuldades de formação de consensos, devido a instabilidade política governativa afetam apoio as iniciativas de próprio emprego juvenil”. Os respondentes continuam acrescentando: “Não é notável qualquer apoio para jovens, porque se devia ter feito muito mais para promover o crescimento económico mais robusto para combater a rigidez do mercado trabalho que não consegue oferecer empregos decentes e bem remunerados e desenvolver com sucesso iniciativas de empreendedorismo juvenil”.

Além destas críticas, os respondentes afirmam que os jovens empresários, e não só, têm vindo a reclamar o preço praticado para legalizar a sua empresa no **Guiché Único para Empresas** (serviço público que funciona sob a égide do Ministério da Justiça, Administração Pública e Assuntos Parlamentares, com competência para proceder ao registo completo de empresas (sociedades comerciais)). Esta perspetiva vai contra a avaliação feita pela própria instituição que considera existir um novo ambiente de negócios facilitador e capaz de alavancar o empreendedorismo. A esta crítica acrescem ainda outros problemas como por exemplo: concentração de financiamento, burocracia excessiva e falta de incentivos à criação de próprio emprego.

Em suma observa-se, de acordo com as respostas obtidas, a existência de um número muito reduzido de jovens que beneficiaram de apoio à criação do próprio emprego, dado que vários projetos apresentados ao concurso de empreendedorismo jovem, promovido pelo Governo com a cooperação e financiamento do PNUD, não foram aprovados. As limitações financeiras devem estar na origem deste facto. A disponibilização de um Milhão e Meio de Dólares pelo PNUD, visando o relançamento o empreendedorismo jovem em São Tomé e Príncipe, não se revelou suficiente para satisfazer as necessidades e os desejos de muitos jovens que pretendem criar seu próprio emprego. <https://www.telanon.info/economia>.

B.4. Impacto que os atuais programas de apoio têm tido na criação do próprio emprego

Na avaliação do impacto que os atuais programas de apoio têm tido na criação do próprio emprego, observa-se que metade dos inquiridos alegam que não se dispõe de dados estatísticos para esse fim e 12,5% não sabem (Tabela 12). Estas considerações vão ao encontro do relatório da OIT (2021) que mostra que existe falta de dados estatísticos relativos ao emprego, o que é extremamente importante para avaliar o funcionamento de mercado de trabalho e todas as políticas públicas ativas de emprego e de combate a desemprego. Não se dispõe de informação

exata sobre quantos jovens têm sido envolvidos nestes programas, em média por ano, mas segundo os responsáveis PNUD e Direção do Empreendedorismo a instituição formou 100 jovens recentemente visando a criação do próprio emprego.

Tabela12- Impacto que os atuais programas de apoio têm tido na criação do próprio emprego

	Frequência absoluta (Nº)	Frequência relativa (%)
Formação	1	4,16
Empreendedorismo social	1	4,16
Não se dispõe de dados estatísticos	12	50
Sem resposta	7	29,1
Não sabe	3	12,5
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

B.5. Sectores de atividade onde têm sido criados negócios beneficiando de programas de apoio

Em relação aos sectores de atividade onde têm sido criados negócios beneficiando de programas de apoio, dos 24 indivíduos inquiridos cerca de 67% deixam o questionário em branco e alegam que não sabem responder. Os restantes indicam que os principais sectores de atividade são o comércio, agricultura, agropecuária transformação (Tabela 13).

Tabela 13- Sectores de atividade onde têm sido criados negócios com apoio

Descrição	Frequência absoluta (Nº)	Frequência relativa (%)
Agricultura, turismo	1	4,16
Empreendedorismo jovem	1	4,16
Comercio	1	4,16
Vários sectores	1	4,16
Negócios agricultura e turismo e serviços	1	4,16
Agropecuária transformação comércio geral	1	4,16
Entrance facebook	1	4,16
Não sabe	8	33,33
Agropecuária	1	4,16
Em branco	8	33,3
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

B.6. Avaliação do sucesso das iniciativas de empreendedorismo juvenil e criação de emprego

As informações para avaliar o nível de sucesso das iniciativas de empreendedorismo juvenil e criação de empregos são escassas; os dados apurados juntos dos respondentes mostram que uma boa parte dos inquiridos não responderam esta questão (37,5%), 29,16% não sabem, 25% alegam que não apresentam dados estatísticos (Tabela 14). Ao contrário, 4,16% indicam que o sucesso do projeto ronda 60% e 4,16% que consideram que o projeto de empreendedorismo jovem, financiado pelo PUNUD, anteriormente referido ainda é recente, o que significa que ainda é bastante cedo para apurar os indicadores de desempenho pertinentes, verificáveis e úteis, fiáveis para medir os efeitos e o impacto do projeto para os seus destinatários.

Tabela 14- Nível de sucesso das iniciativas empreendedorismo juvenil e criação de empregos

Descrição	Frequência absoluta (Nº)	Frequência relativa (%)
Sucesso ronda 60%	1	4,16
Projeto é recente	1	4,16
Não sabe	7	29,16
Sem dados estatísticos	6	25
Em branco	9	37,5
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

B.7 Sugestões de alteração aos programas existentes

Igualmente, as informações registadas sobre as sugestões de alteração dos programas existentes que possam melhorar os apoios existentes são escassas (Tabela 15). Dos 24 indivíduos inquiridos, metade não têm nenhuma sugestão, 37,5% não responderam à questão; por outro lado, 4,16% sugere que é preciso rever a política, 4,16% que considera que existe uma falta de comunicação na estratégia de implementação das atividades e outros 4,16% levantam um dos principais problemas com que o empreendedorismo e criação de empregos juvenis se depara: a falta de financiamento robusto e com taxas de juros bonificados.

Tabela 15- Sugestões de alteração aos programas existentes que possam melhorar os apoios existentes

Descrição	Frequência absoluta (Nº)	Frequência relativa (%)
Financiamento mais robusto e com juros bonificados	1	4,16
Falta de comunicação	1	4,16
Rever a política	1	4,16
Não tem sugestão	12	50
Em branco	9	37,5
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

De facto, a atividade de empreendedorismo juvenil é muito recente e enfrenta enormes desafios; carece de sugestões que podem gerar mudanças positivas em termos criação de emprego jovem e melhoria de rendimento. Por estas razões, o PNUD, em 2020, elaborou um Guia do Empreendedor (disponível no link abaixo²), produzido e lançado em formato físico e digital, sumariando todas as informações que possam auxiliar no desenvolvimento da ideia e plano de negócio, na constituição da empresa, nos serviços dos estados existentes sobre o empreendedorismo, programas de financiamento, e vários outros domínios.

C. Características dos jovens que criaram o seu próprio emprego

A tabela 16 mostra que dos 24 indivíduos inquiridos, 62,5 % indicam que os jovens promotores de próprio emprego têm baixa escolaridade, 12,5% têm baixa escolaridade e elevada escolaridade, 8,3% de inquiridos indicam que os jovens têm média escolaridade e igual percentagem de inquiridos alegam que jovens têm elevada escolaridade. Estes resultados estão em linha com Silva Cardoso³ (2019) que conclui, num estudo feito no Brasil, que mais de dois quintos dos adultos com o ensino fundamental incompleto são empreendedores, enquanto apenas trinta por cento dos que possuem ensino superior, ou maior escolaridade, estão na mesma condição. Neste estudo que agora se apresenta, os inquiridos também afirmam que o número de jovens empreendedores com o ensino superior é baixo.

²<https://www.google.com/search?q=Guia+de+empreendedorismo+de+Sao+Tomé>.

³<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/escolaridade-dos-empreendedores>.

Tabela 16 - Escolaridade dos jovens promotores do próprio emprego

	Frequência absoluta (Nº)	Frequência relativa (%)
Elevada escolaridade (ensino superior)	2	8,33
Média escolaridade	2	8,33
Baixa escolaridade (ensino primário)	15	62,5
Baixa escolaridade e elevada escolaridade	3	12,5
9º ano de escolaridade	1	4,16
Não sabe	1	4,16
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

D. Características dos negócios criados

D.1 Sectores de atividade predominantes nos negócios criados

Segundo os inquiridos, o comércio é uma das principais áreas de atividade de empreendedorismo e criação de emprego jovem (37,5% de forma exclusiva e 37,5% em conjunto com outras áreas), relegando a agricultura e turismo para o segundo plano (Tabela 17).

Tabela 17- Áreas de atividade predominantes em que o negócio se insere

Descrição	Frequência absoluta (Nº)	Frequência relativa (%)
Só comercio	9	37,5
Agricultura + Pesca +Transformação	1	4,16
Comércio +outros sectores	9	37,5
Só restaurante	1	4,16
Só turismo	1	4,16
Prestação de serviços diversos+ transformação e turismo	1	4,16
Sem resposta	2	8,33
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

D.2 Localização das atividades predominantes, promovidas por jovens

A localização de uma atividade empresarial pode fazer aumentar a sua atratividade e rendimento. Dos 24 indivíduos inquiridos, 66,66% indicam que é no Distrito de Água Grande que a maior parte das atividades ou negócios se insere; 25 % indicam ambos distritos e 8,33 não responderam esta questão (tabela 18). Observa-se que as atividades se concentram principalmente em Água Grande porque foram orientadas nesse sentido, para o mercado da capital do país, onde existe maior número de consumidores. No entanto, implementando políticas fiscais mais eficientes e incitantes, e melhorando as infraestruturas de energia e água bem como o acesso a crédito bonificado, os jovens empreendedores poderão também fazer investimentos nos Distritos de Lembá, Lobata, Caué e a Região Autónoma de Príncipe, que têm enormes potencialidades para desenvolvimento, entre outras atividades, do turismo e agricultura.

Tabela 18- Localização da atividade

Descrição	Frequência absoluta (Nº)	Frequência relativa (%)
Só Água Grande	16	66,66
Água Grande e Me-Zochi	6	25
Em branco	2	8,33
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

D.3. Fontes de financiamento disponíveis

Dos 24 indivíduos inquiridos, 29,16% indicam que as fontes de financiamento disponíveis têm origem no capital próprio, 12,5% capital próprio e banco e 8,33% apoio financeiro do projeto PNUD e Governo projetos e capital próprio. Além da ausência de respostas (8,33%), os restantes inquiridos (pouco mais de 40%) referem alguma diversidade das fontes de financiamento, incluindo projetos do PNUD e outros projetos de desenvolvimento (tabela 19). Estes resultados parecem comprovar a dificuldade de acesso ao apoio institucional ao financiamento dos negócios.

Tabela 19- Fontes de financiamento

	Frequência absoluta (Nº)	Frequência relativa (%)
Só Banco	2	8,33
PNUD e BM	1	4,16
Só capital próprio	7	29,16
Capital próprio +banco	3	12,5
Capital próprio e projeto empreendedorismo juvenil	1	4,16
Família+Estado	1	4,16
Capital próprio +família	1	4,16
Projetos e capital próprio	2	8,33
Só projetos	2	8,33
Só PNUD	1	4,16
Projeto +PNUD	1	4,16
Sem resposta	2	8,33
Total	24	100

Fonte: Elaboração própria.

Como síntese da informação recolhida, ressalta-se que:

- Em geral, os inquiridos são favoráveis à promoção do próprio emprego como ação de combate ao desemprego jovem e encaram o empreendedorismo juvenil como um instrumento neste sentido; acrescentam ainda que o desemprego pode potenciar atitudes empreendedoras; além disso, enunciam que a criação de emprego é um fator fundamental para a criação de riqueza e melhoria da qualidade de vida. No entanto, também alertam para o carácter precário de muitas das iniciativas de empreendedorismo jovem, todas de muito pequena dimensão, apenas dando lugar a negócios familiares, com a criação de um ou dois postos de trabalho.
- As ações de formação e capacitação são entendidas como importantes entre os incentivos de criação dos próprios empregos e, entre outros mecanismos promotores do empreendedorismo, os inquiridos assinalaram o Projeto Empreendedorismo Jovem e a existência de uma disciplina, a partir do ensino secundário e no ensino superior, dedicada à temática.
- Os inquiridos informam que os empreendedores jovens possuem, em média, níveis de escolaridade baixos e os negócios são criados, sobretudo, no sector do comércio. Estes projetos localizam-se, maioritariamente no distrito de Água Grande e são financiados maioritariamente com capitais próprios.

Com vista a obter mais alguma informação, com vista ao esclarecimento dos objetivos deste estudo, aplicaram-se entrevistas a um novo conjunto de peritos.

5.2 Análise dos resultados obtidos com as entrevistas

Aqui apresentamos as respostas obtidas às questões que foram colocadas aos entrevistados que participaram nas entrevistas de tipo confirmatório; os respondentes estão identificados de acordo com a codificação criada. Trata-se de resultados ou análises de um processo de recolha de informações que envolveu uma entrevista organizada, a um grupo de sete pessoas selecionadas, visando captar experiências e pontos de vista sobre um assunto como sugere GIBBS (1997), citado por SCHNEIDER et al (2020), mediante a utilização de um guião de 11 perguntas. O quadro da tabela anexo II mostra em pormenor as respostas dos entrevistados segundo o guião de entrevistas elaborado para este fim.

A. Dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho

Os entrevistados foram unânimes em destacar como principal razão a escassez de oportunidades de trabalho, devido à fraca dinâmica económica e deste modo, a fraca capacidade de produção de emprego. O Estado é o maior e principal empregador, e não consegue absorver todos os jovens quadros que procuram o primeiro emprego.

Por outro lado, a fragilidade das famílias e a debilidade do sistema educativo, põem em causa a devida preparação da juventude para a vida, implicando a sua fraca capacidade de interpretação e aproveitamento das oportunidades de emprego, e/ou de inovação para a criação do autoemprego.

Para ilustrar esse baixo nível de formação dos jovens, o respondente A, revelou os seguintes dados sobre os indivíduos à procura do primeiro emprego:

- 1- - Do 3º ao 6º ano, sem qualquer formação – 40%;
- 2- - Do 7º ao 12º ano – 30%
- 3- - Com formação média -10%
- 4- - Licenciados – 10%

Como se observa, de facto existe grande proporção de indivíduos à procura de emprego com baixa qualificação. O mercado de trabalho de STP e vários sectores da economia do país já começam a exigir trabalhadores com melhores competências e qualificações, portanto, com habilitação literária para além da escolaridade obrigatória (9ª classe), levando à escassez da oferta de empregos para os trabalhadores de 3º-6ª classe.

B. Medidas políticas de emprego do governo e parceiros para combater o desemprego jovem em STP

Os entrevistados enaltecem algumas medidas como por exemplo programa de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, qualificações e estágios profissionais adotadas pelas autoridades para a promoção do emprego, sobretudo neste período pandémico que fez aumentar o número de desempregados, mas despertou a atenção para a necessidade e urgência de estratégias, que promovam a participação de todos no processo de desenvolvimento económico e social do país.

Consideram pertinente a política de promoção do empreendedorismo, e congratulam-se com a sua introdução no currículo escolar, tão cedo, podendo começar a despertar o interesse e preparar os jovens, para no futuro poderem vir a criar o seu próprio negócio.

O respondente B considera *“importante que se incremente a política de estágio (profissional, remunerado ou não), que permita a preparação e formação contínua dos jovens. Deste modo, estarão sempre ocupados, habituados ao ambiente de trabalho, e com conhecimentos e interesse pela criação do próprio emprego (empreendedorismo) ”*.

Essa política de estágio só será possível se houver investimento (externo e interno) que implique o crescimento e fortalecimento do setor privado, a criação de empregos e a infraestruturação do país. Para o efeito, este respondente advoga a revisão das leis e dos processos administrativos que, nas condições atuais, não encorajam nem propiciam o investimento.

Por seu turno, o respondente A referiu que *“existe um “Plano Nacional de Emprego e Formação Profissional – PNE” que foi elaborado no âmbito da Política Nacional do Emprego, definido em 2016 em parceria com a OIT – Organização Internacional do Trabalho. As Formações que estão a ser desencadeadas pelo Centro Centro de formação de Budo Budo fazem parte da implementação das estratégias estabelecidas neste plano”*. Acresce ainda, o surgimento e aplicação de novo código trabalho, em vigor desde 2019, e a elaboração de Guia do empreendedor jovem elaborado com apoio de OIT.

C. Falhas de políticas para a criação de emprego para os jovens e estratégias para as remover

Todos os entrevistados defendem a promoção do sector privado e a aposta na infraestruturização do País (portos, aeroportos, estradas, etc.) para alavancar a economia. A administração pública, não pode continuar a ser o principal alvo do crescente número de postos de trabalho para quadros qualificados, sobretudo jovens, que procuram emprego. Consideram fundamental que se promova o “Empreendedorismo” e se aposte seriamente na formação.

O respondente B afirma que considera *“necessária a atualização da legislação santomense que, sendo pesada e com excessiva burocracia, constituem fatores constrangedores para o crescimento económico e implicitamente, para a produção do emprego”*. É necessário também, acrescenta, *“que os jovens sejam formados, se mobilizem e se transformem em atores e agentes de promoção de STP, e de atracção de investimentos sobretudo no domínio do turismo”*.

O respondente C observa, justamente, a sustentabilidade dos negócios beneficiários dos financiamentos, cujos empreendedores serão acompanhados, no sentido de garantir o seu crescimento e a multiplicação de postos de trabalho.

D. Algumas ações de criação e promoção do emprego juvenil e impacto

Segundo o respondente B, já foram formados mais de 2.000 jovens e estão em execução 115 projetos com o financiamento do PNUD, no valor de aproximadamente 2 milhões de dólares.

Destacam-se entre outros:

- A empresa de produção, engarrafamento e graduação de álcool que concorre para o abastecimento do mercado nacional, e que tem sido importante no contexto das medidas de prevenção e combate à covid-19.
- Fábrica de sabão, produto também importante e fundamental no contexto pandémico da covid-19
- STP Vendas (vendas on-line)
- BikeSolutions (para promover a prática do ciclismo em STP)
- Golfintec (dobra digital) já detentora da licença do Banco Central de STP para a realização dos seus negócios.

Não se dispõe de dados sobre os postos de trabalho criados nem sobre os salários pagos aos jovens empregados nestas empresas. Ainda assim, considera-se que são iniciativas encorajadoras em termos de oferta de empregos juvenis que é preciso consolidar e tornar-se cada vez mais sustentável, do ponto de vista económico e social.

Além disso, no âmbito do COMPRAN, serão financiados 1.500 microprojectos de produtores que atuam nos setores agropecuário e pesqueiro, prevendo que cada beneficiário empregue no mínimo mais uma pessoa. Vários jovens já têm esta informação e começaram a elaborar os seus planos de negócios -microprojectos.

O respondente C revelou que além destes, serão financiadas 700 iniciativas jovens empreendedoras e 23 parcerias público-privadas dirigidas às associações no domínio agropecuário e pesqueiro. O valor total do financiamento não reembolsável de todos estes projetos é de 4.685.000 Euros.

O respondente D, considera *“extremamente importante que os jovens sejam apoiados, formados, encorajados a empreender e deste modo e paulatinamente, se consiga resolver o problema do desemprego jovem em STP”*.

E. Políticas económicas e o contexto macroeconómico e ambiente empresarial e criação do emprego jovem

Um dos entrevistados considera extremamente frágil o tecido empresarial em STP, pelo que não está em condições de absorver o elevado número de jovens que procuram o primeiro emprego, embora seja o principal parceiro do Centro de Formação Profissional de STP para a empregabilidade. Sob ponto de vista macroeconómico, todas as políticas económicas governamentais estão viradas para promover um crescimento económico mais robusto e inclusivo com enfoque para melhorar o funcionamento de mercado de trabalho, para criar postos de trabalho diretos e indiretos dignos para jovens. Alguns exemplos destas políticas enunciadas pelos entrevistados: a inauguração recente da primeira incubadora de empresas na cidade capital de São Tomé, a existência da Agência de Promoção de Investimento (alguns jovens beneficiaram de crédito, montante máximo de 50.000USD para os seus projetos), os anúncios de perfuração de blocos petrolíferos na zona económica exclusiva de STP, a atracção de investimento direto estrangeiros com investidores da Nigéria bem como projetos de energia fotovoltaica que estão em negociação. Além destes, estão previstos outros projetos de

investimento que poderão ser implementados no quadro da CPLP, onde deverão participar várias empresas estrangeiras e nacionais, lideradas pela Câmara de Agricultura e Comércio, poderão ter implicações positivas no ambiente externo e interno empresarial e engendrar a criação de emprego jovem.

O respondente B entende serem bastante promissoras as políticas e projetos macroeconómicos, e assim a produção de postos de emprego em STP. Os entrevistados interpretam serem encorajadoras, as soluções que se desenham a médio e longo prazos, os programas, estratégias e dinâmicas políticas de desenvolvimento económico, orquestradas pelo Estado e o engajamento dos diferentes parceiros bilaterais e multilaterais para a sua efetivação e sustentabilidade.

F. Criação de um Centro de Emprego público ou privado em STP

O respondente B considera *“necessário que se instale uma agência ou centro nacional de promoção do emprego”*. Outros entrevistados sugerem que a atual Direção do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, que se constituiu dos Departamentos do Emprego, de Formação e Orientação Profissional, e do Observatório do Emprego, se transforme num centro vocacionado para a criação de estatísticas sobre o mercado de trabalho e para a inscrição, cadastro e orientação dos cidadãos que procuram o primeiro ou o novo emprego. Deverá tratar-se de *“um centro, que estabeleça contactos com as diferentes instituições públicas e operadores económicos (sector privado) para o enquadramento dos jovens”*.

G. Efeito do Fenómeno “desemprego”, para alavancar o empreendedorismo e autoemprego

“Transformar as fraquezas em forças” – defende o respondente E que afirma: *“Devemos interpretar o fenómeno [desemprego jovem], conhecer as suas raízes, estarmos coletivamente sensibilizados e mobilizados, e aproveitar as oportunidades que se nos oferecem (cooperação internacional) para o combater”*.

O respondente B reitera a necessidade da formação contínua dos jovens e da sua permanente ocupação (estágios, desporto, etc); de uma campanha de promoção de valores (família, ética, patriotismo, unidade, cidadania); de informação sobre as oportunidades e condições de acesso à formação e ao emprego; de divulgação das leis atinentes ao setor do emprego; etc.

H. Política de promoção do autoemprego e contribuição para o combate ao desemprego jovem

Neste caso, os diversos respondentes consideram unanimemente que a resposta é: “*sem dúvida*” quando se coloca a questão da necessidade de promoção do autoemprego com vista ao combate ao desemprego. Sendo o Estado o maior empregador, cujo orçamento é em cerca de 90% dependente da ajuda externa, é óbvio que a promoção do autoemprego se insere nas estratégias mais adequadas para o combate ao desemprego jovem em STP. É neste contexto que segundo a TVS no quadro da Cooperação de Governo de São Tomé e Príncipe com Cabo Verde será financiado um programa de empreendedorismo jovem no montante 500.000 USD.

I. Acesso à subsídios e financiamentos para a criação de emprego juvenil

O respondente C afirma que o desenvolvimento do projeto em que se integra “*trata-se de uma prova do acesso dos jovens a subsídios e financiamentos para a criação de emprego*”. Neste sentido, “*o projeto criou um gabinete de estruturação social que vai ajudar os jovens a elaborarem os seus planos de negócio sobre produção agrícola, pecuária/transformação e apoio a comercialização de peixes e terão acesso a crédito do FIDA O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), principal financiador do projeto*”.

O programa de Empreendedorismo Jovem do Ministério da Juventude, é também prova de oportunidades de financiamento para projetos que visam a criação de emprego. O respondente D, declarou já ter empregado cinco jovens trabalhadores no projeto “Dobra digital”, financiado pelo PNUD no âmbito deste programa.

J. Que mecanismos de formação dos jovens para promoção e criação do seu próprio emprego

No âmbito da cooperação entre STP e Portugal, designadamente entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal e o seu congénere de STP, foi criado o Centro de Formação Profissional de STP que está vocacionado para a formação e inserção dos jovens na vida ativa. Os seus programas de formação são adaptados à realidade social e económica de STP, com base nas políticas de formação profissional e emprego adotadas pelo governo. Tem como atribuição a promoção, orientação, formação e qualificação dos recursos humanos, principalmente os jovens saídos do sistema de ensino, e os grupos desfavorecidos ou ameaçados de exclusão social. Desenvolve ações para a promoção do empreendedorismo, no contexto do

ACPE – programa de Apoio à Criação do Próprio Emprego. Além disso, orienta o processo de formação, e faz o acompanhamento dos seus formandos durante e depois da formação, no sentido de sua empregabilidade.

Por outro lado, com o apoio e financiamento do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a direção do empreendedorismo desenvolve desde 2019, programas e projetos visando o combate ao desemprego através do empreendedorismo jovem, designadamente:

- Programa de empreendedorismo social, para a promoção e encorajamento de iniciativas juvenis de desenvolvimento comunitário e proteção ambiental;
- Programa “empreende jovem”, de promoção de iniciativas inovadoras de negócio, formação e financiamento para a sua sustentabilidade;
- Programa “muala mais”, destinado às mulheres mais vulneráveis;
- “youthconnect STP”, que visa a interação com os jovens do continente africano;
- 115 projetos de empreendedorismo jovem.

Neste âmbito, já foram formados mais de 2.000 jovens, tendo sido produzido para a sua orientação, o “Guia do Empreendedor”. Contudo, não se dispõe de informações sobre os resultados devido ausência de uma monitorização capaz de fornecer os indicadores de desempenho destas atividades nem se sabe o número de empresas e postos de trabalho criados.

K. Iniciativa de inovação e o espírito empreendedor de um desempregado juvenil

Exceto o respondente F que advoga alguma independência e liberdade de escolha, todos os outros respondentes defendem *“não ser adequado nem aconselhável, deixar ao critério e sob os próprios riscos dos jovens, a sua iniciativa empreendedora”*. Além disso, consideram ser fundamental que, mediante estudo prévio das necessidades do mercado de trabalho a curto, médio e longos prazos, seja dada aos jovens, formação e orientação no sentido da sua empregabilidade. O respondente F avança indicadores bastante pertinentes e encorajadoras nomeadamente, *taxas de empregabilidade mais que 50% de jovens que participaram na secção de formação, no entanto, as dificuldades surgem no controlo de formandos que ingressam no ensino superior ou que emigram para outros países.*

Além disso, o apoio técnico e financeiro e acompanhamento na execução dos negócios, são de extrema importância. Este é um dos principais objetivos do Centro de Formação Profissional:

monitorizar os jovens formados naquela instituição no período pós-formação uma vez que também recebem um pequeno apoio financeiro para melhorar o seu pequeno negócio.

L. A edificação e institucionalização de incubadoras de empresas, para a promoção do empreendedorismo juvenil e seu impacto

O respondente B esclareceu que o Ministério da Juventude, vai construir três incubadoras de empresas (duas em São Tomé e uma no Príncipe).

Para tal estão a ser recrutados e preparados quadros-técnicos, no sentido de que *“as referidas incubadoras sejam infraestruturas e ferramentas impulsionadoras do interesse e da dinâmica empreendedora dos jovens em STP. Isso irá permitir a interação entre os mesmos, formalização de negócios, contribuindo de certa forma para o desenvolvimento de STP”*.

Como síntese deste conjunto de entrevistas sobressaem os seguintes aspetos:

- O mercado de trabalho de STP caracteriza-se por baixos níveis de procura de trabalho, dada a debilidade do tecido económico, enquanto os jovens trabalhadores desempregados têm, em média, baixas qualificações.
- A promoção de estágios afigura-se como uma medida adequada para favorecer a entrada no mercado de trabalho e o espírito empreendedor; por outro lado, existe já um documento de documentos de estratégia para promover a criação de emprego (por exemplo, Plano de Emprego e Formação Profissional, Guia do Empreendedorismo Jovem).
- Foi identificado um conjunto diverso de iniciativas públicas e apoiadas por entidades externas, de apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo, bem como a criação de um Centro de Formação Profissional.
- Foi identificada a importância da criação de um Centro de Emprego que estabeleça a ligação entre os diversos agentes públicos e privados, no âmbito do mercado de trabalho, com a população ativa à procura de emprego e que, simultaneamente, disponibilize informação que permita a monitorização do comportamento do mercado de trabalho. A criação de uma agência de emprego público e privado é, pois, relevante, e poderá estabelecer relações muito estreitas com o novo centro de incubação de empresas sob tutela do Ministério da Juventude e Empreendedorismo.

Todos os respondentes são unânimes em reconhecer que a formação profissional de jovens é crucial para criação de autoemprego, sendo particularmente necessário encontrar mecanismos para formar jovens que não têm escolaridade obrigatória e que são mais marginalizados no mercado de trabalho e por todas as políticas ativas de empreendedorismo juvenil.

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Conclusões

A revisão da literatura permitiu revelar que o sector agrícola no continente africano é um sector estratégico relevante para melhorar o mercado de trabalho, principalmente para jovens, o que sugere que um aumento do emprego neste setor levaria um declínio na taxa de desemprego jovem. Isto seria na nossa perspetiva importante para combater em STP de forma concomitante o desemprego urbano e rural jovem e êxodo rural dos jovens.

E realçamos aqui o trabalho ILO (2011) que além da representação diagramática do ciclo virtuoso de emprego jovem enfatiza outros aspetos que não devem ser ignorados como o subemprego dos jovens, trabalhando longas horas na informalidade, intermitente a trabalhar abaixo de seu potencial em empregos de baixa qualificação e baixa remuneração, sem perspetivas de progressão na carreira.

Sugestões de alguns autores podem ajudar a resolver este problema, alegam que deve haver um melhor ajustamento e compatibilidade entre a formação fornecida e as necessidades da oferta de emprego, assim como a aposta na formação profissional como forma desenvolver o emprego autónomo. Esta sugestão vai de encontro com as perspetivas de políticas ativas governamentais e as opiniões de vários inquiridos ou entrevistados que participaram no presente trabalho.

Outro aspeto a considerar é a relação que existe entre crescimento económico e criação de emprego para jovens. Ceita (2021) chama atenção que economia de STP tem vindo a crescer a um ritmo inferior ao da população, a administração pública mostra-se incapaz de dar resposta à criação de emprego jovem, a indústria é incipiente e frágil e o tecido empresarial reduzido e com baixo ou inexistente nível de inovação, para além da insularidade e dos recursos naturais limitados, sendo que todos estes fatores restringem a contratação de jovens no mercado de trabalho.

O Banco Mundial refere que o emprego vulnerável representava quase 50% do total do emprego sendo que apenas diminuiu ligeiramente para 46% em 2019. A vulnerabilidade é bastante mais evidente nas mulheres. Daí que somos de opinião que torna necessário implementar políticas públicas mais ativas de emprego para inverter esta vulnerabilidade.

Este estudo visou obter informação sobre os jovens empreendedores e os negócios criados e principalmente identificar e analisar as políticas afirmativas de criação de empregos e rendimentos adotadas pelas diferentes entidades públicas de STP, em prol dos jovens, com ênfase na criação do próprio emprego, para jovens desempregados. Tratou-se de uma análise de natureza exploratória baseada em procedimentos que se enquadram no contexto das metodologias de análise qualitativa. Aos questionários e entrevistas aplicados foram obtidas mais de 60% respostas, o que permitiu obter um diverso conjunto de informações com vista a esclarecer o objeto de estudo.

Os resultados obtidos permitem afirmar que, entre as principais medidas de política afirmativa, com vista à promoção do empreendedorismo e criação de emprego jovem, contam-se i) as ações de formação e capacitação dos jovens, ii) a inclusão, no ensino secundário, da sensibilização para o empreendedorismo bem como iii) a promoção de estágios e a iv) criação de instituições de interface no mercado de trabalho, de que é exemplo o Centro de Emprego e o Centro de Formação Profissional.

Relativamente às características dos negócios criados e dos jovens empreendedores, o comércio é o principal sector de atividade objeto das iniciativas empreendedoras juvenis e segundo os inquiridos é preciso empreender noutras áreas também promissoras como agricultura e transformação, energias renováveis e TIC. As principais fontes de financiamento da atividade empresarial dos jovens é o capital próprio. Portanto o financiamento da atividade empreendedora continua a ser um dos principais constrangimentos com que os jovens se deparam. O baixo nível de escolaridade dos jovens é um outro problema que não deve ser descurado, havendo necessidade de fazer investimento adequado no capital humano de modo a criar valores e uma cultura empreendedora forte, apostando na educação e formação formal e informal empresarial. O desenvolvimento da atividade empreendedora é concebido e materializado predominantemente nos principais mercados locais - Água-grande e Mé-Zochi - marginalizando outros distritos e a RAP; admite-se que mais incentivos fiscais, acesso a crédito bonificado e melhoria nas infraestruturas rodoviárias, água e energia estimulem os jovens a fazer investimentos noutros distritos que apresentam potencialidades enormes para empreender com sucesso.

Sobre o tema objeto de estudo verifica-se que a ausência de informação é transversal a muitos dos peritos que aceitaram colaborar neste estudo. Na origem desta falha está seguramente a falta de dados estatísticos, nomeadamente indicadores, que além de não permitirem um cabal

conhecimento das características do problema em análise também não permitem avaliar o sucesso dos programas de empreendedorismo juvenil atual desenvolvido pelo PNUD e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe que também é bastante recente.

6.2 Limitações da Pesquisa

Os dados secundários disponíveis não permitiram a descrição aprofundada das políticas afirmativas de criação de emprego, que é objetivo geral do presente estudo, devido a limitações de dados estatísticos mais recentes sobre o mercado de trabalho (apurados e fornecidos pelo INE), incluindo o que respeita à promoção empreendedorismo juvenil. Este tema ganhou relevo apenas no fim de 2019 e ao longo de 2020 com o relançamento do projeto empreendedorismo financiado pelo PNUD em curso. Os dados primários recolhidos são indicativos uma vez que a amostragem realizada não é representativa da população inquirida: trata-se de uma amostragem por conveniência, não probabilística. O prosseguimento do estudo confrontou-se com resistência de fornecimento de dados, por parte de vários inquiridos, e casos “sem resposta”. Isto é bastante comum no período eleitoral em STP, quando decorreu a primeira fase da recolha de dados, em que os entrevistados solicitam uma compensação para participar massiva e ativamente num inquérito por questionário. Além disso, a realização de inquéritos, nomeadamente entrevista semiestruturada a jovens empreendedores, no momento também se revela inoportuna e inviável. No entanto, ainda assim, além das sugestões, e elementos que realçam a perspetiva prática do presente trabalho são ainda de seguida sugeridas recomendações e sugestões para futura investigação.

6.3 Recomendações e Sugestões para futura investigação

De facto, a atividade de empreendedorismo juvenil é muito recente e enfrenta enormes desafios e carece de sugestões que podem gerar mudanças positivas em termos criação de emprego jovem e melhoria de rendimento. Em função das conclusões deste trabalho, salientam-se medidas mais eficientes e sustentáveis em várias áreas que possam constituir maiores incentivos para criação de emprego.

Em primeiro lugar, ressalta um melhor e mais diversificado financiamento, menos concentrado e com taxas de juro bonificadas para jovens empreendedores. Para além disso, dada a baixa escolaridade de muito jovens empreendedores que não conseguem assimilar e implementar

star-up que acompanhem a evolução do desenvolvimento tecnológico, inovação e competitividade, a concorrência atual das organizações empresariais, há a necessidade de aumentar a formação e capacitação de quadros e melhorar formação de jovens do ensino secundário, mas alargando e diversificando para um ensino profissional e ensino superior.

Paralelamente, há que apostar numa administração pública menos burocrática e eficiente que tenha em linha de conta os mecanismos suficientes e adequados para apoiar as iniciativas de próprio emprego juvenil, baseando nas políticas de incentivos mais fortes para jovens que pretendem investir nos sectores mais estratégicos e de maior valor acrescentado para economia como agricultura, pesca, pecuária, turismo e outros serviços em que a procura se revela mais elástica e aporta maior benefícios para jovens e a população em geral. Um funcionamento adequado do “Guiché único para criação de empresas” e com preços mais reduzidos para jovens empresários seria um exemplo de uma maior eficiência.

Finalmente, a avaliação e monitorização regular e apropriado dos programas e projetos dirigidos ao empreendedorismo jovem, como é o caso do “Projeto de empreendedorismo jovem financiamento pelo PNUD”, através de apuramento de indicadores de progresso capazes de medir os seus efeitos sobre mercado de trabalho e das políticas públicas ativas de criação de emprego jovem, é essencial. Para a avaliação das políticas é essencial a produção de dados estatísticos de emprego e desemprego, para que se possa conceber e avaliar e tomar decisões mais acertadas sobre o funcionamento de mercado de trabalho.

Estando disponível informação estatística detalhada e atualizada sobre a situação laboral dos jovens em STP, que faltou no presente trabalho, poderá e deverá ser feita um estudo detalhado das características sociodemográficas dos jovens empreendedores, dos negócios criados e do seu sucesso, assim como do impacto das políticas existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACET - African Center for Economic Transformation (2017). African Transformation Report 2017: Agriculture powering Africa's economic transformation. <https://acetforafrica.org/acet/wp-content/uploads/publications/2017/10/ATR17-full-report.pdf> (Consulta em 25 novembro 2020).
- Agencia STP Press (2021). PNUD injeta 1.5 Milhões de Dólares para relançar projectos de empreendedorismo Jovem em São Tomé e Príncipe. Disponível em <https://www.stp-> Consultado em 18/9/21
- Ahluwalia, M. S., Carter, N. G., e Chenery, H. B. (1979). Growth and poverty in developing countries. *Journal of Development Economics*, 6(3): 299–341. [https://doi.org/10.1016/0304-3878\(79\)90020-8](https://doi.org/10.1016/0304-3878(79)90020-8).
- Ahodekon, J. (2015). Projecto de Política Nacional de emprego de S.T.P. Ministério de Trabalho e dos Assuntos Sociais. Disponível em: <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/STP/POLITIQUE%20NATIONALE%20EMPL OL.pdf> (Consulta em 25 novembro 2020).
- Almeida, A. J. (2018). Recrutar jovens diplomados: como atrair talentos numa era marcada pela fuga de cérebros? X Congresso português de Sociologia. Covilhã, 11 de Julho. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/35886/1/Almeida%20-%20Recrutar%20jovens%20diplomados%20-%20APS-2018.pdf> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Almeida, J., Santos, E., Ferreira, J., e Albuquerque, C. (2013). Desemprego e Empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da USP*, 20 (1):31-56. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2013.69562>
- Alves, N. (2008). Juventudes e Inserção profissional. Lisboa: Educa /UI e DCE.
- Ampadu-Ameyaw, R., Jumpah, E.T., Owusu-Arthur, J., Boadu, P., e Fatunbi, A. O. (2020). A review of youth employment initiatives in Ghana: policy perspective. *FARA Research Report* 5(5):41. Disponível em: <https://research4agrinnovation.org/wp-content/uploads/2021/03/a-review-of-youth-employment-initiatives-in-ghana-policy-perspective.pdf> (Consulta em 5 agosto 2021).
- AUC/OCDE (2018). Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018: Crescimento, Emprego e Desigualdades. OECD Publishing, Paris/AUC, Addis Ababa,. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264306301-pt> (Consulta em 30 de Setembro de 2019).
- BAD (2019) .Fonds multidonateurs pour l'entrepreneuriat et l'innovation des jeunes <https://www.afdb.org/fr/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/jobs-for-youth-in-africa/the-youth>.
- BAD- Banco Africano de Desenvolvimento (2016). African Development Report 2015. Growth, poverty and inequality nexus: Overcoming barriers to sustainable development. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/documents/document/african-development-report-2015-growth-poverty-and-inequality-nexus-overcoming-barriers-to-sustainable-development-89715> (Consulta em 25 novembro 2020).
- Barros, A., Lopes, D., Pinheiro, F., e Brandão, C. (2016). A vivência do desemprego por jovens graduados: um estudo exploratório. Actas do 3º Congresso da Ordem dos

- Psicólogos Portugueses. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/112133/2/267562.pdf> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Bell, D.N.F., e Blanchflower, D.G. (2010). UK Unemployment in the great recession. *National Institute Economic Review*, 214(1):R3-R25. doi:[10.1177/0027950110389755](https://doi.org/10.1177/0027950110389755).
- Blattman, C., e Dercon, S. (2018). The impacts of industrial and entrepreneurial work on income and health: Experimental evidence from Ethiopia. *American Economic Journal: Applied Economics*, 10(3): 1-38. <https://doi.org/10.1257/app.20170173>.
- BM- Banco Mundial (2014). Youth Employment in Sub-Saharan Africa. Disponível em <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/978-1-4648-0107-5> (Consulta em 22 janeiro 2020).
- BM- Banco Mundial (2019). World Development Report 2019: The changing nature of work. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2019> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Bonifácio, F. L. Avelino (2018). O Diagnóstico sobre a situação do emprego jovem em STP. Março. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_mas/---program/documents/genericdocument/wcms_674583.pdf (Consulta em 2 dezembro 2020)
- Braga, A. N., Braga, A. N., Braga, L.F., e Alves, M. G. S. (2020). Educação e Desenvolvimento Económico: uma análise sobre a teoria do capital humano-breves reflexões. *Tecnologia, Gestão, Humanismo*, 10(1):143-150. Revista Científica On-line. ISSN: 2238-5819. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-e&q=Schultz%2C+T.+W.+%281973%29.+O+Capital+Humano%3A+investimentos+em+educa%C3%A7%C3%A3o+e+pesquisa.+Tradu%C3%A7%C3%A3o+de+Marco+Aur%C3%A9lio+de+Moura+Matos.+Rio+de+Janeiro%3A+Zahar.#> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Broussar, N. H., e Tekleselassie, T. G. (2012). Youth Unemployment: Ethiopia Country Study. IGC Working Paper 12/0592. Disponível em: <http://prime-ethiopia.org/wp-content/uploads/2015/03/Youth%20Unemployment-Ethiopia%20Country%20Study.pdf> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Caeiro, A. F.P. (2020). Inovação social e desenvolvimento local sustentável: estudo de caso de uma cooperativa multisectorial. Tese de Mestrado, Universidade de Évora. Évora. (<http://hdl.handle.net/10174/28694>)
- Carvalho, L. (2020). Mercado de Trabalho: Significado Tendências, Profissões e Dicas. Disponível em: <https://blog.bompracredito.com.br/mercado-de-trabalho> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Ceita, E. J. A. R. (2021). *As Pequenas e Médias Empresas (PME's) em São Tomé e Príncipe: Perfil, Problemas e Desafios* (Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Economia e Gestão para Negócios). Universidade de Évora.
- Chacaltana, J., e Dasgupta, S. (eds) (2021). *Is the future ready for youth?: youth employment policies for evolving labour markets*, ILO, Geneva, 14 Aug. Disponível em: https://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/WCMS_776024/lang--en/index.htm (Consulta em 5 agosto 2021).
- Chenery, H. B., e Carter, N. G. (1972). Growth External. Aspects of Development Perfor- in Less Developed Countries. World Bank Disc. Paper, 141(82): 934-950.
- Chigunta F. (2017). Entrepreneurship as a Possible Solution to Youth Unemployment in Africa. In: Skelton T., Abebe T., Waters J. (eds) *Laboring and Learning. Geographies of Children*

- and Young People, vol 10. Springer, Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-287-032-2_19.
- Clementi, F., Fabiani, M., Molini, V., e Zizzamia, R. M. A. (2021). Are We Really Painting the Devil on the Walls? Polarization and its Drivers in Sub-Saharan Africa in the Past Two Decades. *Journal of African Economies*, ejab006. DOI: [10.1093/jae/ejab006](https://doi.org/10.1093/jae/ejab006).
- Cp BAD (sd)Boost Africa - Soutenir les jeunes entrepreneurs africains <https://www.afdb.org/fr/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/boost-a>
- Cruz, W. E. (2020). *Identificar soluções para diminuir a dependência económica externa de São Tomé e Príncipe* (Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Economia e Gestão para Negócios). Universidade de Évora. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/28948> (Consultado em 1 de maio 2021).
- Damasio, T(2006)-Moçambique como vetor da educação. Disponível em <https://teresadamasio.com/ministerios-da-educacao-e-do-ensino-superior-da-cplp-2/>. Consultado em 19/9/21
- De Lannoy, A., Graham, L., Patel, L. e Leibbrandt, M. (2020). Why Is Youth Unemployment So Intractable in South Africa? A Synthesis of Evidence at the Micro-Level. *JAYS3*: 115–131. <https://doi.org/10.1007/s43151-020-00012-6>.
- Diogo, F., Palos, A. C., e Silva, O. (2016). Perfis de transição para o mundo do trabalho e precariedade entre os jovens. XVI Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho «Futuros do Trabalho: Políticas, Estratégias e Prospetiva», 27 e 28 de Novembro de 2015, Lisboa: FCSH-UNL. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/4193> Consultado em 28 de Julho 2021).
- Disponível em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2015-0292_PT.html. Consultado em 9/9/2021
- DMPME (2012). Programa de desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: http://www.angola.org.uk/PDF/press/mineco_programa_desenvolvimento_MPME_APR.pdf (Consulta em 30 de Setembro de 2019).
- Ernesto, A., Capilo, G. (2019). A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalhador Informal. Open Society em Angola <http://osisa.org/wp-content/uploads/2019/03/Informal-Economy2.pdf> (Consulta em 25 novembro 2020).
- Falco, P., Maloney, W. F., Rijkers, B., e Sarrias, M. (2012). Heterogeneity in Subjective Well-Being: An Application to Occupational Allocation in Africa. *Policy Research Working Paper* 6244, World Bank, Washington, DC. doi:10.1596/1813-9450-6244.
- Foxis, L., e Gandhi, D. (2021). Youth employment in sub-Saharan Africa. Progress and prospects. AGI Working Paper #28. Africa Growth Initiative's Industries, Smokestacks (IWOSS) project. Disponível em: https://media.africaportal.org/documents/21.03.24-IWOSS-Intro-paper_FINAL.pdf (Consulta em 5 agosto 2021).
- Frederico, C. (2021). *Impacto da Ajuda Pública e COVID-19 em São Tomé e Príncipe* (Trabalho de licenciatura em ciências económicas empresariais). Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe.
- Frigotto, G. (2000). Os Delírios da Razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: Gentili, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Tradução: Vania Paganini Thurler; Tomaz Tadeu da Silva. (Coleção Estudos Culturais em Educação) 7ª. ed. Editora: Vozes, Petrópolis. Disponível

- em: <https://pdfcoffee.com/pedagogia-da-exclusao-pablo-gentilidoc-pdf-free.html> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Giannecchini, P., e Taylor, I. (2018). The eastern industrial zone in Ethiopia: Catalyst for development? *Geoforum*, 88: 28– 35. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2017.11.003>.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. (4. Ed). -São Paulo : Atlas
- Gil, A.C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Edição. São Paulo. Atlas
- Gomes, C. B., Tenjua, E., Paquete, H., e Dória, A. (2018). Revisão Estratégica “Fome Zero” horizonte 2030. Disponível em: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000070152/download/> (Consulta em 28 novembro 2020).
- Gonçalves, C. (2013). Jovens e desemprego: algumas notas. In Brandão, A. M. e Marques, A. P.(org), *Jovens, trabalho e cidadania: Que sentidos?:* 8-19. Braga: Universidade do Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/26455> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Guimarães, B(2021). Entrevistas estrutura. Disponível em <https://www.gupy.io/blog/entrevista-estruturada> Consultado em 31/10/12
- ILO – International Labour Organization (2011). An Introductory Guide for Employers’ Organizations:Tackling Youth Employment Challenges. ISBN 978-92-9049-584-0, 1ª Edição. Disponível em: http://www.oit.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---act_emp/documents/publication/wcms_582289.pdf (Consulta em 5 agosto 2021).
- INE (2010). Inquérito aos Orçamentos Familiares. Disponível em: <https://www.ine.st/> (Consulta em 30 de Setembro de 2019).
- INE (2013). Recenseamento geral da população e da habitação (RGPH 2012). Disponível em: <https://www.ine.st/> (Consulta em 30 de Setembro de 2019).
- INE (2020). Economia. Disponível em: <https://www.ine.st/> (Consulta em 30 de julho de 2021).
- Jesus, N. P. F. de (2018). *Precariedade jovem: a entrada no mercado de trabalho através do estágio* (Dissertação de Mestrado em em Ciências do Trabalho e Relações Laborais). Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/17107> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Julkunen, B. (2009). Youth unemployment and marginalization. In *Handbook of Youth and Young Adulthood*, 1st Edition, Routledge. eBook ISBN 9780203881965.
- Jumpah, E. T., Ampadu-Ameyaw, R., e Owusu-Arthur, J. (2020). Youth employment in Ghana: economic and social development policies perspective. *World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, 16(4):413-427. <https://doi.org/10.1108/WJEMSD-07-2019-0060> .
- Kiziryan, M. (2015). Mercado Laboral. Disponível em: <https://economipedia.com/definiciones/mercado-laboral.html> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Kovács, I. (2013). Flexibilização do Mercado de Trabalho e Percursos de Transição de Jovens: Uma Abordagem Qualitativa do Caso da Área Metropolitana de Lisboa. SOCIUS- Documentos de Trabalho, wp012013, ISEG, Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/5689> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Kovács, I. e Lopes, M. (2012). *A Juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade*. Casaca, S. (Ed.), Mudanças Laborais e Relações de Género. Coimbra: Almedina
- Lewis, W. A. (1954). Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The Manchester School*, 22(2):139-191. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x>.

- McMillan, M., Rodrik, D., e Verduzco-Gallo, I. (2014). Globalization, Structural Change, and Productivity Growth, With an Update on Africa. *World Development*, 63:11-32. DOI: [10.1016/j.worlddev.2013.10.012](https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.012).
- Meagher, K. (2020). Illusions of inclusion: Assessment of the World Development Report 2019 on the changing nature of work. *Development and Change*, 51(2): 667– 682. <https://doi.org/10.1111/dech.12557>.
- MECC - Ministério de Educação Cultura e Ciência (2006). Decreto-lei n.º 13/81, 04 de Maio.
- Monga, C., Shimeles, A., e Woldemichael, A. (Eds.). (2019). *Creating decent jobs: Strategies, policies, and instruments*. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/documents/creating-decent-jobs-strategies-policies-and-instruments> (Consulta em 5 agosto 2021).
- MTAS - Ministério de Trabalho e dos Assuntos Sociais (2015). Projeto de Política Nacional do Emprego de São Tomé e Príncipe.
- Muiya, B. M. (2014). The Nature, Challenges and Consequences of Urban Youth Unemployment: A Case of Nairobi City, Kenya. *Universal Journal of Educational Research*, 2(7): 495-503. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1053917> (Consulta em 5 agosto 2021).
- Nelia, N (2012) -Des)emprego e empreendedorismo: repensar as políticas públicas. Disponível em <https://journals.openedition.org/configuracoes/1410>. Consultado em 8/8/2021
- Newfarmer, R., Page, J., e Tarp, F. (Eds.). (2018). *Industries without smokestacks: Industrialization in Africa reconsidered*. Oxford University Press.
- O'Higgins, N. (2016). Youth unemployment. In *Routledge Handbook of Youth and Young Adulthood*, 2nd Edition. Routledge. eBook ISBN 9781315753058. <https://doi.org/10.4324/9781315753058>.
- Odeh, M. A., e Okoye, C. O. (2014). Poverty Reduction Policy and Youth Unemployment in Nigeria. *Public Policy and Administration*, 3(4):92-103. ISSN 2225-0972(Online). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234669136.pdf> (Consulta em 5 agosto 2021).
- OIT – Organização Internacional do Trabalho (2018). Programa de promoção do trabalho digno 2018-2021 de São Tomé e Príncipe. 73p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_mas/---program/documents/genericdocument/wcms_674583.pdf (Consulta em 28 janeiro 2020).
- OIT (2021). Impacto sócio-económico da COVID-19 sobre trabalhadores e suas Organizações em São Tomé e Príncipe. OIT. 100 pag. São Tomé.
- OIT (2021). Estudo do impacto socioeconómico sobre os sindicatos e trabalhadores em São Tomé e Príncipe. PNUD. São Tomé Príncipe.
- Oliveira, L., Carvalho, H. e Veloso, L. (2011). Formas atípicas de emprego juvenil na União Europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66: 27-48. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK_Ewik46iIkq7yAhULKBoKHxeesBsYQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.rcaap.pt%2Fsociologiapp%2Farticle%2Fdownload%2F7764%2F5440%2F21840&usq=AOvVaw0JzaSTIDRMOiWpMgf2hWI9 (Consulta em 5 agosto 2021).
- Oshiro, F., e Marques, R. M. (2016). Conceito de desemprego e sua medição no século XX. *Textos & Contextos*, 15(2):293-307. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do

- Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321549303006>(Consulta em 30 de Setembro de 2019).
- Parlamento Europeu (2015). Promover o empreendedorismo jovem através da educação e da formação. <https://www.europarl.europa.eu> › A-8-2015-0239_PT (Consulta em 30 janeiro 2020).
- Pastore, F. (2018). Why is youth unemployment so high and different across countries?. *IZA World of Labor*: 420. doi:10.15185/izawol.420.
- Patah, R e Abel, C (2021)-Pesquisa exploratória. Disponível em <https://mindminers.com/blog/o-que-e-pesquisa-exploratoria>. Consultado em 31/10/21.
- Plano de Marketing para a Escola Técnica e Profissional do Centro Politécnico (Trabalho de Projeto do mestrado em Gestão, especialização em Marketing). Universidade de Évora. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/24207>(Consulta em 5 agosto de 2021).
- Prodanov, C.C., e Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª edição. Novo Hamburgo -Rio Grande do Sul -Brasi.Quintas, O. P. (2018).
- Quivy, R. e Campenhoudt, L.V. (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva.
- Ranis, G., e John C. H. Fei. (1961). A Theory of Economic Development. *The American Economic Review*,51(4): 533-565. <http://www.jstor.org/stable/1812785>(Consulta em 5 agosto de 2021).
- Rodrigues, R.P. (2016). *Ensaio sobre o desemprego jovem no contexto europeu: o caso português* (Tese de Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus). Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13085/1/DM-RPR-2016.pdf> (Consulta em 5 agosto de 2021).
- Rodrik, D. (2016). Premature deindustrialization. *Journal of Economic Growth*, 21(1):1-33. DOI:10.1007/s10887-015-9122-3.
- Schneider A.W, Feurschutte, G.S e Alpersted, D.G (2019).Grupo focal na pesquisa da administração Pública. Aplicação nos estudos Brasileiros. *Caderno De Administração* , 27(1), 92-114. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/48772>. Consulta em 28 de Março de 2022.
- Schultz, T. W. (1973). *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar.
- Silva, C. S. P. O. (2015). *Estudo comparativo dos jovens com educação superior na União Europeia em articulação com os indicadores de inserção laboral* (Tese de Doutoramento). Universidade da Coruña. Departamento de Análise Económica e Administración de Empresas, Espanha. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2183/15386>(Consulta em 5 agosto de 2021).
- Silva, O. L. (2014). *O Impacto da Economia Informal no Processo de Desenvolvimento na África Subsariana* (Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional). Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/2778>(Consulta em 5 agosto de 2021).
- STP DIGITAL (2019). Um milhão de dólares para emprego jovem em São Tomé e Príncipe. Disponível em: <https://stpdigital.net/2019/02/22/a-organizacao-internacional-de-trabalho->

[oit-vai-disponibilizar-um-milhao-de-dolares-norte-americanos-para-o-fomento-do-emprego-jovem-em-sao-tome-e-principe/](#) (Consulta em 3 de outubro de 2020).

Sumberg, J., Fox, L., Flynn, J., Mader, P., e Oosterom, M. (2020). Africa's "youth employment" crisis is actually a "missing jobs" crisis. *Development Policy Review*, 39(4): 621-643. <https://doi.org/10.1111/dpr.12528>.

Tigabu, D. G., e Gebeyehu, M. F. (2020). Enhancement of Employment and Income Opportunities for Rural Youth in Ethiopia: A Review of Four Large Youth Employment Initiatives. *FARA Research Report* 5(4): 35. Disponível em: <https://research4agrinnovation.org/wp-content/uploads/2021/03/enhancement-of-employment-and-income-opportunities-for-rural-youth-in-ethiopia-download-1.pdf> (Consulta em 5 agosto de 2021).

Tiny, L. (2021). *Impacto do Turismo sobre a diminuição de desemprego em São Tomé e Príncipe* (Trabalho final de licenciatura em ciências económicas empresariais). Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe.

UA – União Africana (2014). Common African Position (CAP) on the post-2015 development agenda. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/documents/32848-doc-common-african-position.pdf> (Consulta em 5 agosto 2021).

Ude, D. K. (2020). Youth Employment Challenge and Rural Transformation in Africa. In: Osabuohien E.S. (eds) *The Palgrave Handbook of Agricultural and Rural Development in Africa*. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-41513-6_3.

Varandas, M. O. (2014). Políticas económicas para a criação de emprego (Trabalho de projeto do mestrado em Economia, Economia do crescimento e das políticas estruturais). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/25410> (Consulta em 5 agosto de 2021).

Vergara, S. C. (2006). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

Vespignani, J., e Yanotti, M. B. (2020). COVID-19 and Tasmanian Youth Unemployment: A Policy Recommendation. UTAS - University of Tasmania, Hobart, Australia. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-03078949/> (Consulta em 5 agosto de 2021).

Vilela, L. (2021); Empreendedorismo feminino. Disponível em <https://www.consumidormoderno.com.br>. Consultado em 18/9/21

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zunta (2019). São Tomé e Príncipe: Empreendedorismo jovem e oportunidade de novos Negócios. Disponível em: <https://zuntaclocon.com/sao-tome-e-principe-empreendedorismo> (Consulta em 3 de outubro de 2020).

ANEXOS

Anexo I – Conceitos utilizados pela PED

Desempregados	São indivíduos que se encontram na situação involuntária de não trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Esses desempregados podem ser separados em: aberto, oculto por trabalho precário e por desalento.
Desemprego aberto	Pessoas que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à entrevista e que não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias anteriores à pesquisa
Desemprego oculto pelo trabalho precário	Pessoas que realizam trabalhos precários, como um trabalho remunerado ocasional, um trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes, procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou procuraram trabalho sem êxito até 12 meses anteriores à pesquisa.
Desemprego oculto pelo desalento	Pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa.
Ocupados	São os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista: possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; nesse período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de outro trabalho.
Inativos (dez anos ou mais)	Parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada. Incluem pessoas sem procura de trabalho mesmo que tenham realizado algum trabalho de forma excepcional nos últimos 30 dias.
Procura de trabalho	Corresponde à busca de trabalho remunerado. A procura de trabalho inclui a busca por trabalho assalariado, a tomada de providências para abrir um negócio ou empresa. A procura por mais clientes por parte do trabalhador autônomo
Situação de trabalho	A situação de trabalho é definida como aquela em que o indivíduo tem um trabalho remunerado ou não remunerado no período de referência, excetuando o trabalho excepcional.

Fonte: Oshiro e Marques (2016)

Anexo 2 - Tabela -Análise sucinta das entrevistas confirmatórias

Cargos/atribuições dos Participantes	Questões	Respostas
Diretor de Trabalho (A)	Porquê os jovens têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho?	O diretor do trabalho, emprego e formação profissional, revelou os seguintes dados sobre os que se dirigem sua instituição, solicitando o primeiro emprego: 1- - Do 3º ao 6º ano, sem qualquer formação – 40%; 2- - Do 7º ao 12º ano – 30% 3- - Com formação média -10% 4- - Licenciados – 10%
Diretor de Empreendedorismo (B)	Que medidas e políticas de emprego, o governo e os parceiros de desenvolvimento devem adotar para combater o desemprego jovem em STP?	Considera importante que se incremente a política de estágio (profissional, remunerado ou não) preparação e treinamento contínuo dos jovens. Deste modo, estarão sempre ocupados, habituados ao ambiente de trabalho, e com conhecimentos e interesse pela criação do próprio emprego (empreendedorismo). Revisão das leis e dos processos administrativos que, nas condições atuais não encorajam nem propiciam o investimento
CONPRAN (C)	Falhas de políticas para a criação de emprego para os jovens e estratégias para as remover	O projeto COMPRAN observa justamente a sustentabilidade dos negócios beneficiários dos financiamentos, cujos empreendedores serão acompanhados, no sentido de garantir o seu crescimento e a multiplicação de postos de emprego.
ENPRESARIO (D)	Tem-se implementado em STP, algumas ações que visam a criação e promoção do emprego. Em que medida e que impacto têm tido, para melhorar o rendimento e a qualidade de vida dos jovens?	Considera extremamente importante que os jovens sejam apoiados, formados, encorajados a empreender e deste modo e paulatinamente, se consiga resolver o problema do desemprego jovem em STP.
Diretor de CFP (E)	Considera que as políticas económicas e o contexto macroeconómico (crescimento económico e rendimento) e o atual ambiente empresarial em STP, favorecem a criação do emprego jovem e o consequente combate ao desemprego?	Considera extremamente frágil o tecido empresarial em STP, pelo que não está em condições de absorver o elevado número de jovens que procuram o primeiro emprego, embora seja o principal parceiro do Centro de Formação Profissional de STP para a sua empregabilidade.
Diretor de Empreendedorismo (B)	Acha que se deve instituir um Centro	Considera necessário que se instale uma agência ou centro nacional de promoção do emprego.

	de Emprego público ou privado em STP?	
Diretor de Empreendedorismo (B)	Considera que o fenómeno “desemprego”, pode despertar e impulsionar o empreendedorismo, e deste modo o autoemprego	Reitera-se a necessidade da formação contínua dos jovens e da sua permanente ocupação (estágios, desporto, etc); de uma campanha de promoção de valores (família, ética, patriotismo, unidade, cidadania); de informação sobre as oportunidades e condições de acesso à formação e ao emprego; de divulgação das leis atinentes ao setor do emprego; etc.
Todos entrevistados	Na sua opinião, em que medida a política de promoção do auto-emprego pode contribuir para o combate ao desemprego jovem em STP?	Unanimemente a resposta é: sem dúvida! Sendo o estado o maior empregador, cujo orçamento é em cerca de 90% dependente da ajuda externa, é óbvio que a promoção do autoemprego se insere nas estratégias mais adequadas para o combate ao desemprego jovem em STP
Diretor de Empreendedorismo (B)	Os jovens em STP têm acesso à subsídios e financiamentos para a criação de emprego?	O programa de empreendedorismo jovem do ministério da juventude, é também prova de oportunidades de financiamento para projetos que visam a criação de emprego. O jovem empresário Fábio Pereira (entrevistado), declarou já ter empregado cinco jovens trabalhadores no projeto “Dobra digital”, financiado peço PNUD no âmbito deste programa.
CFP (F)	Que mecanismos existem para a formação dos jovens, no sentido de promover e implementar a criação do seu próprio emprego?	Centro de Formação Profissional de STP que está vocacionado para a formação e inserção dos jovens na vida ativa. Os seus programas de formação são adaptados à realidade social e económica de STP, com base nas políticas de formação profissional e emprego adotadas pelo governo. Tem como atribuição a promoção, orientação, formação e qualificação dos recursos humanos, principalmente os jovens saídos do sistema de ensino, e os grupos desfavorecidos ou ameaçados de exclusão social. Desenvolve ações para a promoção do empreendedorismo, no contexto do ACPE – programa de Apoio à Criação do Próprio Emprego.
CNJ (G)	Considera que a iniciativa, a inovação e o espírito empreendedor de um desempregado (assumindo os riscos dele derivados, como argumentam alguns estudiosos na matéria), se adequam à realidade dos jovens, em STP, no contexto da criação do autoemprego?	Advoga alguma independência e liberdade de escolha
	Está em curso a edificação e	O Ministério da Juventude, vai construir três incubadoras de empresas (duas em São Tomé e uma no Príncipe).

Diretor de Empreendedorismo (B)	institucionalização de incubadoras de empresas financiadas pelo PNUD, para a promoção do empreendedorismo juvenil. Que impacto económico e social, este projeto poderá ter nos próximos tempos?	Quadros técnicos estão a ser recrutados e preparados, no sentido de que as referidas incubadoras sejam infraestruturas e ferramentas impulsionadoras do interesse e da dinâmica empreendedora dos jovens em STP. Isso irá permitir a interação entre os mesmos, formalização de negócios, contribuindo de certa forma para o desenvolvimento de STP uma vez salvaguardada a matéria fiscal.
------------------------------------	--	--

Anexo 3 - Guião do Questionário

1. Caracterização do entrevistado

-Nome_____

-Cargo que ocupa na entidade/empresa

-Quais as funções / responsabilidades na entidade/empresa

R:

2. Questões

A. Relação com o desemprego:

-Em que medida a criação do próprio emprego é uma forma eficiente de combate ao desemprego?

R:

- Considera que o elevado desemprego juvenil é um veículo potenciador do trabalho por conta própria? Que argumentos podem justificar esta relação?

R:

-Será a criação do próprio emprego capaz de potenciar ou dinamizar o crescimento e o desenvolvimento económico do país? Explique de que modo isso pode acontecer.

R:

B. Formas de incentivo à criação do próprio emprego

- A sua entidade/empresa disponibiliza incentivos à criação do próprio emprego? Se sim quais?

R:

- Quais são as principais “políticas afirmativas” que visam apoiar a criação do próprio emprego por jovens desempregados? Quais os principais objetivos e características destas políticas?

R:

- Em geral, pensa que existem mecanismos suficientes e adequados para apoiar as iniciativas de criação do próprio emprego, e em particular para os jovens? Explique porquê.

R:

- Qual o impacto que as atuais programas de apoio têm tido na criação do próprio emprego?

Nomeadamente:

. Quantos jovens têm sido envolvidos nestes programas em média por ano?

R:

. Em que sectores de atividade têm sido criados os negócios?

R:

. Qual o nível de sucesso destas iniciativas? Por exemplo qual a percentagem que tem uma taxa de sobrevivência superior a 1 ano? A 3 anos?

R:

- Tem sugestões de alteração aos programas existentes que possam melhorar os apoios existentes?

R:

C. Características dos jovens que criaram o próprio emprego

- Do conhecimento que tem dos jovens que tiveram apoio no âmbito de programas de dinamização da criação do próprio emprego e do seu grau de sucesso, quais as características pessoais e sociais que considera que influenciam a decisão de criar o próprio emprego?

Exemplos:

. Educação (baixa escolaridade – 4 anos de escolaridade? - ou elevada escolaridade – ensino secundário? Ensino superior?)

. Existência de familiares com negócio próprio

. Local de residência

. Profissão anterior (se existia)

- A maioria dos jovens que criaram o próprio emprego são do sexo feminino ou masculino?

R;

D. Características dos negócios criados

- Os jovens que criam o seu próprio emprego são sobretudo de baixa escolaridade ou de elevada escolaridade?

R:

- Em geral qual ou quais a (s) área (s) de atividade em que o negócio se insere que são maioritárias?

R:

- Localidades/regiões em que maioritariamente se inserem

R:

- Fontes de financiamento

R:

Anexo 4 - Guião da Entrevista confirmatória

Porquê os jovens têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho?

2-Que medidas e políticas de emprego, o governo e os parceiros de desenvolvimento devem adotar para combater o desemprego jovem em STP?

3- Porquê das falhas de políticas para a criação de emprego para os jovens e estratégias para as remover?

4-Tem-se implementado em STP, algumas ações que visam a criação e promoção do emprego. Em que medida e que impacto têm tido, para melhorar o rendimento e a qualidade de vida dos jovens?

5-Considera que as políticas económicas e o contexto macroeconómico (crescimento económico e rendimento) e o atual ambiente empresarial em STP favorecem a criação do emprego jovem e o consequente combate ao desemprego?

6- Considera que o fenómeno “desemprego”, pode despertar e impulsionar o empreendedorismo, e deste modo o autoemprego já que se deve instituir um Centro de Emprego público ou privado em STP?

7-Na sua opinião, em que medida a política de promoção do autoemprego pode contribuir para o combate ao desemprego jovem em STP?

8-Os jovens em STP têm acesso a subsídios e financiamentos para a criação de emprego?

9-Que mecanismos existem para a formação dos jovens, no sentido de promover e implementar a criação do seu próprio emprego?

10-Considera que a iniciativa, a inovação e o espírito empreendedor de um desempregado (assumindo os riscos dele derivados, como argumentam alguns estudiosos na matéria), se adequam à realidade dos jovens, em STP, no contexto da criação do autoemprego?

11-Está em curso a edificação e institucionalização de incubadoras de empresas financiadas pelo PNUD, para a promoção do empreendedorismo juvenil. Que impacto económico e social, este projeto poderá ter nos próximos tempos

Anexo 5 - Tabela de Identificação da Entrevista confirmatória

Identificação dos Participantes	Código/atribuições
Diretor de Trabalho	A
Diretor de Empreendedorismo	B
CONPRAN	C
ENPRESÁRIO	D
Diretor de CFP	E
CFP	F
CNJ	G